



DEPARTAMENTO **ARQUITETURA  
E MULTIMÉDIA GALLAECIA**

# REABILITAÇÃO DA FÁBRICA TOR EM BARCELOS

**PATRÍCIA VELOSO DA SILVA**

**ORIENTADOR| PROF. DOUTORA MARIA GORETI SOUSA**

**COORIENTADOR| PROF. DOUTOR LUÍS PAULO PACHECO**





DEPARTAMENTO **ARQUITETURA  
E MULTIMÉDIA GALLAECIA**

# **REABILITAÇÃO DA FÁBRICA TOR EM BARCELOS**

VOLUME I





## PREÂMBULO

Este volume abrange toda a investigação da presente dissertação de projeto, no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Portucalense – Infante D. Henrique.

Esta dissertação aborda o tema do Património Industrial, no concelho de Barcelos, salientando as fábricas têxteis em abandono existentes no espaço da ARU (Área de Reabilitação Urbana).

Em concreto estuda-se a Fábrica Tor, que tem já previsto pela Câmara Municipal de Barcelos, a sua reabilitação.

A investigação procura realçar a importância deste património industrial, identificando os valores associados que, conseqüentemente, permitam definir a intervenção de reabilitação da Fábrica Tor, para um edifício multifuncional.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pela paciência que tiveram para que eu terminasse finalmente a dissertação, o apoio deles foi fundamental para que isto acontecesse.

A Professora Doutora Maria Goreti Sousa, pela orientação, disponibilidade, interesse, motivação e paciência em organizar e corrigir o “meu português”.

Ao Professor Doutor Luís Paulo Pacheco, meu coorientador, pela paciência e motivação que por muitas vezes precisei nos momentos em que estava mais em baixo.

A toda a minha família que todos os anos me perguntavam se já estava terminada a dissertação, dando-me apoio e motivação para acabar.

Aos meus colegas de curso, João, José, Bruno, Estéfano e Hugo, por todos os anos que passamos juntos, proporcionando, o companheirismo, amizade e boa disposição.

Vanessa, a quem considero uma grande amiga, que nunca me deixou baixar os braços, mesmo agora, não passando tanto tempo juntas, continuavas a dar-me na cabeça, obrigada, pelas palavras de incentivo, apoio, amizade e ajuda.

A Arq. Natália Ribeiro, que sempre me apoiou para que terminasse o curso, a sua ajuda foi essencial, tornando este processo possível.

A todas as entidades que me ajudaram, para que a informação chegasse até mim, nomeadamente ao Arq. Rui Vieira, do Departamento da Reabilitação Urbana, ao Sr<sup>o</sup> Francisco Torres, um dos últimos Administradores da Fábrica Tor, e ao Sr<sup>o</sup> Sousa dos Sindicatos do Trabalhador, que se disponibilizou para uma visita à fábrica com a companhia da Sr<sup>a</sup> Conceição e da Sr<sup>a</sup> Luísa, que trabalharam na fábrica e se disponibilizaram a dar o seu testemunho.

A todos os que de qualquer modo contribuíram para a concretização deste trabalho e para a finalização deste longo percurso, o meu sincero agradecimento.

## RESUMO

A presente investigação consiste na realização de um projeto de arquitetura que pretende valorizar o património Industrial na cidade de Barcelos. Foi com abertura da linha férrea até Barcelos, em 1877, que as fábricas têxteis se implantaram, devido ao fácil acesso às matérias-primas. Uma das principais fábricas a serem contruídas, foi a fábrica Tor, fundada em meados da década 40, e encerrada em 2008, devido ao mercado de trabalho, encontrando-se atualmente inutilizado, o que levou à sua degradação, sendo uma perda para o património industrial da cidade.

Com a intenção de manter vivas as memórias e os valores do edifício, esta Dissertação, aborda este conjunto arquitetónico, identificando os seus variados valores e analisa estratégias de intervenção no património industrial, com referencia aos casos de estudo, possibilitando uma intervenção adequada espacialmente à preexistência.

O método de investigação que se pretende utilizar, recorre à análise documental, coleta de dados existentes e trabalho de campo, fotografias, notas de campo e diagnóstico, e entrevistas. Este procedimento, permitiu um conhecimento do objeto de estudo partindo de uma análise contextual geral ao caso particular – o edifício. Temos também o estudo de multicasos, que pretende analisar três casos de estudo de intervenção no património industrial.

Os temas abordados nesta investigação, contribuem para o conhecimento do local de intervenção, a sua história e a problemática existente na cidade que a caracteriza e onde esta inserido, num contexto particular, o projeto que se pretende desenvolver.

Através desta investigação foi possível propor uma nova função para a Fábrica TOR, em Barcelos, propondo a sua reabilitação: **um edifício multifuncional**.

**PALAVRAS-CHAVE:** Património Industrial, Valores patrimoniais, Barcelos, Reabilitação

## ABSTRACT

The opening of the railway in the city of Barcelos, in 1877, led to the establishment of several factories, mainly from the textile industry, due to the easy access to raw materials and better flow of finished goods.

One of these factories was Tor, founded in the mid-40`s of the last century and with the aim of manufacturing knitwear and similar products. This main factory, shortly afterwards, was designated mother TOR, since it facilitated many of its production to other existing factories in the city of Barcelos, these other factories being denominated TOR`s daughters.

The factory is located in Arcozelo, Santa Marta. An area where multi-family apartment blocks with an average height of 7 floors predominate, 250m from the city centre. The factory complex consists of 6 main pavilions intended for manufacturing and several small buildings intended to support the main activity.

After the closure, the building was not used again, which led to the degradation of the buildings that were part of the factory complex, as well as its surroundings, which represents a threat to the industrial heritage of the city.

Through this investigation it was possible to design a new function for the TOR Factory, in Barcelos, proposing its rehabilitation: a multifunctional building.

The choice of this building made it possible to establish a program with a multitude of aspects, capable of encompassing different age groups, in order to guarantee the use of this building.

KEYWORDS: Industrial Heritage, Rehabilitation, Equity values



## ÍNDICE

PREAMBULO

AGRADECIMENTO

RESUMO

ABSTRACT

INDICE

### CAPITULO I | INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização.....	1
1.2 Justificação da Problemática .....	2
1.3 Objetivos.....	3
1.4 Metodologia da Investigação .....	5
1.5 Estruturação dos Conteúdos.....	8

### CAPITULO II | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... 10

2.1 Património.....	11
2.1.1 Evolução do Conceito de Património e Património Industrial .....	11
2.1.2 Património Industrial.....	13
2.1.3 Critérios de Intervenção no Património .....	16
2.1.4 Princípios de Intervenção no Património .....	18
2.1.5 Significados e Valores associados ao Património.....	21
2.1.6 Valores associados ao Património Industrial.....	30
2.1.7 Graus de Intervenção.....	35
2.2 Cidades Compactas.....	40
2.2.1 O Impacto da Revolução Industrial para os edifícios multifuncionais/cidades compactas .....	40
2.2.2 A Relação das Cidades Compactas com os Edifícios Multifuncionais .....	44

### CAPITULO III | CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE BARCELOS..... 47

3.1 Enquadramento do território do concelho de Barcelos.....	48
3.2 Evolução da estrutura urbana e do seu edificado.....	62
3.3 Contexto histórico de um Património Industrial abandonado em Barcelos.....	71



CAPITULO IV   OBJETO DE ESTUDO.....	78
4.1 Fábrica Tor .....	79
4.2 Evolução histórica do edifício.....	80
4.3 Evolução Arquitetónica.....	81
CAPITULO V   CASOS DE ESTUDO.....	93
5.1 Análise de casos.....	94
_ Armazém frigorífico de bacalhau de Massarelos - Douro´s Place .....	95
_ Requalificação da antiga cerâmica Arganilense.....	104
_ Reconversão do Centro de Artes Contemporâneas .....	114
5.2 Análise comparativa dos estudos de caso.....	120
CAPITULO VI   CONCLUSÕES.....	121
6.0 Conclusão gerais .....	123
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126
INDICE DE FIGURAS E IMAGENS.....	130
ENTREVISTAS.....	137
ANEXOS .....	148



# CAPÍTULO I | INTRODUÇÃO



## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos primórdios do século XX, a cidade de Barcelos, praticamente não tinha indústria, era um concelho onde a sua principal atividade e riqueza era a agricultura. No entanto com a chegada dos caminhos de ferro a Barcelos, começaram a fixar-se as primeiras indústrias, assistindo-se a um aumento significativo de habitantes, provenientes das zonas rurais, que procuravam trabalho nas novas indústrias.

Foi no século XX, que a cidade de Barcelos despertou para aquilo que viria a ser uma cidade pujante no que diz respeito à indústria, uma indústria muito ligada aos sectores da cerâmica e do têxtil.

No entanto, no final da década de 50, surgiu uma das fábricas, que teve grande impacto na área têxtil da cidade de Barcelos, a Torres e Companhia, Lda, mais conhecida por Tor, dedicada à produção de malhas. Facilmente se percebeu o grande impacto que teve o concelho, em termos de empregabilidade e economia.

Consequentemente a sua evolução, o edifício foi crescendo e desenvolvido numa tipologia uniforme, muito própria, sendo alvo de várias modificações, a pensar sempre nas necessidades da empresa e seus funcionários.

A fábrica laborou mais de 40 anos e encerrou em 2008, lançando para o desemprego 250 trabalhadores, na sequência disso e derivado à desindustrialização, as áreas industriais apresentam a sua degradação diária e o seu património a desaparecer.

Barcelos está rodeada de empresas que estão totalmente em abandono ou sem algum vestígio do seu património emblemático.

“ Parte da área urbana pode ser considerada um “cemitério” de várias empresas que, em especial no século XX, deram emprego e foram o sustento de centenas de barcelenses.” (Costa, 2017, p. 2).

Neste sentido, esta investigação consiste na preocupação em proteger e estudar o património industrial, na recuperação da Fábrica Tor, propondo um novo uso para o edifício, que atualmente se encontra abandonado e a degradar-se aos bocados.

## 1.2 JUSTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

No âmbito do património industrial, a desindustrialização foi a causa da perda de muitos conjuntos arquitetónicos, que em muitos casos, acabam por se perderem definitivamente.

No município de Barcelos, é visível as diversas áreas Industriais obsoletas com visíveis sinais de degradação física e os terrenos privados ao abandono. A este património associam-se várias problemáticas, a degradação do edificado, infraestruturas fabris/armazéns desativados, a perda da população do centro, a desaceleração da economia e a escassez de serviços, passando pela perda de vitalidade e desqualificação do espaço público ao longo dos tempos.

Com a perda da função original, da Fábrica Tor, no concelho de Barcelos, edifício muito particular, em relação ao seu conjunto fabril arquitetónico, de grande valor patrimonial, encontra-se atualmente sem qualquer tipo de uso que lhe garanta utilidade e justifique a preservação física.

Consequentemente a isso, surge a necessidade de intervir neste espaço para proteger o património, de modo a garantir a continuidade dos valores culturais e, em simultâneo, a sua conservação material.

Pretende-se, valorizar arquitetonicamente o edifício, garantindo, a continuidade dos valores históricos e culturais, e a conservação material, bem como a valorização das potencialidades do próprio local no contexto atual.

Na elaboração do projeto, procurou-se uma abordagem de intervenção no complexo fabril, contextualizando-o como um elemento útil, integrada no local, promovendo mais-valias de intervenção.

Desta forma, ambiciona-se uma estratégia de intervenção que procure valorizar o conjunto arquitetónico, procurando sensibilizar para a problemática associada ao património Industrial de Barcelos, que no futuro, será parte da história.

## 1.3 OBJETIVOS

Apresente investigação procura destacar a importância de um património recente, o Património Industrial, na qual se insere a Fábrica Tor, que neste momento se encontra em abandono e desuso por ter encerrado a sua atividade.

O principal objetivo desta investigação é identificar e salientar os valores presentes na Fábrica, bem como propor o seu uso. Assim, é necessário reconhecer e compreender a sua arquitetura e as intervenções realizadas, conforme os anos e crescimento da fábrica, debruçando a investigação em dois objetivos específicos:

- Identificar ações de intervenção que possam ser aplicadas no complexo fabril da TOR, assegurando o seu valor de património industrial em Barcelos.

É importante estabelecer critérios de intervenção, fundamentadas e justificadas, para que os valores patrimoniais sejam preservados. É a partir dos casos de referência que se faz essa identificação, identificando elementos relevantes que contribuem para uma tomada de decisão baseada nos princípios de conservação e valores.

Estes princípios baseiam-se em questões tangíveis relacionados com a autenticidade, compatibilidade, singularidade, mínima intervenção, integridade, reversibilidade e aspetos históricos e estéticos, incluindo a sustentabilidade que abrange a disponibilidade dos materiais, as patologias, o tratamento de preservação, manutenção contínua, uso funcional e a melhoria das condições de vida.

Seguidamente, temos que assegurar os valores intangíveis, como o valor educacional, documental histórico, valor tradicional, valor da comunidade, valor estético entre outros.

Perante estes critérios, e não menos importante é de referir o património imaterial, que está relacionado com o contexto cultural, essência do lugar, o conhecimento inerente ao objeto ou ao lugar, e o conhecimento da cultura do local.

- Definir programas que se adequem espacialmente a preexistência a intervir.

A melhor forma de intervir no edifício, é investigar outros programas, compreender o seu uso, para que depois haja uma fundamentação, para se desenvolver um projeto de novo uso para a fábrica. Das intervenções analisadas, nos casos de estudo, procurou-se articular uma linha de pensamento que estabelece-se uma correlação entre a estrutura da preexistência e a proposta de intervenção.



O respeito pela geometria da preexistência foi o ponto de partida geral da composição da solução proposta, procurando-se uma harmonia com a escala envolvente.



## 1.4 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

A pesquisa incide sobre a área de Reabilitação Urbana Nascente 2 efetuada na Cidade de Barcelos.

É realizado um estudo de multicasos, de natureza comparativa, visando situações semelhantes, em diferentes contextos. (Groat, 2002; Yin, 2003). Através de uma opção metodológica de natureza qualitativa, permitindo recolher um conjunto de informações sobre as intervenções que foram realizadas nos projetos referente a três estudos de caso.

São utilizadas diferentes opções de recolha de informação, segundo o plano metodológico traçado, passando pela análise documental, na recolha de informação oficial, como plantas, desenhos técnicos, memórias descritivas dos projetos e fotografias existentes (Albarello et al, 1997). Serão também usadas fontes escritas não oficiais para o enquadramento teórico e contextualização da informação.

A técnica de observação naturalista, de recolha espontânea (Gil, 1995), no próprio local referente ao edifício em estudo, sobre o seu estado de conservação, intervenções realizadas nos casos de estudo e o meio em que se insere.

Entrevistas não-diretiva (Ghiglione&Matalon, 1997), a elementos da Câmara Municipal de Barcelos, que fazem parte do departamento de planeamento e gestão urbana, Administrador de Insolvência de Massa Envolvente Têxtil de Barcelos e aos antigos proprietários e trabalhadores da Fábrica Tor, permitindo colocar o tema de reabilitação num sentido amplo possibilitando o aprofundamento ou exploração do problema a investigar.

Usar-se á a técnica de fotografia para a realização de inventários dos objetos de estudo no local (Bogdan&Biklen, 1994).

Serão tiradas notas de campo ao longo da pesquisa como auxílio e orientação complementar, servindo como apoio eventualmente á fotografia, perspetivas do lugar/sítio, ideias e preocupações próprias, desenhos e outros apontamentos (Bogdan&Biklen, 1994).

O modelo de análise, de natureza qualitativa assenta nas seguintes categorias de análise e indicadores referente aos casos de estudo e objeto de estudo foram:

<b>PRÉ - EXISTENCIA</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Indicadores</b>
Análise espacial	Plantas Caraterística do volume existente
Fachadas	Elementos das fachadas Composição das fachadas
Sistema Construtivo	Estrutura Sistemas construtivos

<b>INTERVENÇÃO</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Indicadores</b>
Conceito	Objetivos Programa Uso proposto
Materialização	Novos Elementos Acabamentos interiores e exteriores
Fachadas	Elementos das fachadas Composição das fachadas
Sistema Construtivo	Estrutura Sistemas construtivos

Quanto ao objeto de estudo, as seguintes categorias de análise e indicadores foram sobretudo a sua pré-existência:

CATEGORIA	INDICADORES
Análise Espacial	Plantas Caraterística dos volumes existentes Evolução espacial

## 1.5 ESTRUTURAÇÃO DOS CONTEÚDOS

Nesta parte, explica-se a organização da estrutura da dissertação, nomeadamente o seu conteúdo e a sua relevância para a investigação. Os conteúdos estão distribuídos em seis capítulos que esclarecem os campos para que foi direcionada a investigação.

### Capítulo I | Introdução

Expõe o tema e o caso de estudo sobre o qual a investigação se debruça. Nesta parte deparamos com a contextualização da Fábrica Tor, esclarece o ponto de situação atual e a sua inserção na cidade.

Na justificação da problemática, procura esclarecer-se os problemas existentes na cidade, sobretudo no que se refere ao património Industrial.

E por fim, os objetivos pretendidos para uma nova solução para o edifício, e a abordagem da metodologia de investigação, especificando a sua natureza, técnicas e fontes e tratamento de informação.

### Capítulo II | Fundamentação Teórica

Recolha de conceitos e definições desenvolvidos por autores de referência associados ao património, especialmente ao Património Industrial. Pretende também esclarecer os conceitos de valores, graus e princípios de intervenção no património, que são possíveis aplicar no património industrial.

### Capítulo III | Contextualização Histórica da cidade de Barcelos

Este capítulo, aborda a caracterização de Barcelos, debruçando, na parte da demografia populacional, hipsometria, declives, exposições de vertentes, hidrografia, clima, ocupação do solo, sector dos transportes e a sua economia. Além disso esclarece a evolução da estrutura urbana e do edificado da cidade de Barcelos.

### Capítulo IV | Objeto de estudo

Pretende analisar a evolução histórica e arquitetónica do objeto de estudo, informação crucial para dar resposta a um novo uso ao edifício.

### Capítulo V | Casos de estudo

Análise de várias fábricas que foram recuperadas, abrangendo a sua envolvente, a sua inserção histórica e territorial.

### Capítulo VI | Conclusão



Reflete as conclusões retiradas a partir da investigação desenvolvida e aplicadas no projeto para a Fábrica Tor, apresentando novos usos e intervenções que foram aplicadas em outras obras arquitetónicas, enquadrando na problemática.



## **CAPÍTULO II | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**



## 2.0 PATRÍMONIO

### 2.1.1 Evolução do conceito de Património e Património Industrial

Neste ponto da fundamentação teórica, desenvolve-se uma recolha de conceitos sobre Património e Património Industrial. Para isto, houve uma seleção de informação relativamente ao que se pretende destacar.

Mendes (1989, p.35), menciona dois conceitos para a definição de património, estando associado a uma conceção de transmissão e de herança, justificando assim a conservação e reutilização do património, que de outra forma está condenado ao seu desaparecimento a curto ou médio prazo, apropriando-se dele para o valorizar culturalmente, e compreender o passado. É neste aspeto que se considera o Património como valor de identidade e de memória de uma comunidade.

Desde a antiguidade, que o conceito adquiriu o significado de um conjunto de bens materiais, sendo classificado ou não, abordando hoje, não só o monumento, mas todo o seu conjunto e envolvência que apresenta, refletindo-se na qualidade de vida cultural e física do homem.

Foi com a Revolução Francesa (1789-95), que o seu atual sentido dominante começou a aparecer. Perante, as pilhagens e as destruições dos bens da igreja e da monarquia, responsáveis políticos daquele tempo, começaram a sensibilizar as pessoas para a salvaguarda do património.

Françoise Choay (1999), entende que se “as antiguidades se tornaram em riqueza, as obras arquitetónicas recentes, por seu lado, adquirem os significados históricos e afetivos das antiguidades nacionais”, atribuindo, neste contexto, ao conceito de património “uma homogeneização do sentido dos seus valores, que se reproduziu, de acordo com um processo diferente, quando, após a Segunda Guerra Mundial, as arquiteturas dos séculos XIX e XX foram progressivamente integradas na categoria de monumentos históricos”.

Caraterizada por um processo de transformações culturais e socioeconómicas importantes para o desenvolvimento da sociedade à revolução industrial e todas as atividades industriais produziram vários testemunhos que foram adquirindo valores e significados diferentes ao longo dos tempos.

O Património Industrial, remete ainda aos documentos do ICOMOS-UNESCO, em especial à Carta de Veneza (1964) e à Carta de Burra (1979). (ICOMOS,2008).

A primeira carta segundo o conceito de património, estava por si só ligado ao monumento. As intervenções não devem ser alteradas, mantendo a sua essência, não podendo ser retirado do seu meio nem tão pouco despojado de alguma das suas partes. Manifesta a preocupação com o objeto arquitetónico, mas também com o seu meio envolvente. Na conservação de um edifício deve-se ter em conta a história, bem como as características do mesmo, não descaracterizando a construção inicial.

A segunda reforça o objeto arquitetónico, com a intenção de o conservar os sítios com maior significado cultural, propondo uma ligação à comunidade e à paisagem, ao passado e às experiências vividas, refletindo a diversidade das nossas comunidade.

Outra não menos importante é a Carta de Cracóvia, em Outubro de 2000, que define que o objeto da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade, que as obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos (ICOMOS,2000).

A Carta de Quebec, elaborada em Québec, no Canadá, em outubro de 2008, assume os princípios e recomendações para a preservação do espírito do lugar através da proteção do património tangível e intangível, considerando uma forma inovadora e eficiente de assegurar o desenvolvimento sustentável e social. O espírito do lugar é definido como os elementos tangíveis constituídos por edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos e intangíveis como memórias, narrativas, documentos escritos, conhecimento tradicional, valores, textura, cores, odores, entre outros. Define ainda que os elementos físicos e espirituais dão sentido, emoção e mistério ao lugar e que em vez de separar o espírito do lugar, o intangível do tangível, deve-se investigar as muitas maneiras do dois interagirem e se construírem mutuamente. (ICOMOS,2008).

Esta classificação dos sentidos dos valores, entende-se nos nossos dias “aos cascos antigos de cidades históricas, às suas partes antigas, degradadas, que urge recuperar e reabilitar, até para que não sejam abandonadas de todo” (Almeida, p.410).

Assim sendo, podemos considerar que o *“Património é qualidade e memória. Sem qualidade, intrínseca ou circunstancial, não haverá fundamento para que um testemunho-memória tenha de ser conservado.”* (Almeida, p.411).

## 2.1.2 Património Industrial

A construção do conceito de património industrial, chegou por via da resignificação e reapropriação dos vestígios da produção industrial.

Com a devastação da Segunda Guerra Mundial e o fenómeno da desindustrialização provocada, trouxe a valorização das marcas da industrialização europeia.

O património industrial sucedeu-se a rutura provocada pela desindustrialização e pelas novas dinâmicas da indústria a partir da segunda metade do século XX, com o desaparecimento de unidades industriais. Houve então a necessidade de desenvolver práticas de intervenção no terreno com o objetivo de inventariar, estudar, preservar e valorizar os vestígios físicos da Revolução Industrial e da Industrialização.

Portanto, e citando a autora Rosa (2011, p.1), “a defesa do património industrial é guiada pelo reconhecimento que os testemunhos tangíveis e intangíveis da atividade industrial (fábricas, centrais elétricas, ferrovias, gestos e gestos técnicos, tradições e saberes populares, etc.), são lugares de memória e que eles carregam um valor identitário para diversas comunidades.”

Desde então, por volta dos anos 60 e 70 do século passado, as questões relacionadas com o património industrial, passaram a estar em foco diversos países, formando-se associações dedicadas à salvaguarda do património industrial.

Arthur Raistrick (1973), menciona uma das primeiras definições desenvolvidas que definiram os monumentos industriais como as estruturas, em especial do período da Revolução Industrial, que, sozinho ou associado a equipamentos, ilustra o início e o desenvolvimento de processos industriais e técnicos, incluindo meios de comunicação.

Para além desta definição, o autor José Mendes (2000, p.203), refere ainda que a “noção de património industrial foi definida nos anos 70, na sequência da tomada de consciência das suas precariedade por arquitetos, economistas e associações de defesa. Diz respeito aos bens imóveis (construção, sítios adaptados e paisagens), às instalações, máquinas e utensílios, assim como ao conjunto dos produtos resultantes da indústria”, ou seja, “a tudo a infraestrutura material deixada por atividade humana passada”.

Estas foram algumas das definições propostas, mas merece ser destacada a Carta de Nizhny Tagil, documento do The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH, 2003), que passou a ser o organismo mundial direcionado para regular o Património Industrial, sendo o consultor especial do

ICOMOS, para esta categoria de património. Acabou por ser uma síntese amadurecida dessas definições feitas ao longo de várias décadas.

A Carta Nizhy Tagil do TICCIH (2003), acaba por definir os seus valores e aspetos relevantes a serem considerados durante o seu inventário, investigação, proteção e conservação, assim como uma nova e mais alargada definição do termo, mencionando:

“o património industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação”. (ICOMOS, 2003, p.3).

Segundo Rosa (2011) esses valores referidos na Carta de Nizhy Tagil, são o valor histórico (testemunho do progresso das atividades humanas), o valor social (relacionado com o trabalho industrial), o valor tecnológico (desenvolvimento das técnicas e dos processos industriais), o valor científico (fonte para os estudos científicos de várias áreas como a História Social e Económica) e por último o valor arquitetónico, (projetos, características, materiais).

Incluí também, todo o complexo de atividades e equipamentos que dão suporte às indústrias, as atividades sociais que não são mencionadas de maneira explícita como património (imaterial) (Kuhl, 2010, p.27).

Os espaços industriais, que normalmente ocupam uma vasta área, geralmente próxima dos centros das cidades, foram aos poucos sendo desocupados, e conseqüentemente, demolidos, pela falta de informação mais apurada do seu significado, e pelo desinteresse destes complexos sem produção para novas instalações. (Kalb.C.H. & Carelli.M.N., 2010).

Leonardo Mello e Silva (2006), entende “quando pensamos imediatamente em património industrial pensamos logo em prédios antigos, máquinas ultrapassadas sem valor comercial, e relíquias materiais e arquitetónicas, algumas com valor artístico de época. Um aspeto menos convencional, mas nem por isso menos evidente, é a possibilidade de estabelecer uma conexão com o tipo de industrialização de um período

histórico e de modo de vida da classe trabalhadora correspondente a ele”. (Silva&Melo, 2006, p.1).

Na tabela seguinte, o autor Serrano (2010,p.41), refere de uma forma detalhada os elementos que constituem este património.

**Tabela 1 – Elementos que integram o património industrial**

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	TIPOLOGIAS
PATRIMÓNIO INDUSTRIAL	Produção e administração	Fábrica
		Armazém
		Áreas Sociais de Apoio
		Edifícios Administrativos
		Garagem
		Central Eléctrica
		Escola Industrial
	Obra Pública	Fábrica de Neve
		Aqueduto
	Património Mineiro	Ponte
	Património Ferroviário	Mina
Linha caminho-de-ferro		
PATRIMÓNIO PRÉ-INDUSTRIAL	Produção	Estação
		Moinho
		Forno
		Oficina
		Lagar
		Azenha
		Salina
Produção Vitivinícola		

Figura 1. Esquema dos elementos que integram o património industrial

Os edifícios, os materiais/utensílios e outras componentes que integram a atividade industrial são importantes para a história de uma comunidade.

Para o Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR, 2004), de um modo geral, o Património Industrial tem sido reconhecido como fonte inspiradora para a arquitetura moderna.

O espírito da época industrial, estética da máquina e um novo programa, tendem a conformar uma articulação entre a arte e a técnica como uma nova unidade (Serrano, 2010).

### 2.1.3 Critérios de Intervenção no Património

Para uma boa prática de intervenção no património é necessário compreender como é feita uma intervenção metodológica. Qualquer tipo de estudo, por profundo e multidisciplinar que seja, ou qualquer metodologia, por rigorosa que aparente ser, não dá garantias absolutas de uma intervenção correta do processo arquitetónico, tanto monumental como não monumental.

Correia (2014), considera que a metodologia de intervenção é importante, pois constitui componentes diferentes que são abordados antes das intervenções, devem integrar sobretudo a coleta de dados que compõe a documentação, o registo e o levantamento, a interpretação, avaliação do significado, avaliação da condição física e seu diagnóstico, definição de critérios para a metodologia de intervenção, projeto de intervenção, avaliação, memória final do projeto e manutenção. (Correia&Walliman (2014).

Esta metodologia é necessária para esclarecer a noção dos critérios de intervenção e os seus princípios de intervenção, que em qualquer caso devem preceder o projeto.

Por definição, “critério” é reconhecido como um elemento relevante que contribui para a tomada de decisão, baseando-se em princípios de conservação e valores.

Este termo é utilizado muitas das vezes para justificar intervenções em património e estabelecer critérios-chave separados em duas noções complementares: os critérios explícitos, relacionados com as características extrínsecas do património construído, com questões tangíveis, que incluem os princípios de conservação (autenticidade, compatibilidade, singularidade, mínima intervenção, integridade, reversibilidade e equilíbrio entre aspetos históricos e estéticos), os critérios de sustentabilidade, que incluem a sustentabilidade económica, disponibilidade de materiais, disponibilidade de recursos e a sustentabilidade ambiental, os critérios referentes a especificidades físicas, (assegurar o risco mínimo, tratamento de patologias, tentativa de preservação, assegurar a segurança humana, considerar ameaças e acessibilidades) e os critérios de preservação, que compõe a manutenção contínua, requisitos de uso contínuo, recursos de manutenção, considerar o uso funcional e melhorar as condições de vida, todos aplicados a intervenções de conservação. (Correia&Walliman (2014).

Os critérios implícitos, estão associados aos valores intangíveis, que é o caso dos valores associados (valor educacional, valor documental histórico, valor tradicional, valor para a comunidade, valor estético e entre outros) e os critérios relacionados com



o património imaterial, associados ao contexto cultural, essência do lugar, conhecimento inerente ao objeto ou ao lugar, história do lugar e o conhecimento da cultural do local.

## 2.1.4 Princípios de Intervenção no Património

Algumas destas intervenções no património, não definem claramente modos ou regras para intervir, é deste modo, que algumas reflexões são desenvolvidas a partir de autores de referência, fundamentadas e guiadas pelos princípios de intervenção.

Stubbs (2009), defende a ética da conservação, mencionando que em qualquer intervenção devem estar presente os princípios de intervenção, referindo três categorias, como os princípios éticos, a autenticidade e a integridade, os princípios internacionais aceites como a universalidade, reversibilidade, mínima intervenção, unidade, neutralidade e pátina do tempo, e por fim outros princípios defendidos por outros autores.

Quanto aos princípios éticos, Orbasli (2008), é um dos autores que defende o princípio de autenticidade, que considera a utilização de materiais autênticos, com o objetivo de manter o design original do edifício, o que não significa que o original seja no sentido de retornar um edifício à sua forma inicial. Este princípio está associado ao design ou forma, material, técnicas, tradições e processos, lugar, contexto e envolvente, função e uso.

No documento de Nara (1994), concebida no espírito da Carta de Veneza (1964), que dá resposta às preocupações e interesses do património, na procura de identidade cultural, a autenticidade aparece como um fator essencial de qualificação no que diz respeito aos valores, à capacidade para os compreender dependendo sobretudo, do grau a que podem ser reconhecidas as fontes de informação sobre esses mesmos valores.

“ O conhecimento e a compreensão destas fontes de informação, relativamente as características originais e subseqüentes do património cultural e do seu significado, são requisitos básicos para a avaliação de todos os aspetos da autenticidade” (ICOMOS, 2016, p.2).

Para aplicar o princípio de autenticidade é necessária a identificação de valores associados à obra arquitetónica, bem como do seu lugar.

Quanto ao princípio de integridade, Stubbs (2009), defende que a conservação a longo prazo, parte do uso do lugar, no qual, respeite a sua integridade estrutural e sobreviva a sua forma original. Orbasli (2008), acrescenta que a conservação tem de ser realizada tendo em conta a integridade, usando os materiais apropriados para o efeito adequado, sendo um edifício histórico, contém detalhes e informações sobre o passado, sendo essa a sua integridade histórica, devolvendo ao edifício a sua originalidade através da sua integridade, concedendo ao objeto o seu significado

histórico, arquitetónico ou artístico, expresso na sua forma, estrutura, design, estética, contexto ou profissional. Contudo não significa fazer com que a obra arquitetónica retome à sua originalidade.

Quanto aos princípios internacionais (universalidade, reversibilidade, mínima intervenção, unidade, neutralidade e patina do tempo) Correia (2007), refere o princípio de universalidade, sendo um bem cultural classificado como património mundial e adquirindo um valor universal, aplicado desde a Convenção de Paris (1972). Este princípio fundamenta a defesa do património, pela responsabilidade de toda a humanidade, deixa-lo conservado para as gerações futuras. É o caso dos sítios classificados como património da humanidade.

O princípio de reversibilidade, é mencionado por Correia (2007), refere como sendo um critério de distinção entre a estrutura original e a intervenção de conservação, que facilitam a reversibilidade, desde que a intervenção seja realizada com rigor e cuidado. É necessário ter atenção a este princípio pois é dos mais difíceis de aplicar, devido as reações química entre os constituintes. Contudo, e conforme a recomendação da Carta de Cracóvia (2000), esta justifica que para haver uma boa conservação dos materiais originais, estes, devem ser constantemente controlados, tendo em conta a possibilidade de uma reversibilidade no objeto.

No caso do princípio da mínima intervenção, este está associado a toda a obra de conservação, onde segundo Correia (2007), a aplicação deste princípio facilita a reversibilidade, assim como a conservação da autenticidade. O princípio de mínima intervenção e a reversibilidade, são importantes para a questão da sua conservação, pois vão ajudar à conservação do contexto natural do bem cultural, por meio do mínimo impacto possível.

Feilden (2004), destaca a sua importância para a ação de conservação, referindo que para uma intervenção a este nível, deverá ser mínima e reversível, para não prejudicar possíveis ações futuras.

Quanto ao princípio de unidade, este é visto como uma leitura do objeto por inteiro, implícita na leitura do seu total. Correia (2007), referindo-se a Correia e Fernandes (2006), assinala que o objeto deve ser compreendido, como um todo na sua unidade, desde do seu conceito original como foi construído. No entanto, poderá não ser fácil a sua intervenção devido ao material que pode ser afetado e a aparência estrutural que se poderá alterar.

Ainda Correia (2007), nos seus documentos associada Neutralidade, às ações de reabilitação, isto porque parte da alteração da função original, a continuação do uso do

edifício e o respeito pelas suas características essenciais, são a melhor forma de conservação.

Stubbs (2009) considera que a teoria da conservação defende as abordagens baseadas na integridade e autenticidade e nos valores. Os princípios defendem e fundamentam as intervenções no património, protegendo fisicamente e aos seus valores associados.

A pátina do tempo é um princípio importante, pois engloba os materiais do objeto, com o objetivo de conservar a sua antiguidade, como refere o autor Orbasli (2008), os materiais com que é construído o edifício, vão decair com o passar do tempo, isso reflete a evidência da idade, que muitas vezes é identificada como a pátina do tempo, sendo também um dos valores que se dá a um edifício histórico ou paisagem urbana. O objetivo da conservação é combater o processo natural do envelhecimento, com vários métodos de intervenção.

Assim, a patina reflete-se sobretudo na aparência, protegendo o impacto do tempo e da degradação na obra patrimonial. (ICOMOS, 2011).

## 2.1.5 Significados e Valores associados ao património

No que diz respeito à arquitetura, os valores associados ao património, podem ser distintos consoante a problemática ou tema em discussão. De acordo com Orbasli (2008), os valores são considerados qualidades e características que os utilizadores e a sociedade atribui em diferentes épocas ao património cultural. Por sua vez, a Carta de Nara (1994), esclarece que sob todas as formas e em todas as épocas históricas, se justifica, os valores atribuídos a esse património, no entanto podem causar conflitos entre eles no momento da intervenção de conservação.

Os documentos europeus e internacionais que se destacam sobre esta problemática referem que o Património Arquitetónico é detentor de valores tangíveis, que estão relacionados com a sua localização, desenho, sistemas construtivos, materiais, qualidade estética e uso, como também valores intangíveis, associados aos valores históricos, sociais, científicos, espirituais, entre outros.

Segundo Correia (2009), a variedade de valores é cada vez mais ampla, e a sua atribuição é realizada em diferentes sentidos e critérios para o seu reconhecimento, sendo um fator fundamental para a tomada de decisão de intervenção no património.

Devolver um determinado significado ao objeto, orienta e define o caráter da intervenção, tal como referido na Carta de Burra (1979).

Desta forma, para este parâmetro de investigação, enquadram-se, de seguida, um conjunto de valores associados ao património, mencionando autores de referência que desenvolveram a sua abordagem sobre os valores e de seguida enquadrar na problemática de investigação.

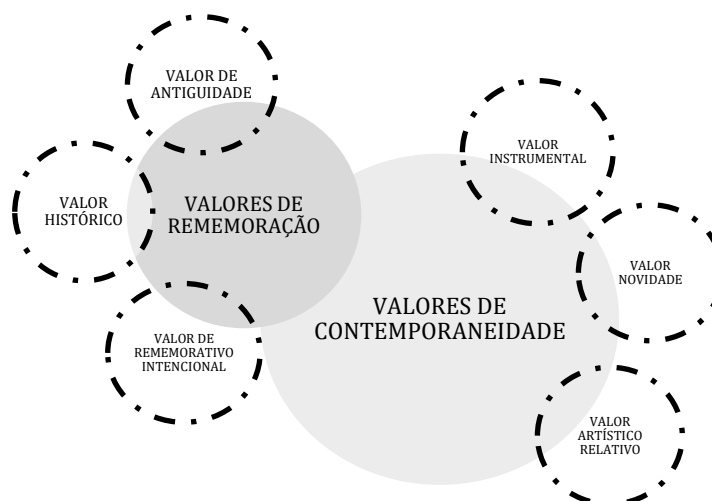


Figura 2 : Esquema representativo dos valores do autor Alois Riegl

Alois Riegl (1987), é um dos autores que desenvolveu a primeira e coerente base para a teoria da conservação, incluindo um conjunto de reflexões destinadas a fundamentar uma prática, a motivar as tomadas de decisão e a sustentar uma política, abordando mais no valor outorgado ao monumento do que no monumento em si, tratando o valor como um evento histórico, incluindo uma análise crítica dos seus valores patrimoniais.

Riegl (1987), organiza e classifica dois conjuntos de valores que se dividem em valores mais específicos, surge os valores de rememoração, que correspondem ao valor original do monumento, surgindo do reconhecimento da obra a um passado histórico, e que se divide em valor de antiguidade, valor histórico e valor de rememorativo intencional.

E os valores de contemporaneidade, que adquire os seus valores independentemente do seu passado, podendo responder a necessidades materiais ou espirituais do monumento, divide-se em valor instrumental e valor artístico sendo que este se divide em valor de novidade e valor artístico relativo.

Quanto ao significado dos valores de rememoração, o autor Riegl (1987), refere que o valor de antiguidade está associado ao reconhecimento do monumento, pelo seu aspeto “inatual”, valorizando a memória física do monumento (perceção sensorial) e os seus indícios do tempo constantes na obra, revelando algo incompleto, devido a decomposição imposta à obra pelas forças da natureza, alterando a sua forma e cor, demonstrando a sensação do tempo passado, constituindo características opostas ao objeto moderno.

O valor histórico, parte da valorização do estado original do monumento, quanto maior for conservada a sua integridade, e menor for a alteração sofrida do estado original, após a sua criação, maior é a sua importância do ponto de vista histórico-artístico, cultural e ainda mais cronológico (Riegl, 1987).

Este observa o monumento original como intocável, não pela razão do valor de antiguidade que já referimos, que se trata de conservar o seu aspeto físico, mas sim pelo valor documental ao estado original do monumento, tornando-se o mais autêntico possível, passando a ser identificado como um documento histórico, sendo fiel a sua concepção, acabando por zelar pela sua manutenção, no seu estado atual. (Riegl, 1987).

E por último um dos valores de rememoração, o valor de rememorativo intencional, tem como objetivo nunca deixar o monumento fazer parte do passado, mantendo vivo e presente, permitindo que permaneça na consciência das gerações futuras.

Enquanto o valor de antiguidade é valorizado pelo seu aspeto físico e o valor histórico justifica a sua existência por meios de documentação, o valor rememorativo pretende o seu presente eterno e a sua essência contínua, mantendo vivo por meio de manutenção e se necessário por meio de intervenção de “restauração”. (Riegl, 1987).

Seguidamente, no conjunto de valores de contemporaneidade, Riegl (1987), fala do valor instrumental, que considera a sua capacidade de tratamentos e intervenções no monumento e na obra contemporânea, impondo a competência de “restaurar” para tornar o monumento “funcional”. (Riegl, 1987).

O valor artístico, que igualmente faz parte dos valores de contemporaneidade, está relacionado com a parte da criação artística antiga, estando acessível a sensibilidade moderna, é composto pelo valor de novidade, que se contradiz ao valor de antiguidade, fazendo lembrar o menos possível do passado, eliminando a degradação do monumento e tornando a obra nova pela reconstrução da sua forma e cor, permitindo tratamentos e intervenções mais evasivos para o monumento, valorizando assim as obras recém-criadas; e pelo valor artístico relativo, que fundamenta o respeito pela sua própria concepção, forma e cor, e a possibilidade de que as obras passadas não sejam apenas testemunho da força criadora humana na superação da natureza. (Riegl, 1987).

Enquanto o valor de novidade, era negado pela integridade da obra no seu estado original, o valor artístico relativo é indiscutível, provocando o desejo de não enfraquecer o seu significado, mas estando tentados a desfazer o processo natural, para a remoção de traços de antiguidade para a retoma do estado original do monumento.

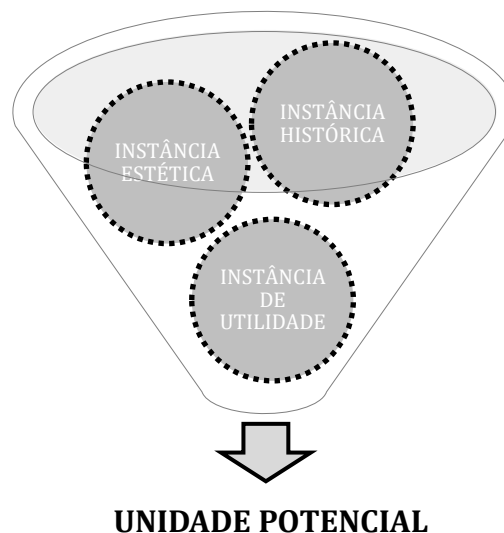


Figura 3: Esquema representativo dos valores do autor Cesari Brandi

Seguidamente, um outro autor que abordou também os valores, Cesari Brandi (2006) que desenvolve a sua teórica aplicada ao restauro de obras de arte figurativas, adaptadas aos monumentos, restabelecendo a sua funcionalidade (dar uso), chegando ao conhecimento onde a percepção do objeto se dá na sua totalidade e no seu juízo de valor, afirmando que o restauro é como “qualquer intervenção destinada a repor a eficiência de um produto da atividade humana” (Brandi, 2006).

Para Brandi, a intervenção de restauro é um “momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, nomeadamente na sua consistência física, dupla polaridade estética e histórica, tendo em conta a sua transmissão para o futuro” (Brandi, 2006, p. 4), considerando que precisa buscar a sua unidade potencial, sem que produza falsificações ou que elimine a pátina, característica da passagem do tempo da obra, evitando intervenções onde alterem as características que lhe dão identidade.

Permite chegar ao conhecimento dos valores materiais, históricos e estéticos individuais de cada obra de arte de forma a preservá-los mantendo as suas singularidades para a sua transmissão para o futuro.

Estabelece três instâncias, uma delas refere-se a instância estética, que corresponde à qualidade do artístico pelo qual a obra é obra de arte, não dependendo da sua materialidade ou historicidade, mas sim da sua condição artística, abrangendo essencialmente a seu aspeto, não esquecendo a sua estrutura que pode ser intervencionada a partir da consolidação ou manutenção; a instância histórica, que se refere ao produto humano, ato de criação, num certo tempo e lugar, na qual a obra se incide no presente de modo contínuo, carregando essências do passado dos

monumentos; e a instância de utilidade que é aplicável às anteriores instâncias, pois permite acompanhar sempre a obra, na sua utilidade.

Contudo, a teoria de Cesari Brandi (2006), é considerada segundo Jukilehto (2011), para a conservação do aspeto, considerando teoria das obras decorativas, atualmente os seus valores são demasiados restritos para a grande variedade de bens culturais.(Póvoa, 2017).

Por sua vez, Choay (1999), considera o património e os valores associados aos monumentos, entre a época da Revolução Francesa e os anos 60, destacando o valor nacional, valor cognitivo, valor económico e o valor artístico.

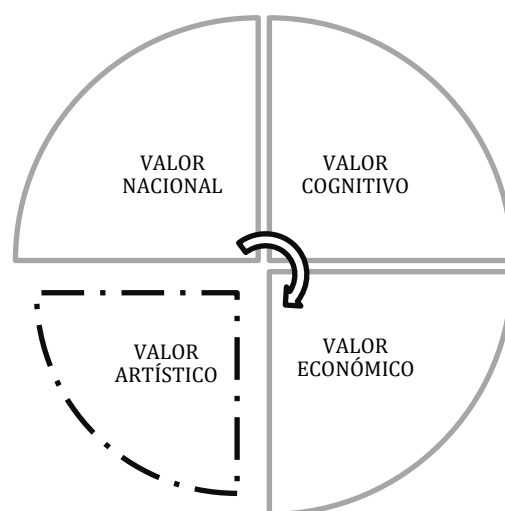


Figura 4: Esquema representativo dos valores do autor Choay

Quanto ao valor nacional, Choay (1999), considera-o o mais importante e fundamental, inspirado em medidas de conservação, tomadas pelo Comité de Instrução Pública, a inventariação e a verificação de todas as categorias do património.

Quanto ao seu grau de importância da época a autora define o valor cognitivo, relacionado com o seu lado educacional, virado para os saberes abstratos e diversos conhecimentos, considerando os monumentos o reflexo de valores de saberes específicos e gerais, para todas as categorias sociais, permitem “construir uma multiplicidade de histórias, de políticas, de costumes, de arte, de técnicas e servem, simultaneamente, para a investigação intelectual e para a formação das profissões e dos ofícios” (Choay, 1999, p. 98).

O valor económico, virado para o meio da exploração turística, com o interesse no património monumental, afetado pela “ forte conotação económica” (Choay, 1999, p.101), e por fim, o valor artístico, associando o termo beleza na conservação, mesmo sendo escasso a sua abordagem, sendo “impreciso”. (Choay, 1999, p. 99).

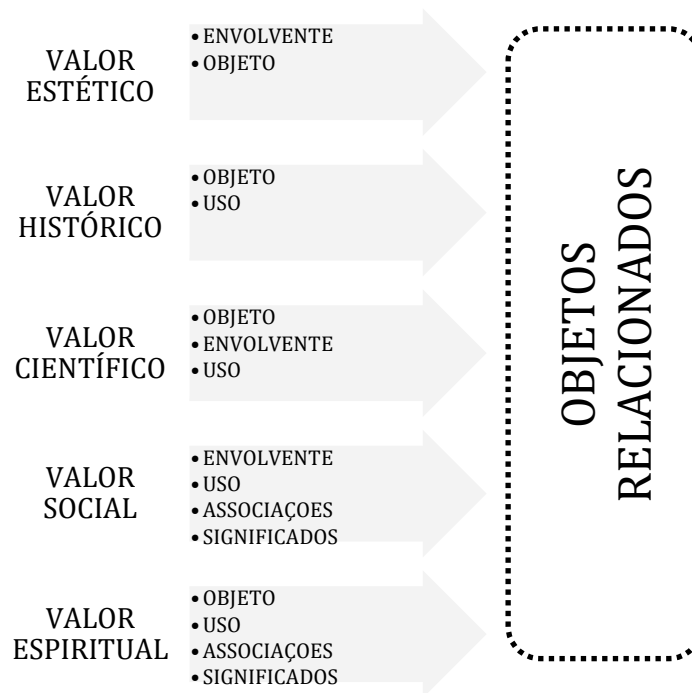


Figura 5: Esquema representativo dos valores da Carta de Burra

A Carta de Burra (1999), segundo o artigo 1.2, foi o primeiro documento internacional a mencionar e definir o significado cultural (sinónimo de significado patrimonial e valor de património cultural) abrangendo os valores estéticos, históricos, científico, valor social e espiritual, incorpora no lugar, através do seu objeto (espaços, superfície exterior ou materiais), envolvente (lugar, paisagem, construções que rodeiam), uso (funções, atividades ou práticas ocorrentes no objeto), associações (conexões entre as pessoas e o lugar), significados (aspetos intangíveis de caráter simbólico ou recordações) e lugares ou objetos relacionados (contributo externo). (Póvoa, 2017).

Quanto ao valor estético, está relacionado com a sua criação artística, que diz respeito à sua forma, cor e beleza, materializando-se através do objeto, da envolvente e dos objetos relacionados. O valor histórico é significado de história e memória da evolução da humanidade, que se pode identificar através do objeto, do uso ou de objetos relacionados (Carta de Burra, 1999).

No que refere ao valor científico, é considerado um conjunto de conhecimentos relativamente a uma determinada área, por exemplo: da arquitetura, da arqueologia, da engenharia ou outras áreas de conhecimento científico. Estes valores pode-se refletir através do objeto, da envolvente, do uso ou dos objetos relacionados (Carta de Burra, 1999).

Contudo o valor social e espiritual está atribuído à sociedade e às ideologias/religião, sendo que o primeiro valor é identificado através da envolvente, do uso, de associações, de significados e objetos relacionados e o segundo pode ser pelo objeto, uso, associações, significados ou objetos relacionados (Carta de Burra, 1999).

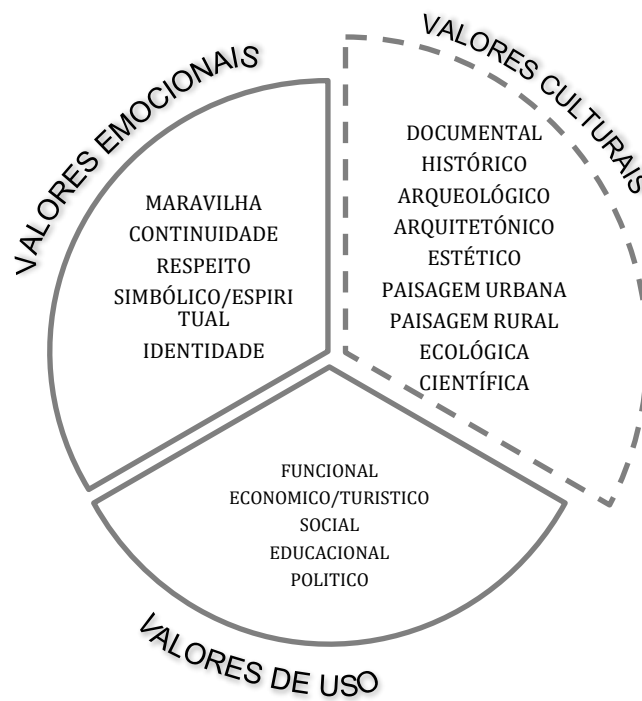


Figura 6: Esquema representativo dos valores de Bernard Feilden

Bernard Feilden (2004), aplica de uma maneira abrangente os princípios fundamentais da conservação arquitetónica nas suas aplicações no património, definindo objetivos e identificar os valores atendendo às questões culturais.

Feilden (2004), classifica três conjuntos de valores: os valores emocionais (maravilha, identidade, continuidade, respeito ou veneração e simbólico ou espiritual), que são caracterizados pela consciência cultural e transmissores de mensagens, através de emoções manifestadas no local;

Os valores culturais (documental, histórico, arqueológico ou de idade, estético ou de valor arquitetónico, paisagem urbana, paisagem rural ou ecológica e tecnológica ou científica), que são apreciados por pessoas com formação em áreas específicas, tais como arquitetos, arqueólogos, historiadores ou de outras áreas para o património, encarando a sua importância em cada caso de intervenção;

E por último os valores de uso (funcional, económico ou turístico, social, educacional e político), que são importantes para a obra arquitetónica, fazendo com que não caia em desuso ou degradação, o que implica gastos para a sua manutenção. É

usado muitas vezes quando considerando o património arquitetónico uma reabilitação ou remodelação do edifício.

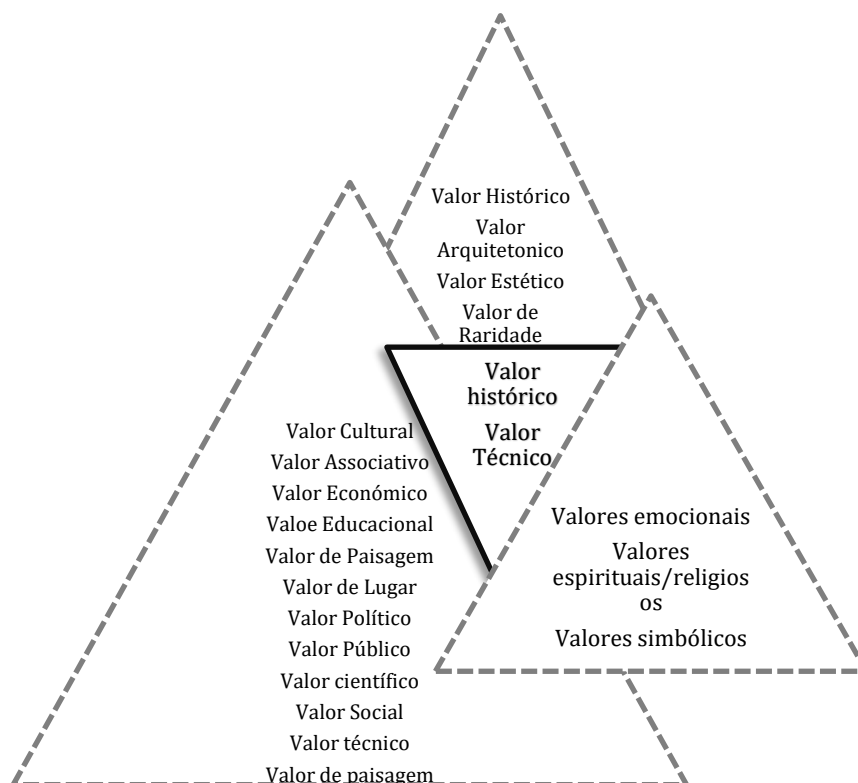


Figura 7: Esquema representativo dos valores de Orbasli

Outro autor, que igualmente aborda os valores, Orbasli (2008) identifica uma vasta série de valores associados ao património cultural, considerados por ele, valores mais comuns, tais como o valor histórico, que está relacionado com uma obra arquitetónica ou lugar, não só pelas suas evidências físicas mas também a eventos ou a um período importante na história; o valor arquitetónico que refere as qualidades do design, proporção e período da arquitetura de um edifício que contribuem para a experiência do quotidiano; o valor estético ou artístico concedido a um edifício histórico, com alguma qualidade artística diretamente à obra de arte, que é parte integrante da construção; e o valor de raridade que está relacionado com a ocorrência de um tipo ou técnica de construção em uma determinada área em que não é comum.

Além destes valores comuns, Orbasli (2008), acrescenta ainda o valor associativo, que está relacionado com a obra arquitetónica ou o lugar tem com um evento ou personalidade na história; o valor cultural associado a um período do passado, desde o estilo de vida, ao uso dos materiais e às técnicas utilizadas na sua construção; o valor económico como benéfico para a economia aplicado ao turismo, tornando-se umas das principais razões para a conservação do património cultural desde os finais do século

XX; o valor educacional dos locais ou edifícios com valor, que transmitem aprendizagem associada a um período histórico, modo de vida passado, relações sociais ou técnicas de construção; o valor de paisagem associado ao património construído adaptado pelo homem, no seu contexto e envolvente que complementa a obra arquitetónica; valor de lugares distintos como contribuição para a distinção do local, atribuindo uma qualidade única tornando-se diferente de qualquer outro lugar, retratado pelos seus materiais locais ou técnicas de construção desenvolvidas no local; o valor político relacionado com o favorecimento da obra arquitetónica determinado por um período político; o valor público ligado aos espaços públicos que tiveram algumas manifestações, revoluções ou comícios, que podem estar relacionados com valores políticos ou históricos; valor científico, investigação e de conhecimento que está associado às técnicas de construção ou materiais utilizados na obra arquitetónica, que transmitem informação das práticas construtivas de um determinado período, este valor científico, de pesquisa e de conhecimento está relacionado com o valor educacional; o valor social como significado de um lugar histórico para a comunidade, fazendo parte de um intercâmbio social contínuo; o valor técnico relacionado com os sistemas tecnológicos envolvidos na construção e o seu contributo para o avanço tecnológico para a construção da época e o valor de paisagem urbana associado a um conjunto de edifícios, ruas ou paisagens urbanas, considerando o valor de grupo maior que o valor dos componentes individuais.

Destes valores comuns, Orbasli (2008), refere valores menos tangíveis tais como os valores emocionais relacionados com o afeto que as pessoas têm pelo edifício ou sentimento de admiração e respeito pela obra, este valor pode estar também relacionado com o valor associativo; os valores espirituais e religiosos relacionados com quem visita obras religiosas ou para quem vai em peregrinação, incluindo a natureza sob forma de montanhas, rios ou outros elementos naturais, e os valores simbólicos associados a momentos comemorativos históricos, com base na sua própria cultura, valores e eventos passados do local.

Apesar do autor identificar bastantes valores associativos no património arquitetónico e ser explícito na sua abordagem sobre o tema, ele destaca dois valores que se isolam na sua definição e que podem surgir associados a outros, os valores histórico e técnico. Contudo, o autor na sua abordagem aos valores associados ao património, não destaca como identificá-los e quais as intervenções de conservação a que se aplicam, referindo que “os valores precisam ser equilibrados entre si e priorizados ao tomar decisões de conservação” (Orbasli, 2008, p. 38).

Por suas vez, “pode ser ponderado o fator de tempo, como processo de mudança dos valores, resultante da continuidade histórica do sítio.” (Póvoa, 2017, p.62).

## 2.1.6 Valores associados ao Património Industrial

Na sequência do tema dos valores associados ao Património Arquitetónico, é fundamental, para a presente investigação identificar os valores associados ao Património Industrial.

A arquitetura da indústria em Portugal, não tem, até hoje, a merecida devida atenção por parte da crítica. Entendida, muitas vezes, apenas nos seus aspetos técnicos e construtivos, esta produção legou-nos um património cujo valor para a história da arquitetura urge inventariar e divulgar, não só nos meios científicos dos especialistas, mas também a um nível mais alargado, junto de um público interessado pelos fenómenos da cultura e da estética. (Fernandes, 2003).

É de salientar que para além dos valores associados a espaços ou construções ligados à atividade industrial, o património industrial integra também no seu conjunto muitas vezes a toda a documentação e bens materiais, tais como os conhecimentos adquiridos por operários e técnicos ou sistemas produtivos que não se encontram documentados. (Pedro, 2018).

A Carta Nizhy Tagil (2003) do TICCIH, menciona, mais especificamente que “ O significado e o valor do património industrial são específicos das estruturas ou dos próprios sítios, do seu tecido material, das suas componentes, da sua maquinaria e contexto, expressos na paisagem industrial, na documentação escrita, e também nas dimensões imateriais contidas nas memórias, artes e costumes.” (TICCIH, 2003, p.5).

A arquitetura da indústria, tem tido alguma dificuldade em se afirmar como um bem de valor perante a sociedade em que vivemos, “muitos dos seus exemplares têm sido ao longo do tempo desprezados, ficando ao abandono, tornando-se em ruínas e sendo até mesmo destruídos.” (Pedro, 2018, p.43).

Para definirmos os valores da arquitetura da indústria, é necessário compreender a essência dos próprios lugares indústrias, “pois os valores que relacionamos também sofrem conotações distintas conforme o bem em questão. Podemos considerar quando refletimos sobre valores da industria, que existe uma dualidade entre valores quantitativos e qualitativos.” (Pedro, 2018, p.43).

“ Os valores quantitativos, normalmente estão associados a uma objetividade numérica, que dizem respeito a quantidades, relacionados com interesses económicos e políticos.

Os valores qualitativos têm o sentido das qualidades imateriais, ligados a aspetos simbólicos e que carregam significados intangíveis.” (Pedro, 2018, p.44).

Considera assim, que “o edifício industrial abandonado ou em ruínas é um espaço tangível, com valor quantitativo, que concebe benefícios intangíveis, com valor qualitativo.” (Pedro, 2018, p.44).

Segundo Rosa (2011), a salvaguarda do património industrial entende, que a desindustrialização e as novas dinâmicas da indústria a partir da segunda metade do século XX, significa a perda de memória e de identidade cultural, desta forma a sua defesa é guiada pelo reconhecimento dos valores tangíveis e intangíveis da atividade industrial (fábricas, centrais elétricas, ferrovias, gestos e gestos técnicos, tradições e saberes populares, etc.), sendo lugares de memória e de valor de identidade para diversas comunidades. (Rosa, 2011).

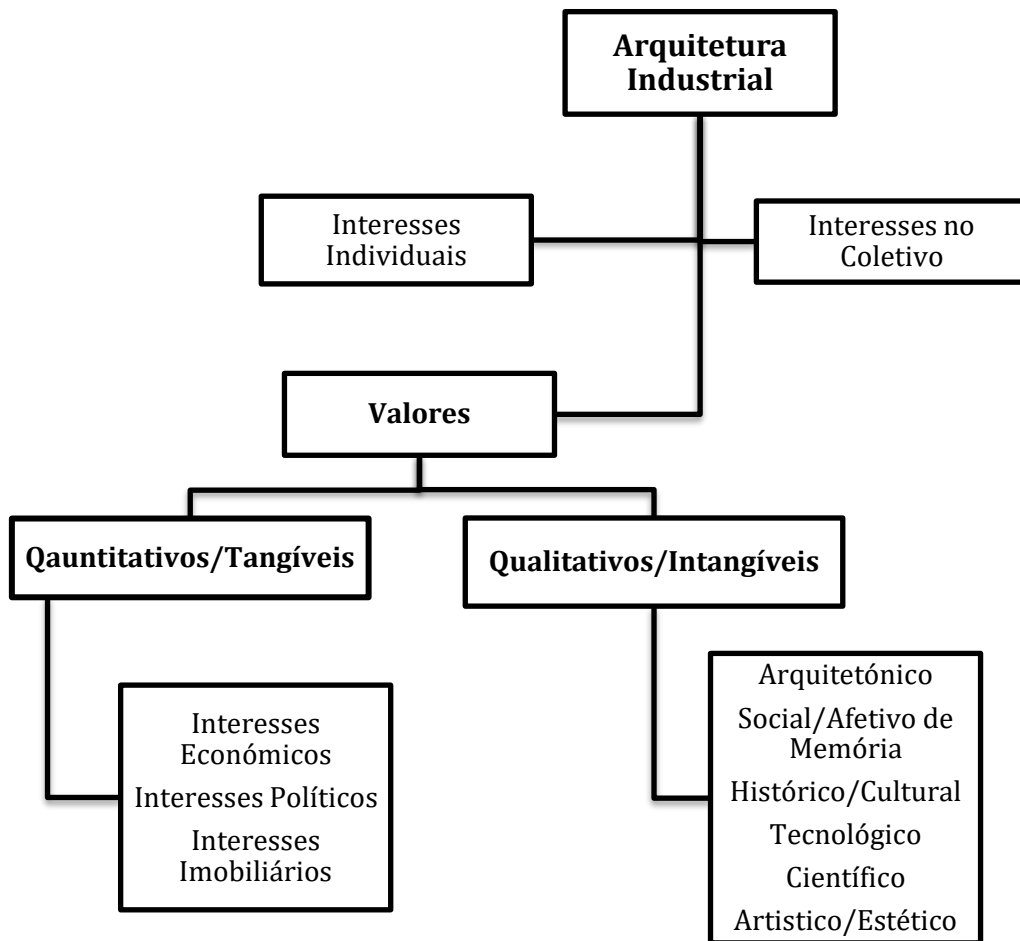


Figura 8: Esquema representativo dos valores da Arquitetura Industrial

“Os edifícios industriais são testemunhos próximos das comunidades que refletem vivências de outrora. Estes sítios indústrias comportam uma dimensão intangível, os seus espaços fizeram-se associados ao trabalho e a trajetórias.” (Pedro, 2018, p.44).

Pensar na arquitetura, obriga-nos ao exercício de uma retrospectiva sobre o que antes era um lugar de trabalho e hoje é um lugar de memórias, dividindo assim os seus valores por dois tipos, “o de quantitativos, ou seja, os palpáveis, referindo-se ao lado material e os qualitativos que são intocáveis mas sentidos.” (Pedro, 2018, p.44).

No entanto, houve um progresso no reconhecimento do valor, neste conceito de Património Industrial, que obrigou à sistematização da definição, princípios e metodologias, os quais ficaram consignados na Carta de Nizhny Tagil (2003, p.5).

Nesta carta, especifica um conjunto de valores intrínsecos a este tipo de património, em que é valorizado o edifício industrial isolado, os complexos industriais e a paisagem industrial. Estas são as diretrizes a considerar na avaliação dos valores para uma seleção sobre vestígios indústrias que devem ser salvaguardados.

Estes valores, consideramos que podem ser, o valor histórico / cultural, o valor social / afetivo de memória, o valor tecnológico, científico e o valor arquitetónico (valores qualitativos).

Contudo, não significa que não possam existir mais, para além destes.

Quanto aos valores referidos, segundo Carolina (2011), a salvaguarda e eventual reutilização de determinada estrutura industrial deverá basear-se nos seus fundamentos e utilização dos diversos critérios, reconhecendo o valor histórico / cultural, como um momento específico da evolução das atividades humanas, considerando as instalações industriais “objetos portadores de tempo”, documentando as fases da civilização industrial.

“ (...) O património industrial representa o testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas. As razões que justificam a proteção do património industrial decorrem essencialmente do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios excecionais.(...)”. (TICCIH, 2003, p.7).

O valor social, está relacionado a experiências do trabalho industrial relatando as suas vivências do passado, possuindo uma vertente afetiva de memória, para aqueles que em tempos trabalhavam neles ou que desde cedo se habituaram a vê-los inseridos no território criando uma espécie de vinculação na paisagem, e por isso tem dificuldades em aceitar que estes possam deixar de lhes pertencer.

(...) O património industrial reveste um valor social como parte do registo de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o património industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitetura, do seu design ou da sua conceção.(...). (TICCIH,2003).

A Carta de Nizhny Tagil (2003, p.8), como podemos ver destaca por grupos sociais como maquinistas, técnicos, operários, entre outros, revelando experiências antigas do trabalho industrial. Estes possuem também a vertente afetiva de memória.

“ (...) possuem, antes de mais, um valor afetivo de memória para aqueles para quem, desde há gerações, eles eram o território e o horizonte e que procuram não ser delas desapaosados. (...)” (Choay, 2008, p.234).

As grandes chaminés por exemplo foram-se transformando em símbolo de trabalho e produção para vestígios de antigas fábricas. Esses testemunhos já ultrapassados têm vindo a ser inscritos como herança do património industrial.

Segundo Portas, o edifício industrial que permanece na cidade abandonado ou em ruínas, mesmo descontextualizado do meio onde está inserido e sem nenhuma função deve ser considerado um legado da indústria com valor.

Seguidamente, o valor tecnológico, associado às transformações técnicas e tecnológicas dos processos industriais. Este revela a autenticidade do sítio industrial, e quando a maquinaria ou outros componentes são retirados, muitas vezes deixa de ser possível fazer a leitura do conjunto, perdendo esse valor. São a demonstração da funcionalidade, inovação de outros tempos. (Pedro, 2018).

O valor científico, como fonte para os estudos científicos em diversos campos como a história social, económica e sociológica.

“(...) Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às estruturas, aos elementos construtivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registos intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições. (...).(TICCIH, 2003, p.7).

O valor arquitetónico, como elaboração dos projetos, representando a forma, aparência e função específica, apresentando uma grande versatilidade e flexibilidade espacial, devido à existência de vãos estruturais amplos e com pés direitos generosos, oferecendo uma luz natural abundante. Estabelecendo na sua escala um lugar de destaque e nos diferentes materiais e sistemas construtivos utilizados.

E por fim o valor artístico/estético, relacionado com a evolução da arquitetura industrial, desde as antigas oficinas e manufaturas às fábricas dos nossos dias, relativamente à sua estrutura industrial podendo transmitir várias informações, como a sua escala, volumetria e distribuição do espaço.

É essencial que se especifique os valores que vão ditar as normas e os critérios de reconhecimento de valor para facilitar no processo de seleção de quais os consideramos a serem preservados no presente para o futuro, tal como consta da carta Nizhny Tagil :

(...) Os critérios de avaliação de instalações industriais dessem ser definidos e publicados a fim de que o público possa tomar conhecimento de normas racionais e coerentes. Com base numa investigação apropriada, estes critérios devem ser utilizados para identificar os mais significativos vestígios de paisagens, complexos industriais, sítios, tipologias de implantação, edifícios, estruturas, máquinas e processos industriais mais significativos. (...).(TICCIH, 2003, p.9).

O significado e o valor do património industrial são específicos das estruturas ou dos próprios sítios, do seu tecido material, das suas componentes, da sua maquinaria e contexto, expressos na paisagem industrial, na documentação escrita, e também nas dimensões imateriais contidas nas memórias, artes e costumes. (APPI, 2011).

Os valores do património industrial, envolve sobretudo um esforço multidisciplinar, e segundo Celestino Garcia Braña, para a sua defesa é necessário “documentar e interpretar uma história, uma parte que consideramos importante de um passado arquitetónico recente, que constitua um instrumento para o seu melhor conhecimento e valorização cultural, porventura também um apoio à necessária reflexão e tomada de decisões acerca do papel que estas instalações industriais podem chegar a desempenhar num futuro imediato, se assim se julgasse conveniente.” (2005, p.146).

## 2.1.7 Graus de Intervenção

Este critério para a fundamentação teórica, procura esclarecer os termos utilizados nas intervenções no património arquitetónico. É fundamental que a intervenção seja analisada por parâmetros físicos e filosóficos de atuação no património, dependendo muito do impacto que se queira dar ao edifício.

Os princípios de intervenção e os significados dos valores mencionados nos pontos anteriores, estão sempre associados a estes graus.

Os graus de intervenção depende da seleção, decisão e responsabilidade associada aos graus de intervenção na conservação, segundo Orbasli (2008), as intervenções podem reunir vários graus aplicados à mesma obra.

Deste modo, abordam-se vários graus de intervenção, que partem de ações menos invasivas e de menor impacto para os mais invasivos, de acordo com Stubbs (2009), cada nível de intervenção contém em si implicações complexas, ou seja, quanto maior for o grau de intervenção, maior é o risco de perda de autenticidade e de irreversibilidade. É de acrescentar que Stubbs (2009), menciona a existência dos vários níveis/graus de intervenção, mas que no campo da conservação arquitetónica existem várias nomenclaturas.

Feilden (2004), refere que o grau de intervenção pode implicar a perda de valores associados, justificáveis a partir do objeto de conservar para o futuro.

Segundo a Carta de Cracóvia (2002), Conservação (manter em bom estado / acto de conservar), é um conjunto de atitudes que uma comunidade deve ter para a preservação do património construído, respeitando o seu significado da sua identidade e os seus valores associados. No entanto para Feilden (2004), a conservação é uma ação realizada para prevenir a destruição do património, com o intuito de lhe prolongar a vida, salvaguardando o seu futuro. Por sua vez, o autor González – Varas (2008) considera-a uma disciplina de intervenção ou operações, com o objetivo de prolongar e manter, os materiais que compõe o objeto patrimonial.

Orbasli (2008), refere que a conservação passa por um processo de entendimento e salvaguarda, que pode estar associado há manutenção, reparação, restauro ou adaptação, com o objetivo de conservar o seu valor e significado cultural. Quanto maior for o mínimo de intervenção melhor será o resultado final.

Neste sentido, os autores de referência, destacam o termo de conservação como intervenções com várias escalas e níveis de intensidade, com o objetivo de salvaguardar o edifício e o seu testemunho histórico.

Na Carta de Burra (1999), Preservação (ato de preservar/proteger), procura manter o seu estado existente, de maneira a retardar a sua deterioração, como refere Feilden (2004), os danos e a destruição por certos agentes químicos ou micro-organismo devem ser parados para a preservação do estado da estrutura.

Para González-Varas (2008), a preservação é utilizada de modo similar à conservação, incidindo mais sobre o aspeto preventivo, enquanto defesa, salvaguarda e articulação de medidas prévias de prevenção. No entanto Stubbs (2009), apesar de ter a mesma opinião de definição dos termos, apresenta a conservação preventiva, como a prevenção do meio envolvente, acrescentando o termo “Laissez – Faire” (expressão associada ao funcionamento livre e sem interferência), caracterizado por “deixar o lugar como está”, quando não existem condições para intervenção.

Correia (2009), menciona também a importância da gestão do ambiente mantendo o mais possível as suas condições físicas estáveis.

Orbasli (2008), refere que o objeto de intervenção tem que ser mantido, pela sua forma e condição existente, atuando com cuidado na sua manutenção conforme seja necessário.

Neste sentido, apesar das diferentes abordagens à intervenção de preservação, a prevenção que se deve ter perante a obra arquitetónica, é de manter as suas características originais, obtendo ações de prevenção perante a sua deterioração, no entanto, a sua preservação integra o meio envolvente ao objeto de modo a manter o mais possível as condições físicas estáveis, atrasando o seu processo de degradação.

Carta de Burra (1999), Manutenção (dar ou obter o necessário para viver/manter), significa os cuidados a ter continuamente pela proteção do bem cultural e do seu meio envolvente. González-Varas (2008), considera a manutenção e a consolidação, os principais procedimentos a ter para uma obra de conservação, pois possibilita atrasar ou evitar as intervenções diretas.

Segundo Orbasli (2008), o conceito permite uma reparação em curso, integrando medidas preventivas, de vigilância permanente e manutenção regular, exemplificando o autor Feilden (2004) que considera essas medidas relacionadas com as ações de controlo de humidades, temperaturas e luz, manutenção, limpeza ou inspeções. Pode-se assim considerar que esta prevenção permite manter a integridade do edifício, atrasando a degradação da obra arquitetónica.

Consolidação / Estabilização (efeito de consolidar ou estabilizar), integra para Feilden (2004), a adição ou aplicação de materiais de suporte no objeto arquitetónico, com o objetivo de garantir a sua durabilidade e integridade estrutural, respeitando e

preservando a sua forma, é igualmente considerada uma “conservação direta”. Para Stubbs (2009), esta intervenção tem como objetivo a estabilização de um material para que o processo de deterioração seja interrompido, dependendo da utilização dos materiais e da escala física do problema, que pode ser mínima ou radical, invisível ou visível.

Considera-se, que a consolidação se preocupa com as questões estruturais da obra arquitetónica, procurando proteger e salvaguardar o património da sua decadência, apresentando soluções sem afetar o seu valor patrimonial, podendo ser considerado com caráter menos invasivo.

Na Carta de Burra (1999) e de Cracóvia (2000), Restauro (reparar, restabelecer ou reintegrar no estado original), tem como objetivo devolver à obra o estado existente, incluindo a remoção ou a recomposição dos componentes existentes, sem a introdução de materiais novos, já a segunda carta acrescenta, que a intervenção de restauro procura o princípio de autenticidade e a apropriação do bem cultural.

É referenciado por autores como o Feilden (2004), que não foge do mesmo princípio em que o objetivo é reviver o original dando legibilidade ao objeto, que se baseia no respeito pela originalidade do material, as evidências arqueológicas, o desenho técnico e os documentos autênticos da obra, acrescentando González-Varas (2005), que procura sobretudo reestabelecer a unidade potencial do objeto.

Deste modo, este princípio de restauro permite que não haja falsos testemunhos, estando sujeitos a documentação fundamentada para a sua intervenção. Assim, o termo restauro está associado à obtenção do estado original da obra, que implica a dição ou remoção de partes que podem constituir a evolução histórica da obra arquitetónica.

Reabilitação (efeito de reabilitar/reparar), para esta prática de intervenção uma das melhores formas é preservar a obra arquitetónica, mantê-la em uso, os autores Feilden & Jokilehto (1998) defendem que o principal objetivo da reabilitação é a proximidade da sua função original, de modo a assegurar o princípio de mínima intervenção e a perda mínima dos valores associados. Stubbs (2009), refere também as reparações e as alterações que devem preservar as suas partes e características significativas para os seus valores históricos, arquitetónicos e culturais. A reabilitação em si implica a renovação ou a modificação de elementos para a adaptação de um novo objeto.

Orbasli (2008), refere a adaptação, como uma alteração de uso ao longo do tempo, facilitando a obra arquitetónica não cair em abandono, estando em conformidade com o autor Petzet (2004), que esclarece que a reabilitação é demasiado radical pela exigência de acomodar regras e disposições modernas ou alterar a sua utilização,

considerando que tem uma vertente de renovação, pelo facto procurar adaptar-se às necessidades atuais.

A intervenção em reabilitação, está associada à apropriação da forma ou estrutura da obra arquitetónica, sendo fundamental abrir a reabilitação a outros usos integrativos, respeitando os espaços originais e beneficiando do uso do objeto, incluindo ou não, a renovação, conforme a necessidade de melhoria das condições de conforto e uso.

Para os autores Feilden & Jokilehto (1998), Renovação (tornar novo/melhorar/renovar), é a conservação de recursos patrimoniais, utilizando materiais compatíveis e técnicas tradicionais de primeira importância, em relação ao aspeto visual do edifício, isto permite adquirir uma coerência visual perdida da obra arquitetónica. Outro autor González-Varas (2008), salienta que a renovação é uma medida de melhoria e atualização dos componentes materiais, sendo um sinónimo de reversibilidade e contraditório à pátina do tempo, como não é uma intervenção compatível às exigências básicas da conservação.

Conclui-se que a renovação afeta o aspeto dos materiais, no entanto, essa intervenção deve ser realizada de uma forma sustentada, tendo em consideração as tradições locais e estilo de vida (Correia,2009).

Segundo a Carta de Burra (1999), Reconstrução (formar de novo/efeito de reconstruir), significa a reversão da obra arquitetónica ao estado anterior, com a distinção e utilização de novos materiais. Por sua vez a reconstrução acontece por motivos de incidentes, como estruturas destruídas, catástrofes naturais ou eventos de guerra. Contudo a reconstrução não deverá ter a pátina do tempo, pois deve-se perceber que o material existente, e não é o original, e além disso não substitui o objeto patrimonial, pois alguns dos seus valores são destruídos.

Feilden (2004), considera que uma outra forma de reconstrução é a mudança do edifício para outro lugar, que não o original, considerando como a relocação, no entanto, isto implica a perda de valores culturais, no entanto, Stubbs (2009) define a reconstrução como uma remontagem da estrutura parcial ou completa do local original "in situ", utilizando a maior parte dos materiais originais, chamado também como uma intervenção de anastilose.

Posto isto, esta última intervenção de conservação é de um grau mais invasivo para os valores de intervenção, podendo incluir a relocação e anastilosis, que são intervenções distintas e na aplicação, estas precisam de ser fundamentadas com bases documentais oficiais e verdadeiras. Stubbs (2009) refere que quanto maior o grau de intervenção, maior o risco de manter a autenticidade e a reversibilidade.

O Documento de Madrid (2011), refere que as Ampliações (ampliar/aumentar) devem respeitar o significado cultural do património, para assegurar a sustentabilidade do bem patrimonial. As ampliações devem ser desenhadas, respeitando a sua escala, a implantação, a composição, a proporção, a estrutura, os materiais, a textura e a cor do bem patrimonial. Estas intervenções devem ser reconhecíveis como elementos novos, mas desenvolvidas de forma a manter a harmonia com a preexistência.

Contudo, Gracia (1996) desenvolve e esquematiza a intervenção de ampliação (fig.9) O autor estabelece a ampliação como melhoria e modificação espacial, de modo compatível e unificado com a preexistência. Sendo assim, Gracia (1996) desenvolve através de esquemas, possíveis ligações entre a preexistência e a ampliação (fig.9): relações de inclusão, intercepção ou exclusão, graus de compatibilidade e ligação perante a relação de exclusão.

A ampliação pode ser aplicada em simultâneo com outras intervenções mais ou menos invasivas, ou atuar independentemente sem afectar/ interagir de forma direta obra arquitectónica.

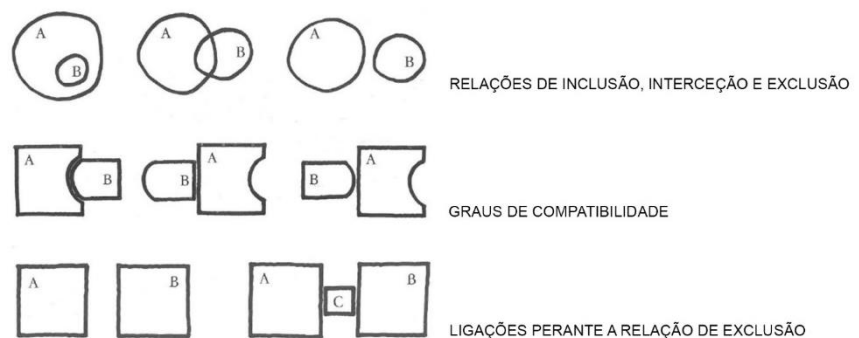


Figura 9: Esquema representativo de intervenção de ampliação.

## 2.2 CIDADES COMPACTAS

### 2.1.1 O impacto da revolução industrial para os edifícios multifuncionais / cidades compactas

Com o período da Revolução Industrial, as cidades expandiram-se devido ao crescimento populacional, fazendo com que os habitantes saíssem da sua zona de conforto e fossem procurar trabalho nas grandes fábricas, permitindo que a cidade crescesse e se dispersasse, consistindo no aumento da mobilidade, ocorrendo segregações tais como a habitação e o trabalho, que se isolam em edifícios individuais, onde muitas vezes se empregavam em áreas restritas da cidade.

Após o período industrial, surgem formas para reparar alguns problemas devido ao crescimento acelerado das cidades, Silva & Romero (2011) refere que as cidades passaram a evidenciar o urbanismo monofuncional, na qual prevalecia a perda do sentido sócio espacial e de identidade entre cidadão e a cidade, o que originou uma desordem.

Trancik (2003) e Romero (2009), acrescentam ainda que a maioria dos edifícios foram tratados como elementos isolados na paisagem, e não como elementos integrados na malha de ruas, praças e espaços abertos, apresentando um traçado rígido, que o descaracterizava. Tostes (2018), refere ainda que este modelo monofuncional influencia a composição das cidades, na qual resulta na “separação de uso, através de áreas residenciais periféricas, conjuntos habitacionais, centros empresariais e comerciais, zonas industriais, estacionamento e centros comerciais” (Tostes, 2018, p. 11). Como consequência a expansão urbana apresenta uma cidade alargada e dispersa, composta por grandes hierarquias viárias.

Uma vez que as cidades começam a crescer de uma forma desordenada, começa por aparecer as chamadas manchas urbanas (denominadas por terrenos vazios no meio da cidade, muitas das vezes não contruídas), o que faz com que a cidade fique toda setorizada : o centro ficam os locais de trabalho e consumo, e nas periferias localizam-se as moradias. (Mazer 2019).

Com isto nota-se perda da densidade, tornando este distanciamento urbano, mais caro e insustentável, obrigando as pessoas a percorrer um caminho maior para trabalhar, e com a falta de qualidade e comodidade nos transportes urbanos, tendem a usar cada vez mais o automóvel para se deslocarem. (Mazer 2019).

Com isto, há a necessidade de implementar novas soluções para amenizar e melhorar esse modelo de cidades feitas para automóveis, através de planeamento

urbano e arquitetura que se integram entre si trazendo mobilidade e qualidade de vida para os seus usuários. (Mazer 2019).

Neste sentido o Uso misto /Edifícios multifuncionais, é uma possibilidade de uso para que se possa diminuir o deslocamento, e melhorar a mobilidade urbana, ter um único espaço residência, comércio, trabalho e lazer, permitindo estimular as pessoas cada vez mais a incluir nas suas rotinas o andar a pé e a usar bicicletas, diminuindo a dependência do uso do carro, sendo benéfico para a saúde e qualidade do ar.

Este tipo de edifícios são importantes para a definição da cidade compactada, que rejeita o modelo de desenvolvimento monofuncional e a utilização predominante do automóvel, para Rogers (2001) uma Cidade Compactada é densa e socialmente diversificada, onde as atividades económicas e sociais se sobrepõem e onde as comunidades são concentradas em torno de unidades de vizinhança, não sendo necessário se deslocar através do uso do automóvel para satisfazer suas necessidades cotidianas – já que foi a partir da criação do carro que começou se deteriorar a estrutura social das cidades, possibilitando aos cidadãos viverem longe dos centros urbanos.

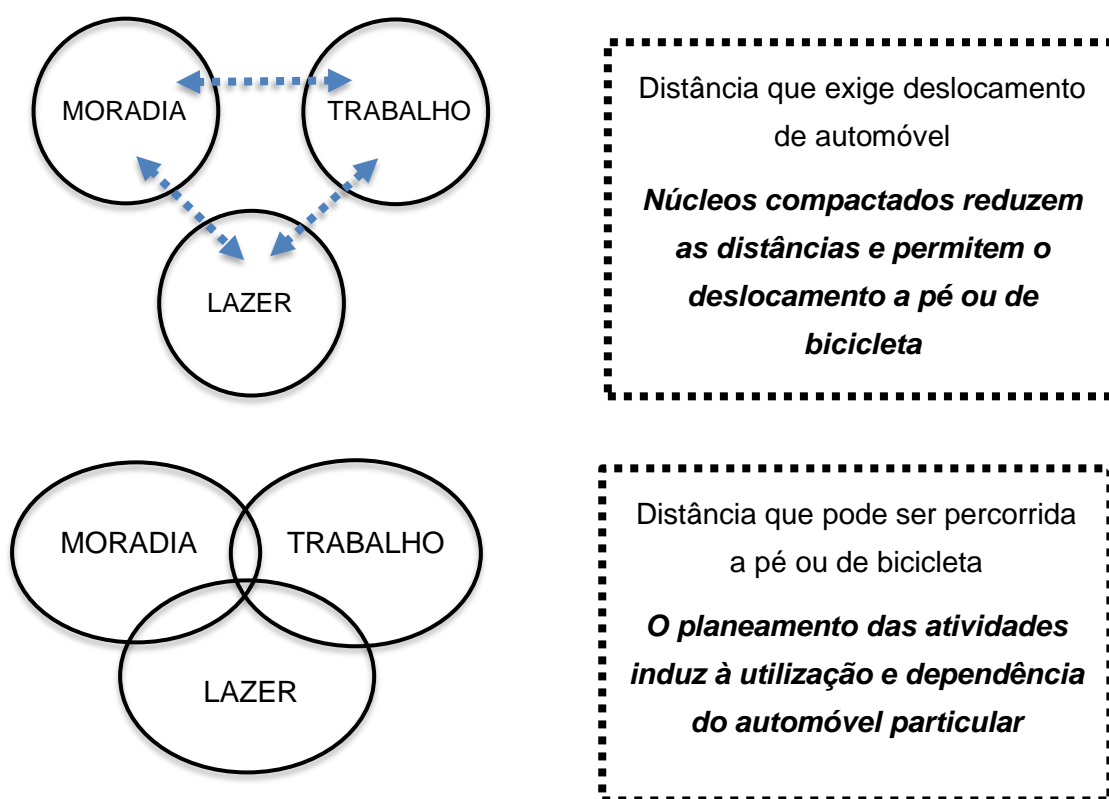


Figura 10: Esquema representativo da deslocação e mobilidade urbana nas cidades compactadas.

Neste sentido, a Arquitetura moderna do século XX, veio resolver a habitação para o ser humano, que juntamente com outros pensadores do Movimento Moderno, pretenderam acabar com os padrões da época e criar novas ideias, tendo como propósito a mudança dos aspetos sociais e culturais que já eram determinados.

Le Corbusier, no início do século XX, juntamente com outros pensadores, criaram um “novo modo de morar” que consistia em uma habitação, com os espaços próximos servindo à coletividade, como espaços comerciais e prestação de serviços, para as necessidades dos moradores, pensando no tempo e na distância que as pessoas gastavam para chegar ao seu destino. (Kinchin, 2015).

Considerado um dos arquitetos mais influentes e mais marcantes do modernismo, ele definiu um sistema arquitetónico concetual e formal reunindo o módulo estrutural “Dominó”, o conceito programático da “máquina de habitar” e uma lógica tecnicamente estruturada através dos cinco pontos da arquitetura moderna, onde expõe os conceitos chave que apoiaram toda a sua obra: as plantas e planos livres, o terraço-jardim ou cobertura ajardinada, as janelas corridas e o sistema de pilares definido como pilotis; estes cinco tornaram-se cânones da arquitetura moderna, na qual o arquiteto teve um papel crucial (Vedrenne, 1998).

Foi assim que desenvolveu a Unidade de Habitação de Marselha, um edifício multifuncional, resultado da estrutura dominó, que incorpora os equipamentos necessários para os moradores viverem com comodidade, sendo acessível a pé, com diferentes elementos e as modelações das fachadas esclareciam os diversos usos no mesmo edifício.

Mostra um sentido estético funcional para o ambiente, não deixando que perca bons espaços dentro da casa e o belo acaba sendo sublime (Beatriz, 2017).

“...multiplicidade de usos fica claramente demarcada e identificada”. (Sampaio, 2002).



Figura 11: Unidade de Habitação de Marselha. Le Corbusier.

Da segunda metade do século XX, até aos dias de hoje, ocorreram alterações nos perfis dos habitantes nas cidades: estudantes, trabalhadores de escritórios, jovens profissionais, diversos formatos familiares se originam, com diferentes rotinas e necessidades. Devido à tecnologia, torna-se possível a comunicação à distância através das redes sociais, porém os moradores necessitam de equipamentos públicos para se encontrar uns com os outros, o que torna a questão dos edifícios multifuncionais importante, pois proporcionam essa integração entre pessoas e ao mesmo tempo em que se consegue adaptar aos diversos “modos de morar” dos habitantes.

## 2.2.2 A relação das cidades compactas com os edifícios multifuncionais

No seguimento do tema anterior, hoje em dia algumas cidades estão em um crescimento desordenado, fenómeno caracterizado pela expansão horizontal do meio urbano sem ter um planeamento adequado, uma realidade que não se consegue reverter, mas sim, adotar meios para garantir uma melhor mobilidade, trazendo uma melhoria na saúde humana e ambiental. (Mazer, 2019).

O termo cidade compacta segundo Roger (2001), é cada vez mais discutido em grandes cidades com o intuito de diminuir os custos e distâncias percorridas pelos usuários de grandes centros/cidades, na sua rotina diária, é considerado um modelo de cidade que pode diminuir o tempo de deslocamento para atividades básicas do dia a dia, gasto pela população nas médias e grandes cidades.

No entanto, propor cidades compactas com densidades altas, não requer necessariamente transformar cidades inteiras em corredores de edifícios altos, mas sim locais de fluxo organizado de transporte coletivo e meios não motorizados e com disponibilidade de serviços básicos próximos a moradias situados em locais densos e, portanto, com maiores alturas.

*“...segue as suas diretrizes como a verticalização planejada, o adensamento controlado, a diversidade social, o aumento do desempenho energético, a redução de veículos, a preservação do meio ambiente, a concentração de unidades na escala de vizinhança e também evita a expansão da cidade em áreas rurais”. Andresa (2008, p. 12),*

Neste sentido, a ideia de implantação de edifícios multifuncionais que conjugam diferentes usos no mesmo projeto vem ajudar na melhoria da qualidade de vida da população, pois morar, trabalhar, comprar e divertir-se são atividades dinâmicas cada vez mais entrelaçadas.

O conceito de edifícios multifuncionais ainda é recente na nossa sociedade, nem mesmo entre arquitetos e urbanistas, sendo aplicadas expressões como “uso misto”, “híbridos”, ou de uso “múltiplo”.

Para Zeidle (1985) e Dziura (2009), os edifícios multifuncionais não consistem em uma ideia, conceito ou uma tipologia, mas um instrumento de segregação urbana contribuindo para a integração e requalificação dos espaços urbanos. Existem edifícios multifuncionais que funcionam como organismos independentes como centros comerciais e hipermercados, no entanto, outros integram os seus espaços internos ao espaço urbano, sendo influenciados e influenciando o seu entorno imediato.

Rogers (2008), refere que é uma alternativa para a reconstituição do tecido urbano, permitindo a diversidade de atividades e pessoas que proporciona a convivência de partes distintas da cidade. Há assim um grande interesse por este tipo de tipologia, retratando um novo paradigma do viver na cidade, trazido pela Revolução Industrial e que está a ser aplicado em algumas cidades, como estratégia urbana.

No entanto, Kinchin (2015), acrescenta ainda que devido à tecnologia, se tornou possível a comunicação à distância, apesar de que os moradores necessitam de equipamentos públicos para se encontrarem uns com os outros, há assim a importância dos edifícios multifuncionais que permitem a integração entre as pessoas e ao mesmo tempo se adequam aos diversos “modo de morar” dos habitantes.

A mobilidade urbana, também está incluída nos parâmetros que devem ser analisados, é um dos problemas existentes na cidade, pois foram pensadas para um tipo de circulação, como a utilização do automóvel, e hoje em dia essa utilização é questionada, havendo mais automóveis nas ruas, essencialmente veículos particulares. Deve-se dar prioridade aos veículos não motorizados e aos transportes públicos, diminuindo assim o caos existente nas cidades. (Kinchin, 2015 ),

Kinchin (2015), refere ainda que esta problemática pode ser corrigida por projetos multifuncionais, pois são pensados para aumentar a qualidade de vida, onde os moradores habitam, trabalham e ainda têm um espaço de lazer, sem ter que passar o seu tempo nos congestionamentos das cidades.

Contudo, há também que ter em conta a questão dos espaços públicos e privados, que devem ter interação entre eles, determinando a qualidade de vida para a cidade. Como já foi referido, a industrialização fez com que a população crescente nas cidades, o que fez com que as cidades se adaptassem a esse crescimento, fazendo com que os espaços públicos ficassem destruídos, perdendo a sua importância. (Kinchin, 2015),

Frúgoli (1995), acrescenta ainda que a dispersão da vida urbana, fez com que os espaços públicos mudassem os seus usos, tornando-se um novo modelo que a cidade o determinava. É importante referir que os espaços públicos precisam de ser de qualidade, hoje em dia estão esquecidos, acabando por se deteorar, fazendo com que as cidades se modernizem de forma heterogénea, pois muitas das vezes dão importância só aos espaços privados, reforçando as desigualdades sociais.

*“...o morar, estudar, conviver, o lazer, são executados, na maioria das vezes, em estabelecimentos fechados, sem contacto com a dimensão pública da cidade, dispondo de um modo de vida singular, fazendo com que cresça o rompimento com os espaços públicos e a diversidade com os grupos sociais” (Frúgoli, 1995, p.91).*

No entanto, Franco (2017), menciona que é necessário melhorar as áreas públicas esquecidas, propondo atividades com funções variadas em praças e parques para seu melhor uso, atendendo a toda a população.

E necessário pensar em modelos que visam a auto sustentabilidade, integrando panejamento urbano e arquitetura, possibilitando a abordagem de novos projetos que se inter-relacionam, feito em edifícios que tem múltiplos usos, facilitando a vida das pessoas que residem nesse lugar, abrangendo espaços necessários na vida cotidiana, como o lazer, comercio, serviço e moradia. (Beatriz, 2017).



## **CAPÍTULO III | CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE BARCELOS**



### 3.1 ENQUADRAMENTO DO TERRITÓRIO DO CONCELHO DE BARCELOS

Esta parte de investigação, tem como intuito, abordar de uma forma geral e objetiva o conhecimento em que se enquadra a antiga Fábrica Tor, apresentando dados relativos à Cidade de Barcelos e à freguesia onde se localiza. O principal objetivo é tentar perceber quais são as qualidades e fragilidades existentes na cidade, para que se permita compreender onde se enquadra a cidade no contexto do património industrial que lá existe, retirando conclusões determinantes para uma intervenção na antiga fábrica Tor.

O concelho de Barcelos, está situado na região do Norte na sub-região do Cávado, conhecida como Baixo Cávado, possuindo uma área de 379km<sup>2</sup>, confinando a norte com terras de Viana do Castelo e Ponte Lima, a leste com Vila Verde e Braga, a sul com Vila Nova de Famalicão e Pova de Varzim e a oeste com Pova de Varzim e Esposende. (DGOTDU, 2012)

A cidade de Barcelos, pertence ao distrito de Braga, da região Norte, subdividida em 61 freguesias, existindo uma média de 120 391 habitantes.



Figura 12: Mapa de Portugal



Figura 13: Região Norte, freguesias de Barcelos

### 3.1.1 DEMOGRAFIA POPULACIONAL

Na perspetiva demográfica, Barcelos entre 1991 e 2001 (INE, 2012), a nível nacional apresentou uma evolução demográfica positiva, traduzida num aumento populacional de 5,3%. Posteriormente em 2011, apontam para uma redução de habitantes, menos de 1 705 do que em 2001, com cerca de 122 096 de habitantes, havendo agora no município de Barcelos em 2011, cerca de 120.391 pessoas, com uma variação de 1.40% da população residente. (REOT, 2019).

A situação demográfica do concelho de Barcelos revela realidades muito diversas, quer no que diz respeito ao número de residentes por freguesias, quer à densidade populacional e à variação da população em cada freguesia.

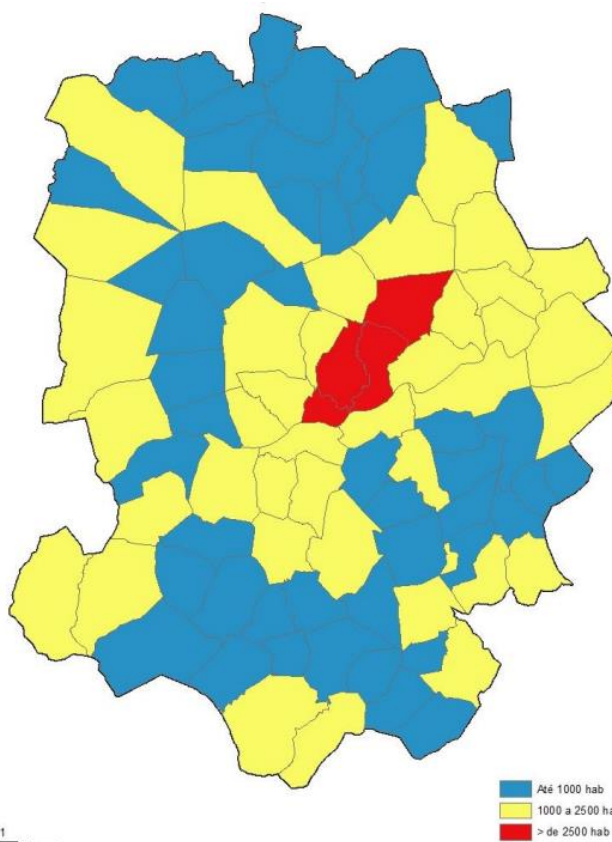


Figura 14 : Área e Densidade populacional do Município de Barcelos, dados retirados do INE,2011)

Numa análise comparativa, a população residente em 1991,2001 e 2011 regista uma amplitude de residentes nas freguesias do concelho: existem 47 freguesias com população até 1.000 habitantes, 38 freguesias com população entre 1.000 e 2.5000 habitantes e 4 com mais de 2.500 habitantes. (INE, 2011).

Unidades Territoriais	População Residente				Variação da População	
	2001	2011	2015	2017	2001/2011	2015/2017
Região Norte	3 687 293	3 689 682	3 603 778	3 576 205	0,1%	-0,8%
Sub-região Cávado	393 063	410 169	406 530	403 953	4,4%	-0,6%
Barcelos	122 096	120 391	118 605	117 007	-1,4%	-1,3%

Figura 15: População Residente. INE, Censos 2001 e 2011

Esta dispersão compagina contrastes pelo grau de proximidade ao centro urbano ou às zonas periféricas fortemente influenciadas pelos “apelos” supraconcelhios em matéria de dinâmicas sociais e de prevalência de traços identitários. (Diagnóstico Social, 2015).

Próximo de um aeroporto e acessível através de diferentes meios de transporte terrestre, reflete fluxos que advém dos roteiros turísticos, festas e romarias e da mobilidade dos trabalhadores e estudantes. (Diagnóstico Social, 2015).

De acordo com os Censos de 2011, e tendo em conta a nova organização das freguesias, verifica-se que as mais populosas são Arcozelo com 12 840 habitantes, e a União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa, V.F.S. Pedro e V.F.S. Martinho com 11 108

Freguesias	População (2011)	Área (Km2)	Densidade Populacional (2011)	Freguesias	População (2011)	Área (Km2)	Densidade Populacional (2011)
Município	120391	378,8	318	Perelhal	1749	6,8	257
Abade de Neiva	2024	7,5	270	Pousa	2272	6,6	344
Aborim	891	6,2	144	Remelhe	1309	6,1	215
Adães	790	2,7	293	Rio Covo Sta. Eugénia	1483	3,1	474
Airó	913	3	304	Roriz	2152	6,5	331
Aldreu	904	4,8	188	Galegos S. <sup>ta</sup> Maria	2987	4,6	649
Alvelos	2145	3,4	631	Galegos S. Martinho	1930	3,1	623
Arcozelo	12840	3,4	3776	Tamel S. Veríssimo	3025	3,3	917
Areias	1014	2,5	406	Silva	913	2,2	415
Balugães	841	2,7	311	Ucha	1420	4,3	330
Barcelinhos	1781	2,8	636	Várzea	1904	3	635
Barqueiros	1957	8,1	242	Ucha	1420	4,3	330
Cambeses	1300	3,3	394	Várzea	1904	3	635
Carapeços	2277	8,1	281	Vila Seca	1197	4,3	278
Carvalho	1391	2,6	535	União de Freguesias de Alheira e Igreja Nova	1456	10,1	144
Carvalhos	691	3,5	197	União de Freguesias de Areias de Vilar e Encourados	1879	10,2	184
Cossourado	825	6,4	129	União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa, V.F.S. Pedro e V. F. S. Martinho	11108	9,4	1182
Cristelo	1875	7,7	244	União de Freguesias de Campo e Tamel S. Fins	2711	4,8	565
Fornelos	803	4,3	187	União de Freguesias de Carreira e Fonte Coberta	2033	5,3	384
Fragoso	2193	12,6	174	União de Freguesias de Chorente, Goios, Courel, Pedra Furada e Gual	2568	16,1	160
Gilmonde	1516	5,6	271	União de Freguesias de Creixomil e Mariz	1208	6,9	175
Lama	1271	3,3	385	União de Freguesias de Gamil e Midões	1386	6,2	224
Lijó	2306	4,2	549	União de Freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	2066	12,1	171
Macieira de Rates	2083	7,9	264	União de Freguesias de Negreiros e Chavão	2364	7	338
Manhente	1703	3,9	437	União de Freguesias de Quintiães e Aguiar	1736	7,3	238
Martim	2375	5,3	448	União de Freguesias de Tamel S. <sup>ta</sup> Leocádia e Vilar do Monte	1420	11,1	128
Moure	925	2,5	370	União de Freguesias de Alvito São Pedro, Alvito S. Martinho e Couto	1438	8,6	167
Oliveira	1004	5,5	183	União de Freguesias de Sequeade, Bastuço S. João e Bastuço Sto. Estevão	1916	6,3	304
Palme	1073	8,3	129	União de Freguesias de Silveiros e Rio Covo Sta. Eulália	2151	8,1	266
Panque	680	6,3	108	União de Freguesias de Tregosa e Durrães	2132	6,7	318
Paradela	850	8,4	101	União de Freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte Fralães	3814	12,4	308

Figura 16: INE, Censos 2001 e 2011

habitantes, seguidas, com valores inferiores, da União de Freguesias de Viatodos,

Grimancelos, Minhotães e Monte Fralães e da freguesia de Tamel S. Veríssimo com respetivamente, 3 814 e 3 025 habitantes. (REOT, 2019).

As freguesias que apresentam menor número de habitantes são Panque com um total de 680 residentes e Carvalhos com 691 residentes. (REOT, 2019).

Em síntese, em 2011, a freguesia de Arcozelo e a União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa, V.F.S Pedro e V.F.S Martinho concentravam 20% da população total do Município, e 80% encontravam-se concentrados nas restantes freguesias do concelho. (REOT, 2019).

É na freguesia de Arcozelo que se concentrava, a maior parque da Zona Industrial de Barcelos, que por casualidade se encontra a Fábrica Tor, com o nome de “Torres e Companhia, Limitada”.

Recentemente, a revisão administrativa ordena Barcelos em 61 freguesias e uniões de freguesia, nos 378,8 Km<sup>2</sup>. De acordo com os censos de 2011, o concelho regista um total de 120.391 habitantes e uma densidade populacional de 318 hab./Km<sup>2</sup>. (REOT, 2019).

Quanto, à estrutura etária da população residente em Barcelos, verifica-se a existência de um dominador comum, isto é, um aumento da representatividade da população idosa em todas as unidades administrativas, o que resulta da diminuição do número de jovens e do aumento da população idosa, acompanhando as tendências demográficas atuais, ou seja, o envelhecimento na base e no topo da pirâmide etária. (REOT, 2019).

É nas freguesias rurais e limítrofes do concelho e no centro urbano de Barcelos e Barcelinhos, que se fixa população mais velha.

Segundo os dados do INE (2011), o concelho de Barcelos possui cerca de 42,3% da população idosa a residir só ou com outros idosos, com maior expressão nas freguesias de Arcozelo (643 idosos), Barcelos (440 idosos), Tamel São Veríssimo (223 idosos) e Vila Frescaíña São Martinho (201 idosos). (Diagnóstico Social, 2015).

Unidades Territoriais	0 - 14 Anos			15 - 24 Anos			25 - 64 Anos			65 e mais anos		
	2 011	2015	2017	2 011	2015	2017	2 011	2015	2017	2 011	2015	2017
Norte	557 233	489 458	467 038	425 876	409 070	400 604	2 075 134	2 022 348	1 992 433	631 439	682 902	716 130
Cávado	67 406	59 357	56 239	51 263	49 839	48 680	232 833	232 591	230 305	58 667	64 743	68 729
Amares	3 139	2 532	2 368	2 392	2 337	2 279	10 261	10 235	10 158	3 097	3 196	3 342
<b>Barcelos</b>	<b>20 002</b>	<b>16 681</b>	<b>15 452</b>	<b>15 677</b>	<b>15 177</b>	<b>14 631</b>	<b>68 165</b>	<b>68 036</b>	<b>66 990</b>	<b>16 547</b>	<b>18 711</b>	<b>19 934</b>
Braga	29 667	27 195	26 301	22 098	21 370	21 001	105 835	105 777	104 889	23 894	27 160	29 191
Esposende	5 655	5 154	4 888	4 265	4 171	4 130	19 285	19 329	19 239	5 049	5 386	5 720
Terras de Bouro	945	752	700	837	741	717	3 692	3 429	3 342	1 779	1 733	1 728
Vila Verde	7998	7043	6 530	5994	6043	5 922	25595	25785	25 687	8301	8557	8 814

Figura 17 : Evolução da população residente por grupos etários, dados retirados do INE,2011)

Desde a última década intercensitária, 2011, Barcelos tem vindo progressivamente a perder jovens (0-14 anos) e a ganhar população idosa (65 e mais anos). Em 2011, o número de jovens era ainda superior ao número de idosos apresentando Barcelos à data uma população ainda jovem. (REOT, 2019). Ao analisar os dados expressos no quadro da evolução da estrutura etária da população verifica-se que, no período em análise, todas as unidades territoriais denotam o peso do grupo etário da população com 65 e mais anos face ao grupo da população das classes mais jovens

Como consequência desta evolução, o índice de envelhecimento, indicador que mede a relação entre número de idosos e o número de jovens, tem vindo a aumentar expressivamente. Se em 2011 existiam 83 idosos por cada 100 jovens com menos de 15 anos, em 2015 passa para 112 idosos, e em 2017 essa relação sobe para 129 idosos por cada 100 jovens, reiterando a crescente tendência de envelhecimento da população e a prevalência da população com 65 e mais anos sobre a população entre 0 e 14 anos. (REOT, 2019).

A evolução do índice de juventude no concelho mostra a tendência inversa, ou seja, em 2011 existiam 121 jovens por cada 100 idosos, em 2015 só já existiam 89, passando para 77 jovens em 2017. (REOT, 2019).

<b>Indicadores</b>	<b>2011</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>
Índice de Envelhecimento	83	112	129
Índice de Juventude	121	89	77

Figura 18: Índice de juventude e de envelhecimento em 2011,2015 e 2017, dados retirados do INE,2011)

### 3.1.2 HIPSOMETRIA

A morfologia da região do Minho, é marcada pela existência de cortes originados por alinhamentos de fraturas de várias direções, em especial “bética”, pelos principais Rios da região e alguns dos seus afluentes, dos quais o Rio Cávado faz parte. (Miranda, 2021).

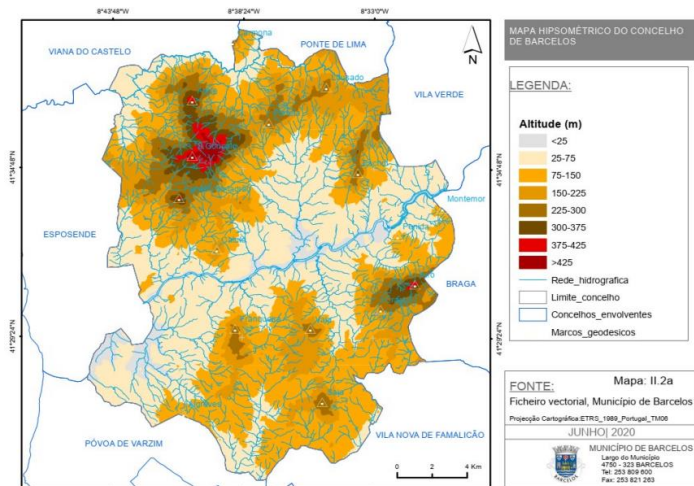


Figura 19: Mapa Hipsométrico do concelho de Barcelos, dados retirados do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Barcelos.2021

A maioria do concelho de Barcelos faz parte desta bacia hidrográfica, localizando-se no sector mais jusante, próximo da faixa litoral, fazendo com que esta região seja acidentada com ampla orla litoral, vales abertos e diversos alvéolos de erosão que abrem largas clareiras intensamente agricultadas. (Miranda, 2021).

A altitude mínima (inferior a 5 metros) de Barcelos observa-se na parte Sul, na passagem do Rio Cávado para o concelho de Esposende. Por sua vez, a altitude mais elevada é de 488 metros, correspondendo ao marco geodésico de S. Gonçalo, na parte Noroeste. (Miranda, 2021).

Apesar do concelho de Barcelos apresentar um relevo “medianamente acidentado”, as diferenças morfológicas locais condicionam de certa forma as diversas ações. (Miranda, 2021).

As altitudes superiores a 375 metros correspondem a uma ocupação de 1,3% do concelho, sobretudo a Norte. As altitudes inferiores a 75 metros representam cerca de 40% do concelho, em toda a área adjacente ao principal curso de água de Barcelos (Rio Cávado). (Miranda, 2021).

### 3.1.3 DECLIVES

A importância desta variável geofísica reflete-se nas condicionantes positivas e negativas para usos e funções existentes ou previstos no território como o risco de erosão, drenagem hídrica e atmosférica, implantação de estruturas e infraestruturas, trabalho de maquinaria diversa, sistemas agrícolas e florestais, etc). (Miranda, 2021).

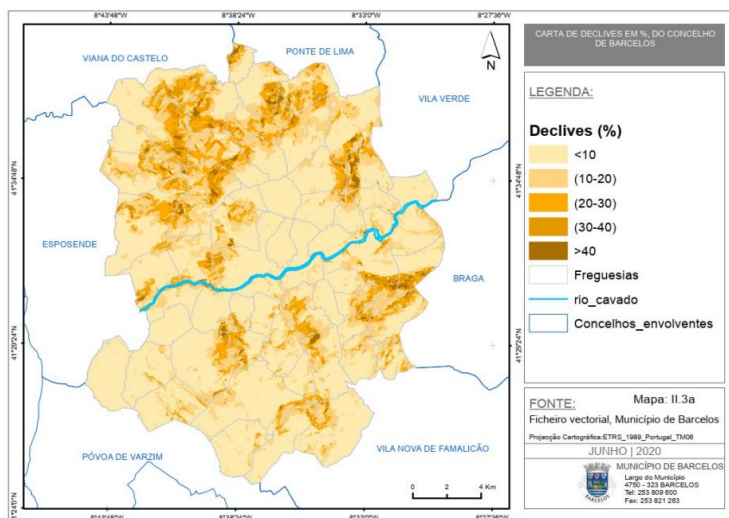


Figura 20 : Mapa Declives do concelho de Barcelos, dados retirados do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Barcelos, 2021

Os declives mais acentuados têm uma maior expressão na margem direita do Rio Cávado, principalmente nas Serras de S. Gonçalo, Lousado, S. Lourenço e Oliveira. Na margem esquerda, os maiores declives verificam-se na Serra de Airó. (Miranda, 2021).

Os pontos mais elevados do concelho, ficam a Norte do Rio Cávado, como as Serras de S. Gonçalo, Penedo do Ladrão, Peniques, Arefe, Boicinhas, Cutulo, Roriz, S. Lourenço, Busto, Montes de Facho e Lousado; a Sul temos Airó, Serra da Saia e Franqueira, Alto da Vaia e Montes do Maio e Minhotões. (Miranda, 2021).

O predomínio de declives inferiores a 35%, representa 96% do território do município, fazendo com que o fator limitante no uso de meios mecânicos não seja significativo na maior parte do concelho de Barcelos. Os declives mais suaves, inferiores a 8%, representam na área proximamente de 48%. (Miranda, 2021).

### 3.1.4 EXPOSIÇÃO DE VERTENTES

A relação entre o plano de orientação das vertentes e os declives adquire uma maior importância quando estes são analisados em conjunto, uma vez que, associado às condições climáticas, influenciam positivamente ou negativamente os

processos vitais da vegetação e aumentam ou não o risco de incêndio. (Miranda, 2021).

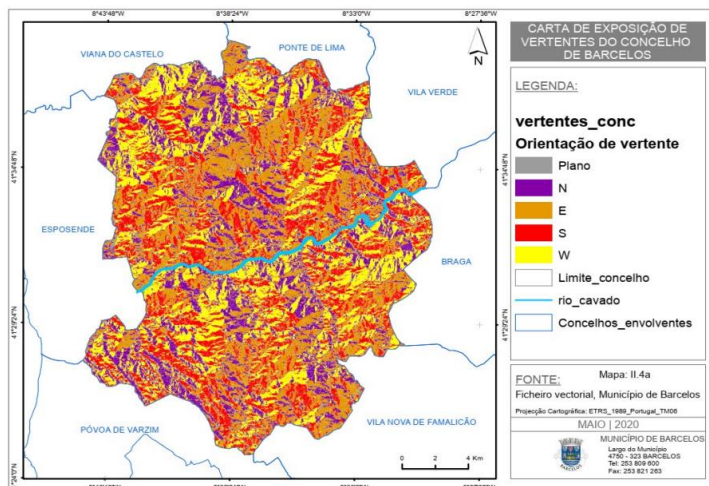


Figura 21: Mapa Exposição de Vertentes do concelho de Barcelos, dados retirados do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Barcelos.2021

A esta relação dá-se o nome de insolação e é sabido que as vertentes expostas a Sul (hemisfério Norte), são as que recebem maior quantidade de radiação solar ao longo do ano, quanto maior for o declive. Pelo contrário, nas vertentes expostas a Norte o máximo regista-se, no Inverno, nas superfícies menos inclinadas e no Verão, nas paredes verticais, sendo que entre setembro e março as vertentes expostas a este quadrante praticamente não recebem radiação. (Miranda, 2021).

As vertentes expostas a Oeste possuem valores de temperaturas do ar superiores às expostas a Este, pois, no primeiro tipo de vertentes verifica-se uma acumulação de radiação ao longo do dia, logo, há aquecimento de massas, enquanto, a nascente, a radiação das primeiras horas é gasta na evaporação do orvalho. (Miranda, 2021).

Em termos espaciais, no concelho de Barcelos, verifica-se que existe uma divisão originada pelo Rio Cávado. Na margem esquerda há predomínio das vertentes soalheiras, com intrusões de vertentes sombrias. Por sua vez, na margem direita a parte central do concelho tem um domínio de vertentes expostas a Norte e Este. Nessa mesma margem do Rio, na parte sudoeste junto à fronteira com Esposende e Viana do Castelo, existe uma mancha extensa de vertentes soalheiras. (Miranda, 2021).

Relacionando a exposição de vertentes com os declives, verifica-se que o concelho regista insolação máxima em 5,3% do seu território e moderada em 80,2%. (Miranda, 2021).

O fato dos declives predominantes serem inferiores a 35%, a combinação de vertentes soalheiras sofre maior dessecação, tornando fácil a progressão dos incêndios

nessa área. Irá influenciar a prevenção estrutural, o planeamento e disposição das faixas de gestão de combustíveis. (Miranda,2021).

### 3.1.5 HIDROGRAFIA

A hidrografia do concelho apresenta três bacias hidrográficas distintas. A Norte a bacia do Rio Neiva, ao centro a bacia do Cávado e mais a Sul para a bacia do Ave. (Miranda, 2021).

A maioria do concelho está inserida na bacia hidrográfica do Cávado com 67,1% da área total do concelho. (Miranda, 2021).



Figura 22: Mapa das Principais Bacias Hidrográficas existentes do concelho de Barcelos, dados retirados do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Barcelos.2021

As restantes bacias ocupam valores semelhantes, isto é, a bacia do Neiva corresponde a 18,4% do concelho, enquanto que a bacia do Ave corresponde a 14,5% da área total do concelho. (Miranda, 2021).

Das bacias hidrográficas já referidas, foram identificadas doze sub-bacias hidrográficas no interior do concelho: a Ribeira da Aldeia, Ribeira de S. Vicente e Ribeiro da Pica que drenam para o Rio Neiva; a Ribeira das Pontes, Ribeira de Mouriz, Ribeiro de Sapogal, Ribeira de Caveiro, Rio Lima, Rio Covo, Ribeiro de Selores e Rio Labriosca que drenam para o Cávado, enquanto a Ribeira de Macieira drena para o Rio Este (afluente do Rio Ave). (Miranda, 2021).

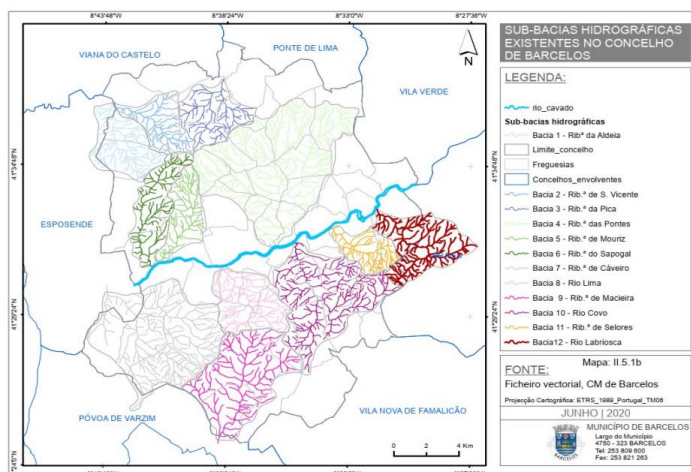


Figura 23: Mapa das Sub-Bacias Hidrográficas existentes do concelho de Barcelos, dados retirados do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Barcelos.2021

Estas bacias foram delimitadas a jusante pelo contacto com os Rios Cávado e Neiva, ou pelo contacto com os limites administrativos do município, tendo-lhes sido atribuídas o nome do troço de água final. (Miranda, 2021).

### 3.1.5 CLIMA

A análise do clima de um dado território é determinada por estatísticas de longo prazo (30anos) de uma serie de parâmetros que em climatologia se podem denominar por meteoros (precipitação, humidade, temperatura, vento, entre outros). (Miranda, 2021).

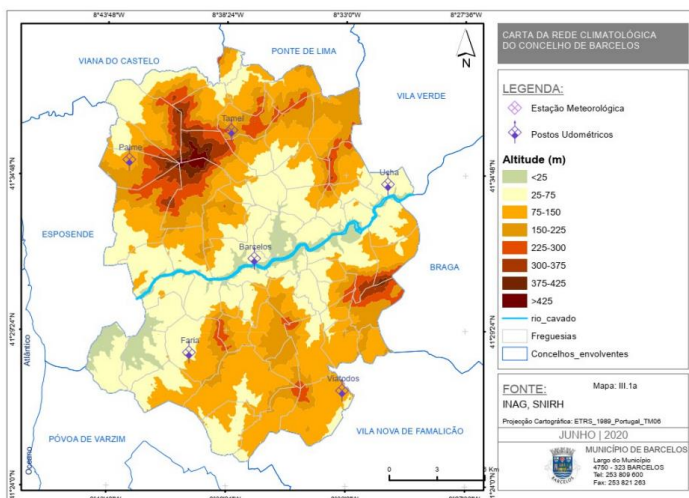


Figura 24: Mapa da Rede Climatológica do concelho de Barcelos, dados retirados do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Barcelos.2021

A caracterização do clima do concelho de Barcelos foi realizada com base nos

valores de dez parâmetros/meteoros respeitantes à Estação Meteorológica de Braga/ Posto Agrário (2961/1990 – Instituto de Meteorologia), estes são: a temperatura, precipitação, humidade relativa, evaporação, vento, orvalho, geada, neve (solo e cobertura de neve) e evapotranspiração real e potencial. (Miranda, 2021).

A característica climática mais marcante do Noroeste Português reside, nos seus elevados níveis pluviométricos, os quais se devem à frequente passagem de superfícies frontais, conjugadas com o efeito das montanhas de precipitação superiores a 1.400mm. (Miranda, 2021).

Trata-se de uma região com afinidades mediterrâneas, mas com forte influência atlântica, traduzindo-se num clima de temperaturas amenas, com pequenas amplitudes térmicas e forte pluviosidade média, resultado da sua posição geográfica, da proximidade do Atlântico e da forma e disposição dos principais conjuntos montanhosos. (Miranda, 2021).

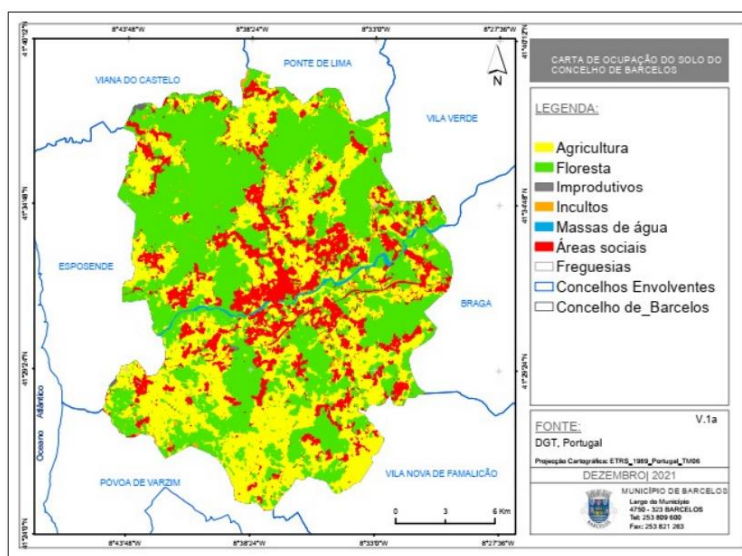
De acordo com Atlas do Ambiente, a temperatura média diária da região varia entre os 12,5 e os 15°C, situando-se os índices de humidade atmosférica médios entre os 1.400 e os de 3.000mm por ano. (Miranda, 2021).

A época do ano em que se registam os máximos corresponde aos meses de Inverno (Novembro, Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março), e é nos meses de Julho e Agosto que ocorrem os mínimos de precipitação, podendo considerar-se estes dois meses como o período mais seco do ano. (Miranda, 2021).

Esta região é caracterizada por Invernos frescos e Verões moderados a quentes. A temperatura máxima média do mês mais quente varia entre 23 e 32°C, observando-se durante 20 a 120 dias por ano temperaturas máximas superiores a 25°C, sendo, pois, denominado de Clima Marítimo de Litoral Oeste. (Miranda, 2021).

### 3.1.6 OCUPAÇÃO DO SOLO

A Carta de Ocupação do Solo, constitui uma ferramenta de auxílio importante em processos de apoio à tomada de decisão como o PDM, PROF ou apoio à gestão municipal ou privada em diferentes áreas. (Casanova, 2015).



Como se pode verificar no mapa, as áreas florestais e agrícolas encontram-se distribuídas

Figura 25: Mapa da Rede Climatológica do concelho de Barcelos, dados retirados do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Barcelos, 2021

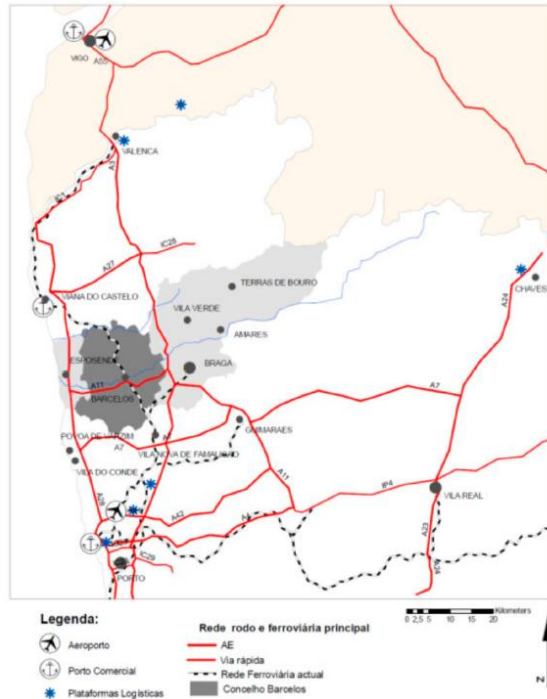
por todo o concelho, certificando que a maior mancha de ocupação (social) do solo esta concentrada na freguesia de Barcelos e Arcozelo, e diz respeito ao tecido urbano infraestruturas e equipamentos. (Miranda, 2021).

Nível I	Nível II	Área %
Agrícola	Culturas agrícolas	40,8
	Território agro florestal	2,0
Social	Tecido Urbano	14,8
	Improdutivos	0,4
	Infra estruturas e equipamentos	1,2
Floresta	Povoamento misto	17,2
	Povoamento puro	14,8

Figura 26: Distribuição de área (%) por classe de ocupação de nível II, dados retirados do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Barcelos, 2021

### 3.1.7 SECTOR DOS TRANSPORTES

O concelho de Barcelos, está capacitado de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias. A rede rodoviária que estabelece a principal ligação com o restante país são essencialmente a A3 com direção a Espanha, Valença, e Porto; a A11 que corresponde a linha rodoviária Guimarães, Braga, Barcelos e Espanha; a A28 (litoral Norte) com direção ao Porto, Viana do Castelo e Espanha; por fim temos a A27/A24 com ligação a Vila do Conde, Famalicão e Chaves. (Casanova, 2015).



Barcelos, está situada no centro geográfico do território municipal, por uma rodovia pouco mais de 1 hora de Vigo (Galiza) e respetivo aeroporto e porto comercial; cerca de 30 minutos de Viana do

Castelo e respetivo porto comercial; menos de 1 hora da cidade do Porto, Porto de Leixões e Aeroporto Francisco Sá Carneiro; menos de 30 minutos da cidade de Braga e cerca de 1h30m das plataformas logísticas transfronteiriças de Chaves e As Neves/Salvaterra (Galiza) e de Valença a cerca de 1 hora. (Casanova, 2015).

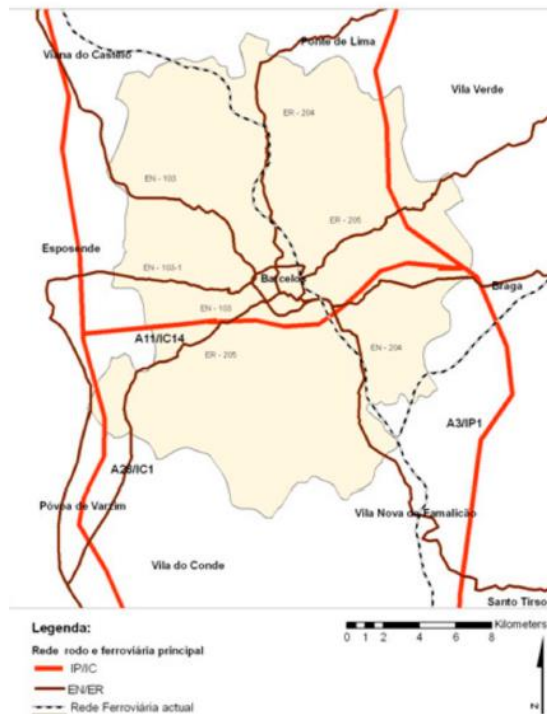


Figura 28: Esquema Viário (Casanova,2015)

A cidade de Barcelos é relativamente bem servido por eixos rodoviários de grande capacidade, a sua configuração “radial” da rede favorece claramente a centralidade da cidade de Barcelos no território, seja a nível das ligações internas como na conetividade com o exterior. (Casanova, 2015).

Embora os eixos norte-sul, de integração com a Galiza e Grande Porto (A3 e A28), tenham um percurso tangencial ao território, a autoestrada A11 garante a integração neste sistema. (Casanova, 2015).

Em muitos casos, devido às condições do terreno e aos fluxos historicamente predominantes, o atravessamento do território ou a ligação entre aglomerados faz-se com passagem pelo centro geográfico do município. (Casanova, 2015).

A rede viária das estradas interiores e caminhos municipais não garante a conectividade muito para além da alimentação do esquema radial básico, estando o concelho de Barcelos servido pela rede ferroviária principal. (Casanova, 2015).

### 3.1.7 ECONOMIA

Pela sua localização Barcelos tem uma posição de inter-relação com os concelhos e distritos envolventes o que possibilita, ao nível social e económico, desempenhar uma posição do maior interesse no âmbito regional e nacional. (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Barcelos, 2021).

Na sua atividade económica, o concelho está fortemente marcado pela presença industrial, nota-se uma forte especialização no têxtil e vestuário, que emprega quase 40% da população ativa, sendo de destacar que metade das empresas deste setor (todo o vale do Cávado), se encontram sediadas em Barcelos. (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Barcelos, 2021).

No que diz respeito aos empregos no ano 2011, podemos verificar que é no sector secundário, que emprega mais população, ao qual está ligado a têxtil, em contrapartida o setor primário, está mais ligado à agricultura, é quase inexistente. (Casanova, 2015).

Quanto ao sector turístico, no concelho de Barcelos predominam as Festas Populares e Religiosas, os locais de Interesse Paisagístico e o seu Artesanato Local, não esquecendo os lugares Históricos e Arquitetónicos que

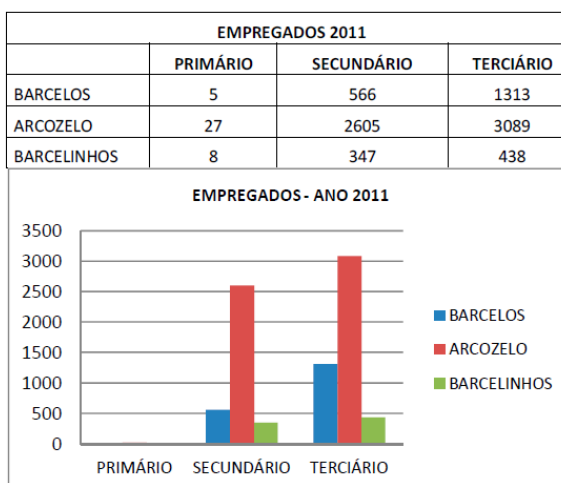


Figura 29: Esquema de empregados nos setores de atividade do ano 2011, dados retirados do INE,2011)

representa a cidade. (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Barcelos, 2021).

O perímetro Urbano da Cidade de Barcelos foi definido com sendo a área mais dinâmica, por reunir um conjunto de valências/convergências, sócio económicas, demográficas, que caracterizam o meio. (Casanova, 2015).

## 3.2 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA E DO SEU EDIFICADO

O crescimento urbano da cidade de Barcelos, desenvolveu-se, essencialmente de forma não regular, em parte por ausência de planos e falta de vontade administrativa em implementar políticas e decisões urbanas. (Casanova, 2015).

A cidade foi construída, quase sempre de forma fragmentada e de acordo com condicionalismos existentes às épocas, constituindo-se com “um todo urbano” heterogéneo, não obstante tentativas aparentemente coerentes e funcionais. (Casanova, 2015).

No entanto, Barcelos desde a primeira metade do século XX, que apresenta dificuldades no que diz respeito à habitação, que se agudizou face a uma industrialização crescente e consequente aumento da população no centro urbano gerando condições de habitação pouco condignas. (Casanova, 2015).

Assim, entidades privadas, públicas ou semi públicas, em atos individualizados ou em conjunto, visaram proporcionar melhores condições habitacionais às classes mais pobres aproveitando em vários momentos os programas de habitação de âmbito económico em vigor, dando ênfase à área envolvente do núcleo histórico de Barcelos. (Casanova, 2015).

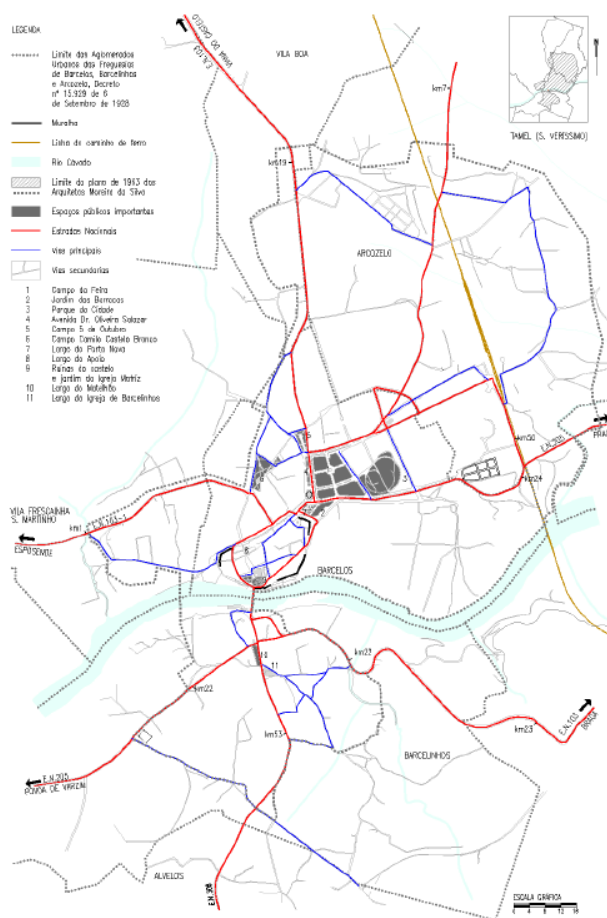


Figura 30: Mapa da rede viária de Barcelos. (Casanova,2015)

Na década de 1960, Barcelos, ficou marcada pelo aumento económico e demográfico resultante ao aparecimento das indústrias têxtil e de serrações. O desenvolvimento económico esteve, pelo menos até aos anos 50, subordinado á defesa da ruralidade e dos equilíbrios nominais da economia, á preservação dos valores predominantes de uma sociedade fisiocrata, onde a igreja exercia um papel

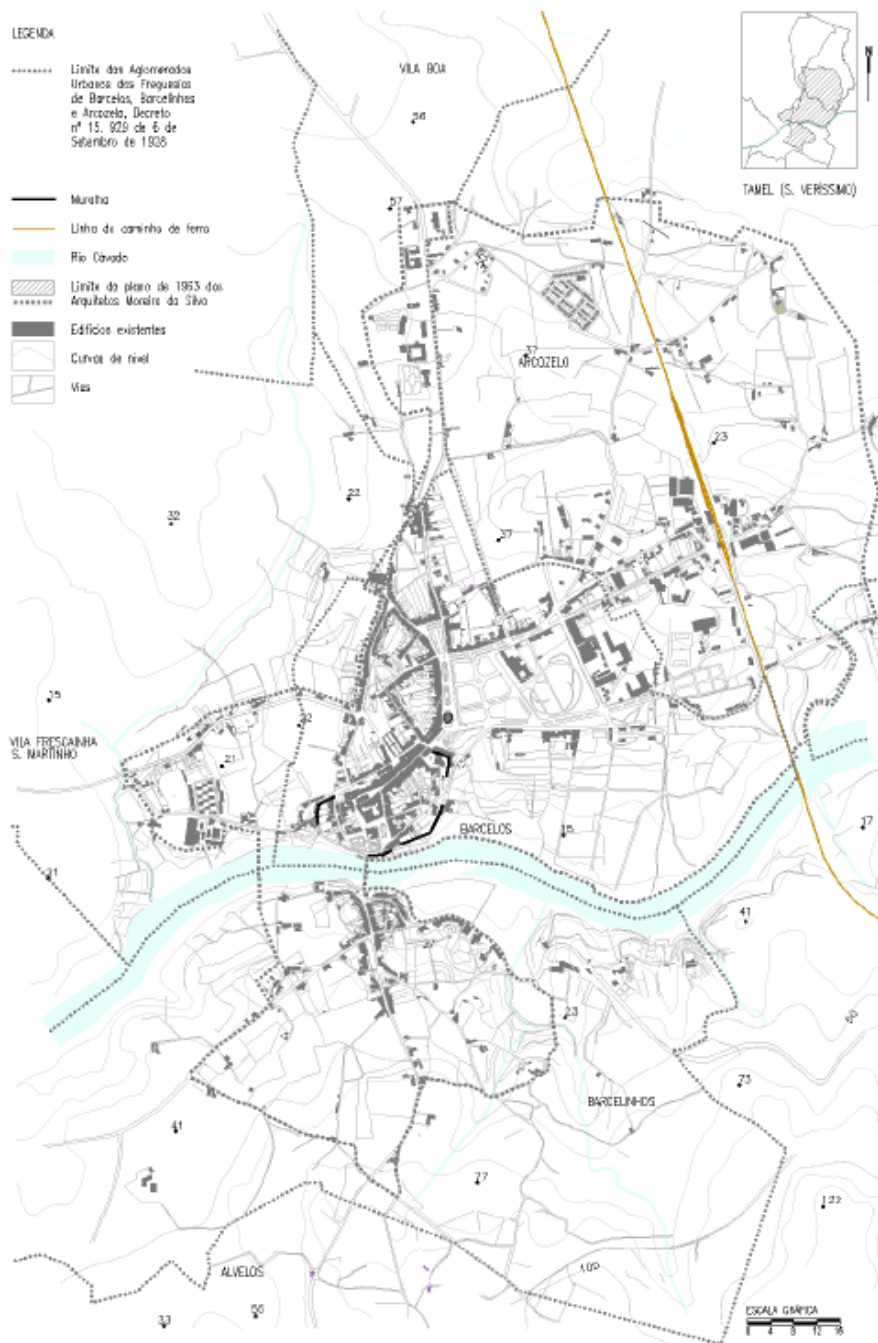


Figura 31: Planta Topográfica com as vias e os edifícios. (Casanova,2015).

determinante no controlo social, bem como á preservação da superestrutura ideológica

de forma a se evitarem mudanças sociais de desequilíbrio da ordem instituída. (Casanova, 2015).

A repressão, por um lado o populismo económico e a propaganda, por outro, eram os instrumentos de estabilização que complementavam as alianças palacianas entre as elites políticas, económicas e a igreja. (Casanova, 2015).

Os baixos investimentos em infraestruturas, nas comunicações e o papel da igreja, reforçaram o isolamento das comunidades. (Casanova, 2015).

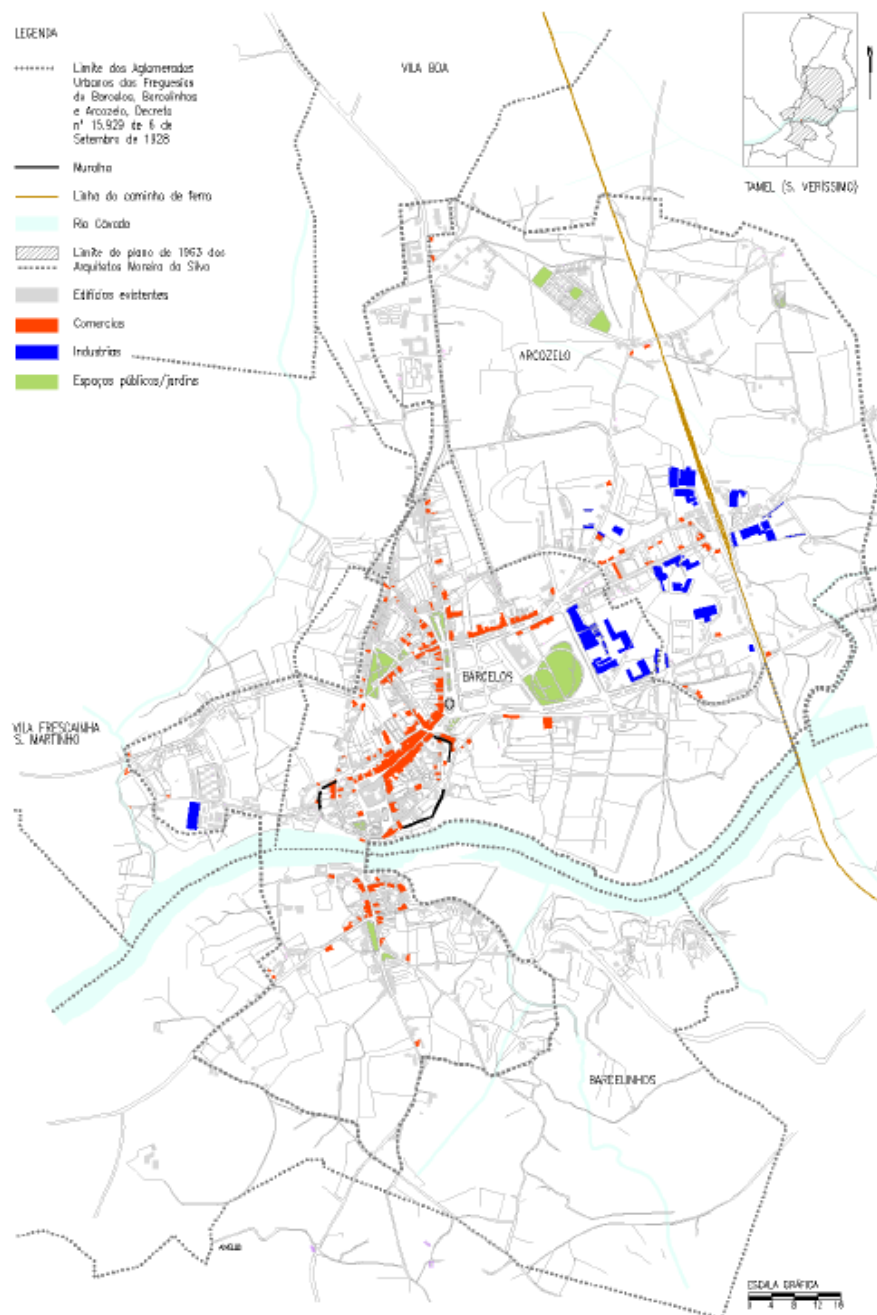


Figura 32: Mapa dos edifícios comerciais, industriais e espaços públicos. (Casanova,2015).

O crescimento do tecido urbano deu-se para fora dos limites da cidade em virtude deste estar completamente consolidado. Este tipo de sequência de crescimento linear delimitou vazios e descontinuidades que contrastam com a compacidade e com o desenho do tecido antigo da Cidade. (Casanova, 2015).

Esse crescimento foi também devido ao aparecimento de muitas indústrias, o que levou a uma imigração da população das zonas rurais para a cidade.

Além disso a maior parte do edificado construído nesta década, é relativo ao setor secundário: indústria têxtil e de madeiras. (Casanova, 2015).

Já no período entre 1960 e 1990, dois acontecimentos marcaram as transformações mais significativas na forma urbana da cidade de Barcelos, o primeiro teve a ver com o 25 de Abril de 1974, que alterou radicalmente a vida política, o que teve implicações sociais, culturais e económicas de grande dimensão, bem como nos aspetos da estrutura urbana, das formas de crescimento, das tipologias dominantes, das atividades e suas densidades e, por fim os equipamentos e serviços. (Casanova, 2015).

O crescimento demográfico motivado pela especulação imobiliária, e pelo dinamismo da construção civil, pelos processos migratórios dos ambientes rurais, provocados pela entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986 (União Europeia na atualidade), bem como o incremento das atividades quer sejam elas, no setor primário, secundário e terciário. (Casanova, 2015).

Este teve uma influência muito grande na qualidade de vida da sociedade nacional e local, criando um cenário de conforto e bem-estar. (Casanova, 2015).

Não havendo capacidade de conter o fenómeno da construção, e sendo um período de crédito fácil, iniciou-se um processo de construção sem grandes regras, onde surgem os grandes loteamentos com especial incidência na freguesia de Arcozelo. (Casanova, 2015).

A diferença entre centro e periferia é clara, por um lado o núcleo urbano tem características formais e funcionais que dão uma personagem central em relação ao envolvente território, apesar de terem limites distintos onde se verifica diferentes densidades construtivas e demográfica, um processo de crescimento já estabelecido com base na continuidade da infraestrutura rodoviária, por outro lado, a zona da periferia apresenta características mais variadas e heterogéneas, onde várias atividades (residencial e industrial) têm lugar. (Casanova, 2015).

É patente a multiplicação de operações de loteamento e de edifícios multifamiliares. (Casanova, 2015).



Figura 33: Planta Topográfica do crescimento demográfico. (Casanova,2015).

Os loteamentos apresentam densidades construtivas que vão desde 5 pisos até catorze pisos, os edifícios unifamiliares individuais ou germinados com dois pisos, convivem muitas vezes com a indústria têxtil. (Casanova, 2015).

Com eles desenvolve-se o espaço público, nomeadamente no que diz respeito às infraestruturas de passeios, estacionamento mas também equipamentos urbanos e áreas verdes. Este período caracteriza-se por uma situação financeira que privilegia o investimento que se vai materializando no meio urbano. (Casanova, 2015).

Associado, está igualmente implícito o investimento nas infraestruturas de mobilidade, o que acelera e intensifica as dinâmicas, os denominados movimentos pendulares. (Casanova, 2015).

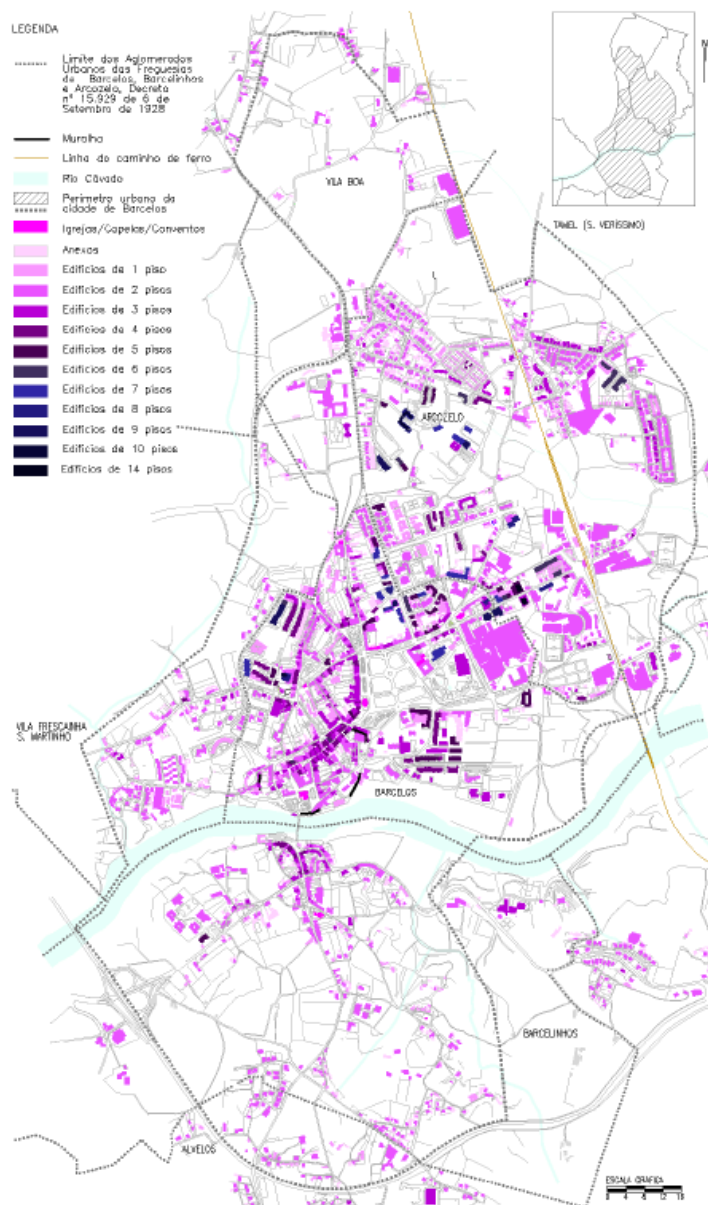


Figura 34: Mapa de cêrceas. (Casanova,2015).



■ Edifícios unifamiliares em banda com ocupação total do terreno	■ Edifícios unifamiliares em banda e geminados com lagradoura e edifícios multifamiliares
■ Edifícios unifamiliares em banda e edifícios multifamiliares com ocupação total do terreno	■ Edifícios unifamiliares individuais com lagradoura e indústria
■ Edifícios unifamiliares em banda com lagradouro	■ Edifícios em banda e geminados e indústria
■ Edifícios unifamiliares geminados com lagradouro	■ Edifícios multifamiliares
■ Edifícios unifamiliares individuais com lagradouro	■ Edifícios unifamiliares em banda e geminados, multifamiliares e indústria
■ Edifícios unifamiliares individuais e em banda	■ Edifícios unifamiliares em banda e geminados, multifamiliares e desporto
■ Edifícios unifamiliares individuais e geminados	■ Edifícios públicos
■ Edifícios unifamiliares geminados e em banda	■ Edifícios privados
■ Edifícios unifamiliares isolados	■ Edifícios religiosos
	■ Zonas industriais
	■ Setor Primário

Figura 35: Mapa e legenda das densidades. (Casanova,2015)

No entanto desde do período de 1990 até aos dias de hoje, a evolução urbana, passa praticamente na construção de novas vias de ligação, notando uma evolução na estrutura urbana nos quatro eixos principais que caracterizam espacialmente a cidade de Barcelos. (Casanova, 2015).

A importância das novas vias de acesso e sua função como estruturadoras do crescimento marcou o desenvolvimento espacial da cidade de Barcelos durante o início do século XXI. (Casanova, 2015).

Contudo os problemas de circulação e de mobilidade mantiveram-se ou foram agravados, em virtude das ditas urbanizações e dos arruamentos irem entroncar nos principais eixos. (Casanova, 2015).

O plano diretor municipal eficaz a partir de 4 de Julho de 1995, encontrou o território já muito comprometido com extensas áreas urbanizadas de modo descontínuo, com uma generalizada indisciplina na localização de atividades, bem como uma forte desarticulação entre a programação e o desenho do sistema viário e a rede pré existente. (Casanova, 2015).

Aliado a tudo o que foi referido promoveu-se um conjunto habitacional excessivo, sendo possível identificar um número de alojamentos superior à população residente, na proporção de cerca de dois habitantes para um alojamento, que levou a que a maior parte das habitações na área envolvente a cidade estejam devolutas. (Casanova, 2015).

Estima-se em cerca de 150 edifícios em risco de ruína, desocupados ou com deficientes condições de habitabilidade.

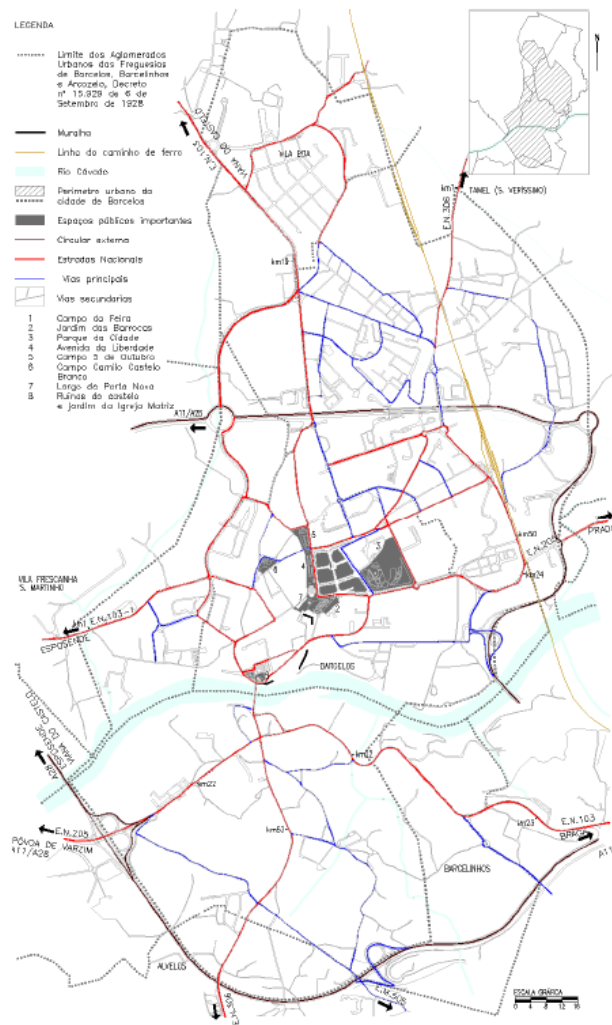


Figura 36: Mapa da rede viária. (Casanova, 2015).

Consequentemente a isso, foi assim aprovada em fevereiro de 2016, em Câmara Municipal de Barcelos a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), que resultou de três novas divisões, a ARU Barcelos Nascente 2, a ARU Barcelos Nascente 3, a ARU Barcelinhos Nascente. (Vieira, 2019)

Consequentemente e no contexto desta investigação, é importante referir que será na área de delimitação ARU Barcelos Nascente 2, que se integra o edifício em estudo, além de ser uma área onde integra a função residencial, um conjunto de infraestruturas fabris e armazéns, desativado, evidenciando problemas relacionados com a degradação acentuada de grande parte destes edifícios, de desqualificação do espaço público, de débil vitalidade económica e cultural e de forte vulnerabilidade social, que não pode ser combatida com medidas isoladas de política setorial. (Vieira, 2019).

Este território reconhecem-se facilmente uma serie de vantagens e de oportunidades face aquelas que são, hoje em dia, condições desejáveis para um desenvolvimento urbano sustentável, designadamente, condições muito favoráveis de conetividade interna e externa, valores simbólicos capazes de projetar uma nova identidade local, recursos ambientais e paisagísticos, grandes unidades industriais desativadas e vazios urbanos com potencial de instalação de novas funções e atividades, volume significativo de edificado com interesse para reabilitar. (Vieira, 2019).



Figura 37: Mapa da área de delimitação ARU Barcelos Nascente 2, onde se encontra o edifício em estudo.CMB.

### 3.3 CONTEXTO HISTÓRICO DE UM PATRIMÓNIO INDUSTRIAL ABANDONADO EM BARCELOS

É de referir que nos primórdios do século XX, a cidade de Barcelos, praticamente não tinha indústria, era um concelho onde a sua principal atividade e riqueza era a agricultura, baseada na cultura do milho e do vinho e na criação do gabo bovino, embora esta atividade estivesse em decadência, não conseguiam tirar rendimento da sua agricultura para a seu autoabastecimento da cidade para a própria população, o comércio era pequeno e a indústria quase nula. (Pinho, Vitor. (2003; 2004; 2005).

No entanto, com a chegada dos caminhos-de-ferro a Barcelos, as primeiras indústrias começaram a fixar-se na cidade, principalmente na freguesia de Arcozelo, assistindo-se a um aumento significativo de habitantes, provenientes das zonas rurais, que procuravam trabalho nas novas indústrias. (Barcelos, J. (2011).

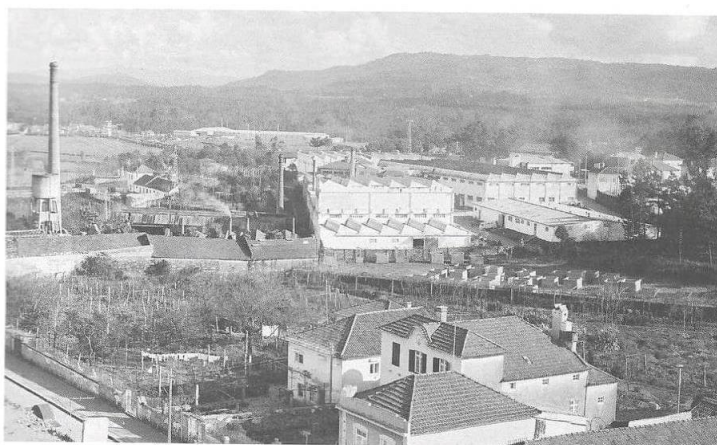


Figura 38: Panorâmica de Arcozelo, anos 60/70.

A implantação da estação no limite nascente da cidade, para além do progresso que advém desta nova via de comunicação obtém-se ainda todo um novo espaço urbano a ser construído, polarizado na estação, e que se prolongou ao longo do século XX. (Casanova, 2015).

Esta área deu origem a novos arruamentos de ligação ao centro da cidade e a implantação de fábricas, essencialmente têxteis, entre as quais, a fábrica Barcelense, a Tebe, a Torres e Companhia, mais conhecida por fábrica TOR, armazéns e oficinas, originando o aparecimento de um tipo de habitação económica e social ligada a estas unidades fabris, o Bairro de Santa Marta dos anos 50. (Vieira, Couto e Santos, (2016).

Foi no século XX, Barcelos despertou para aquilo que viria ser uma cidade pujante no que diz respeito à indústria, uma indústria muito ligada aos sectores da cerâmica e do têxtil, mas também da serração até à moagem (Costa, 2017).

Uma das primeiras fábricas a instalar-se em Barcelos, junto a estação de caminho-de-ferro, foi a fábrica de serração a vapor Domenech, designada inicialmente de “ J. Salort & C<sup>a</sup>., começou a construir-se no 1º semestre de 1905, sendo propriedade de D. José Domenech (Costa, 2017).

A empresa passou por várias modificações, face ao crescente aumento de encomendas, e passado dois anos, ainda não estava totalmente instalada (Costa, 2017).

Não se sabe ao certo as razões que o terão levado a instalar-se aqui e a montar uma fábrica de serração, mas a sua fixação nesta região teve em conta a inexistência de indústrias de serração, a localização de Barcelos próximo de Tuy, onde estava instalada a fábrica mãe, os acessos fáceis, designadamente através da linha férrea, a existência de extensas áreas florestais e o clima ameno, seriam uma vantagem para o seu negócio (Costa, 2017).



Figura 39: Fábrica “Juan D. Domenech, Lda.”

A instalação desta fabrica veio trazer assinaláveis progressos á economia barcelense e minhota, não só pela criação de inúmeros postos de trabalho, mas também pela valorização da área florestal. Esta fábrica, que também ficou conhecida pela fábrica dos galegos, nem sempre conheceu períodos de prosperidade, atravessando algumas dificuldades financeiras, encerrando mesmo na década de 1960 do século passado (Barcelos, 2011).

Depois da I Guerra Mundial, a indústria desenvolveu-se a todo o vapor na cidade, Barcelos tornou-se uma terra muito mais comercial e industrial (Costa, 2017).

*“José Domenech foi um dos pioneiros do estabelecimento da indústria em Barcelos. Outros homens, na primeira metade do século XX, tiveram papel decisivo na sua implantação, como João Duarte Veloso, que lançou as bases da indústria têxtil, indústria que ainda hoje é sustento de milhares de familiares “ (Costa, 2017, p.2).*

João Duarte fundou, em 1921, a empresa têxtil A Barcelense, na Rua Cândido da Cunha, a chamada “ rua das fábricas”. Mais tarde, juntamente com outros, fundou a Fábrica de Fiação e Tecidos de Barcelos (Costa, 2017).

“ Estavam lançados os fundamentos da indústria de malhas que iam determinar o tecido económico e social do concelho” (...) (Costa, 2017, p.2).

Do ramo da serração, Barcelos conhece também a história da União Industrial Barcelense, também conhecida por “ Serração Coutinho & C.<sup>a</sup> “, era uma sociedade

comercial por quotas de responsabilidade limitada, que acabou desativada em meados da década de 1950 e cuja parte dos seus terrenos foi adquirida por outra serração, “Serração Gonçalves & Filhos L.d<sup>a</sup>”, fundada na década de 1940, por José Araújo Gonçalves, situada na Avenida Alcades de Faria e Rua Elias Garcia (Costa, 2017, p.2).

A empresa laborou até 1985, por isso, a sua história ainda estará presente na memória de muitos. O responsável recorda, com graça, que o empilhador atravessava a Avenida Alcades de Faria, conhecida como Avenida da Estação, a toda a hora (Costa, 2017 ).

Com a queda do Muro de Berlim, diz que a serração se ressentiu, devido á importância de madeiras de Leste (Costa, 2017).

Na década de 1920, Barcelos viu nascer a primeira empresa de moagem, no semanário barcelense “Acção Social” lia-se na sua edição de 08.11.1916, sob o título “Fábrica de Moagem”:

*“ Já se trabalha, afanosamente, para a montagem da fábrica de moagem junto é estação do caminho-de-ferro, de que são proprietários os Srs., Borges do Porto e cremos que os Srs. Joaquim Vinagre e J.B. Ferreira Dias.”* (Barcelos, 2011, p.12).

O certo é que, esta fabrica, que se situava perto da estação de caminho-de-ferro, e com a qual estava ligada por um ramal privativo, só começou a funcionar, em 1920, sob a designação de Fábrica de Moagem do Cávado pertencente á sociedade de “Vinagre & Borges, L.d<sup>a</sup> “ (Barcelos, 2011, p.12).

Quase 20 anos depois, a empresa de moagem de trigo, centeio e milho passou para as mãos da “ Sociedade de Industrial do Vouga Limitada “, segundo o boletim “ Vouga”, a Fábrica de Moagem do Cávado passa a designar-se, a partir de Junho de 1956, “ Fábrica Vouga”, uma fábrica de moagem de trigo, centeio, milho e silos, que produzia farinhas de alta qualidade (Costa, 2017, p.2).

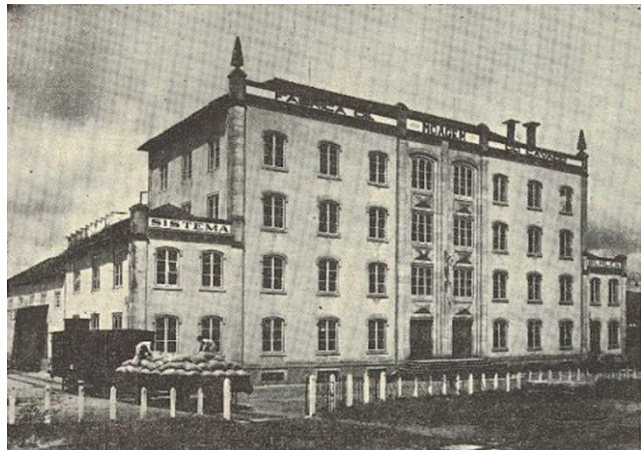


Figura 40: Fábrica de Moagem do Cávado (1930/40)

Do que resta desta fábrica são os gigantescos silos, anexos ao edifício da fábrica de moagem, construídos á semelhança dos silos da Fabrica de Moagem “ Vouga”, em Pessegueiro do Vouga, com as mesmas características, mas diferentes na configuração (Costa, 2017).



Figura 41: Empresa Vouga, antiga fábrica de moagem do Cávado (1930/40).

Ainda na década de 20, tínhamos a Fabrica de Cerâmica de Barcelos, indústria de fabrico de louça e material cerâmico de construção. Com sede no lugar da Estação da freguesia de Arcozelo, era uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada (Barcelos, 2011).

Em 1981, a fábrica foi vendida á sociedade “ Liquito Pinheiro Rocha e Reis”, de Viana do Castelo e manteve-se em funcionamento até 1990-1991 (Barcelos, 2011).

No final da década de 50, surgiu também em Barcelos uma das fábricas que viria a ter um grande impacto no concelho: a TOR (Torres e Companhia), dedicava-se á produção de malhas e começou a laborar com centenas de trabalhadores (Costa, 2017).



Figura 42: Fábrica Torres e Companhia (TOR).

Facilmente se percebe o impacto que teve no concelho, em termos de empregabilidade e economia. A fábrica laborou mais de 40 anos e encerrou em 2008, lançando para o desemprego 250 trabalhadores, que ainda hoje não receberam a totalidade dos direitos (Costa, 2017).

Os funcionários saíram e o espaço, como outros, tem sido alvo de atos de vandalismo, com uma grande parte do edifício destruído (Costa, 2017).

A degradação acontece diariamente e a delapidação do património não tem tréguas. A fábrica sucumbiu e, em termos de edificação, não sobrou grande coisa. Há estórias que se perdem todos os dias (Costa, 2017).

Ainda antes do 25 de Abril de 1974, Barcelos viu nascer a Fábrica Sialal, uma sociedade industrial de Alfaias Agrícolas Ld<sup>a</sup>, que se encontrava localizada na rua de Santa Marta. Foi fundada em 12 de Fevereiro de 1947 (Costa, 2017).



Figura 43: Fábrica Sialal.

*“ As atividades fabris desenvolvidas era sobretudo o fabrico, construção e reparação de máquinas agrícolas; fabrico de carpintaria de alumínio e serralharia para construção civil: construção de caldeiras termo fluído e vapor para variadas indústrias instaladas em Portugal, na Europa, norte de Africa e América do Sul, encerrou em Dezembro 2003 “* (Barcelos. J. (2011), p.17).

Temos também muito conhecida a Panibar, Panificadores Reunidos de Barcelos, Ld<sup>a</sup>, assim se chamava a fábrica de pão que começou a funcionar em 1966, junto da linha férrea, no lugar das Pontes, encerrando em 14 de Dezembro de 2007, lançando no desemprego 74 trabalhadores (Barcelos, 2011).

Na história da indústria barcelense é incontornável a Fiação e Tecidos de Barcelos, fundada há já quase um século em 1923 (Costa, 2017).



Figura 44: Fábrica Barcelense.

Esta empresa foi uma das pioneiras da indústria têxtil no concelho e também gerou centenas de empregos. Surgiu

no centro da cidade, tendo mudado de instalação, para S. Veríssimo, na década de 60. O fim desta empresa foi igual ao de tantas outras: o encerramento declarado, em 2011 (Costa, 2017).

O processo de insolvência foi concluído e o património vendido a Jorge Gomes, que funciona nas mesmas instalações, assim como outras empresas de pequena dimensão (Costa, 2017).

Temos também a, mais conhecida por Tebe, que surgiu na década de 40 e que chegou a ter 900 trabalhadores, que acabou por ter as mesmas consequências que as outras empresas (Costa, 2017).



Figura 45 : Empresa Têxtil de Barcelos

Dentro da Tebe foi criado um conjunto de empresas, mas todas caíram e há cerca de muitos anos que o espaço está totalmente devoluto (Costa, 2017).

A emblemática empresa a Guial, em Vila Frescainha S. Martinho, que fazia toda a produção de roupa interior, com teares, confeção e tinturaria, fechou portas há já vários anos. Nas suas instalações, nasceram pequenas empresas (Costa, 2017).

Podemos assim dizer que Barcelos está rodeada de empresas que estão totalmente em abandono ou sem algum vestígio do seu património emblemático.

*“Parte da área urbana pode ser considerada um “cemitério” de várias empresas que, em especial no século XX, deram emprego e foram o sustento de centenas de barcelenses.*

*A crise no sector têxtil, na serração e também na cerâmica ditou a falência de varias indústrias e património que foi deixado para trás ao longo dos anos tem-se degradado de ano para ano, sem que se vislumbre uma solução” (Costa, 2017, p.2).*

A preocupação em proteger e estudar o património industrial é uma estratégia recente no país e ainda não é uma realidade em Barcelos, a não ser no que toca á cerâmica com o Museu de Olaria, que tem procurado preservar os hábitos e tradições (Costa, 2017).

Cada universo industrial tem a sua especificidade e é isso que se vai perdendo (Costa, 2017).

É caso para dizer que todo este património industrial continuará em abandono, pelo menos por mais algum tempo, apesar de ter sido aprovado, no início de 2016 e por unanimidade, uma proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Barcelos, que inclui parte destes edifícios, mais especificamente nas freguesias de

Arcozelo, Barcelos, Barcelinhos e Rio Covo Santa Eugénia, mas qualquer projeto para o local é ainda sem grande consistência e não passa de papel (Costa, 2017).



Figura 46: Bairro de Santa Marta – Casas da previdência – Arq. Nuno Teotónio Pereira - 1958

## **CAPÍTULO IV | OBJETO DE ESTUDO**

## 4.1 OBJETO DE ESTUDO \_ FÁBRICA TOR

Neste capítulo vão ser analisadas as seis construções principais destinadas à atividade fabril e outras pequenas construções destinadas a apoio da atividade, através de esquemas, desenhos técnicos e fotografias, de forma a garantir uma leitura simples do conjunto.

Apesar de as construções terem sido construídas em épocas diferentes, funcionavam sempre em conjunto conforme as suas necessidades.

O principal objetivo deste capítulo, é apresentar informação sobre a forma física do objeto de estudo, e a sua envolvente a partir de imagens apresentadas nos anexos. É importante para a intervenção, entender a evolução construtiva e espacial do conjunto de edifícios



Figura 47: Fábrica Tor.

Relativamente ao regulamento do PDM de Barcelos, para a Área de Reabilitação Urbana Barcelos Nascente Dois, onde está inserido o complexo fabril, este apresenta soluções estratégicas para uma regeneração urbana desse território.

A presente proposta ARU Barcelos Nascente Dois (ARUBNDois) fica agora limitada a poente pela Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico, a norte pela Área de Reabilitação Urbana Barcelos Nascente Um, a nascente pela linha do caminho de ferro e a sul pela Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e pela Rua de Valpaços.

A delimitação desta ARU insere-se nas políticas urbanas municipais e na sua articulação com o planeamento e gestão urbanística e estruturar-se-á de forma a garantir a complementaridade com os diversos instrumentos de gestão territorial e com a adoção de uma estratégia inclusiva.

Existe atualmente um entendimento cada vez mais alargado de que o conceito de reabilitação urbana deve ser adotado numa perspetiva abrangente que vá para além das intervenções nos centros históricos e nas áreas mais centrais das cidades, e se alargue a outros espaços consolidados em que se verifique a necessidade de se desenvolverem estratégias integradas de requalificação e revitalização do tecido urbano.

O projeto da ARU Barcelos Nascente Dois inscreve-se nesta preocupação. Está incluído neste território, para além da função residencial, um conjunto de infraestruturas fabris e armazéns, desativado, evidenciando problemas relacionados com a degradação acentuada de grande parte destes edifícios, de desqualificação do espaço público, de débil vitalidade económica e cultural e de forte vulnerabilidade social, que não pode ser combatida com medidas isoladas de política setorial.

Por outro lado, a este território reconhecem-se facilmente uma série de vantagens e de oportunidades face aquelas que são, hoje em dia, condições desejáveis para um desenvolvimento urbano sustentável, designadamente, condições muito favoráveis de conectividade interna e externa, valores simbólicos capazes de projetar uma nova identidade local, recursos ambientais e paisagísticos, grandes unidades industriais desativadas e vazios urbanos com potencial de instalação de novas funções e atividades, volume significativo de edificado com interesse para reabilitar.

É pois inquestionável a necessidade de se desenhar e implementar uma estratégia de intervenção integrada para este espaço da cidade. Uma estratégia que, promovendo os trunfos e mais-valias locais, com sucessivos bloqueios que se colocam ao desenvolvimento sócio económico deste território e melhore as condições de vida e de bem estar quotidianas da população, alavancando aquele que se pretende seja um processo de transformação de toda esta zona.

O RJRU em vigor, designadamente, o n.º 3 do Artigo 7.º, prevê que a aprovação da delimitação de áreas de reabilitação urbana possa ter lugar em momento anterior à aprovação da operação de reabilitação urbana a desenvolver nessas áreas, produzindo a delimitação de uma área de reabilitação urbana um conjunto de efeitos imediatos, designadamente quanto a benefícios fiscais e outros incentivos, fundamentais para a captação de investimento e para a dinamização das intervenções.

Como objetivos estratégicos a seguir, temos:

1. Reforçar a política de reabilitação e requalificação que tem vindo a ser opção pelo Município;

2. Reabilitar tecidos urbanos degradados ou em degradação;
3. Afirmar os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana;
4. Modernizar as infraestruturas urbanas;
5. Incentivar a instalação de unidades destinadas a indústrias criativas e equipamentos;
6. Possibilitar o uso quotidiano do espaço público qualificado;
7. Assegurar a integração funcional e a diversidade económica e sociocultural nos tecidos urbanos existentes;
8. Assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados;
9. Qualificar e integrar as áreas urbanas especialmente vulneráveis, promovendo a inclusão social e a coesão social;
10. Requalificar os espaços verdes, os espaços urbanos e os equipamentos de utilização coletiva;
11. Promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos;
12. Promover a melhoria geral da mobilidade, nomeadamente através de uma melhor gestão da via pública e dos demais espaços de circulação com a melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada;
13. Fomentar a revitalização urbana, orientada por objetivos estratégicos de desenvolvimento urbano, em que as ações de natureza material são concebidos de forma integrada e ativamente combinadas na sua execução com intervenções de natureza social e económica.

Pelas suas características, a ARUBNDois apresenta face a outros territórios objeto de intervenções de reabilitação urbana diversas especificidades. Apesar de se tratar de um tecido urbano consolidado, o mesmo oferece múltiplas oportunidades de interação entre espaços que se complementam. Em lugar de uma herança patrimonial consolidada, apresenta oportunidades de “reinvenção” do território potencialmente enriquecedora não apenas para a zona nascente como para toda a cidade. Sendo múltiplos, os fatores de enriquecimento têm como elemento central a inovação.

Uma inovação, que longe de centrar-se no conteúdo das iniciativas, deverá alargar-se ao próprio processo de conceção e de operacionalização, e mobilizar um leque muito diversificado de agentes. A atratividade desta área é ainda potenciada pela presença de fatores adicionais, designadamente a disponibilidade de espaços (expectantes) amplos, vazios e flexíveis do ponto de vista da adaptação a um conjunto diversificado de usos (caso dos antigos armazéns e fábricas localizados na zona).

## 4.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ARQUITETÓNICA DO EDIFÍCIO

Como já foi referido nos capítulos anteriores, a fábrica surgiu na década de 50, sendo umas das fábricas, que veio a ter um grande impacto, em termos de empregabilidade e economia no concelho de Barcelos, dedicando-se à produção de malhas e de mais artefactos congéneres.

A Fábrica de Malhas “TOR”, por escritura de 29 de setembro de 1959, foi contruída entre o Dr. Francisco Torres, Vicente Mahiques, Telmo Meira de Carvalho, Dr. Eduardo Teixeira de Sousa, Francisco José Faria Torres e Dr. José António Faria Torres, uma sociedade por “quotas” de responsabilidade limitada, com o nome de “Torres e Companhia, Limitada”, com sede no lugar de Santa Marta, freguesia de Arcozelo.

Segundo a edição de 07.04.1960, do “Jornal de Barcelos”, refere que “ a nova unidade industrial fabricava sobretudo, malhas – “mousses e nylons” – interior e exterior, de mulher, homem e criança. Ocupava cerca de uma área coberta de 5.000 metros quadrados.”

Os trabalhadores que inicialmente estavam a frente a direção e exclusiva da Textil F. Torres S.A., no ano 2001, foram alocados a três sociedades, a chamada sociedade “filhas”, que estavam incluídas as sociedades comerciais Têxtil F. Torres Confeções IV, S.A.; Têxtil Tinturaria e Acabamentos III, S.A.; Têxtil F. Torres Tecelagem S.A., que a sociedade Têxtil F. Torres S.A., chamada sociedade “mãe”, tinha acabado de constituir (Sindicato, 2010).

Nesta fábrica era costume celebrar-se o dia de Santa Marta, padroeira do lugar onde se ergueu a nova fábrica de Malhas Tor, sendo um numeroso núcleo residencial que tanto honrou a Cidade de Barcelos.

Depois de muitos anos de trabalho e esforço, a fábrica acaba por dar insolvência, os funcionários saíram e o espaço tem sido alvo de atos de vandalismo, como grande parte da edificação destruída, estando aos olhos de toda a gente, a degradação a acontecer diariamente e o seu património a desaparecer (Costa, 2017).

A fábrica sucumbiu, em termos de edificação, não sobrou nada, perdendo-se um pouco da sua história, ficando só a memória daqueles que lá trabalhavam e da imagem da cidade de Barcelos.

## 4.3 EVOLUÇÃO ARQUITETÓNICA

Neste capítulo vai ser analisada a evolução de cada edifício construído, através de desenhos técnicos, adquiridos da Camara Municipal de Barcelos, do departamento Urbanístico, com o número do processo 1278/90.

Após a visita ao lugar onde está implantada a fábrica têxtil Tor, acompanhada pelo Sr.º Manuel Sousa (Sindicato dos trabalhadores), e duas trabalhadoras da fábrica, a Sr.ª Conceição e a Sr.ª D. Luísa, relataram, que a fábrica teve várias fases de construção, ampliações e modificações, devido a novas empresas que entravam.

Apesar de as construções serem de épocas diferentes, foram sempre construídas para se integrarem e trabalharem em conjunto.

Na primeira fase em **1959**, início da construção da fábrica de malhas (TOR), foi implantada nos terrenos anexos, na Rua Santa Marta, da cidade de Barcelos, o proprietário era o Sr.º Francisco José Faria Torres.

Nos desenhos técnicos apresentados, podemos verificar, o corpo principal composto por um hall, sanitários, escritórios e administração.

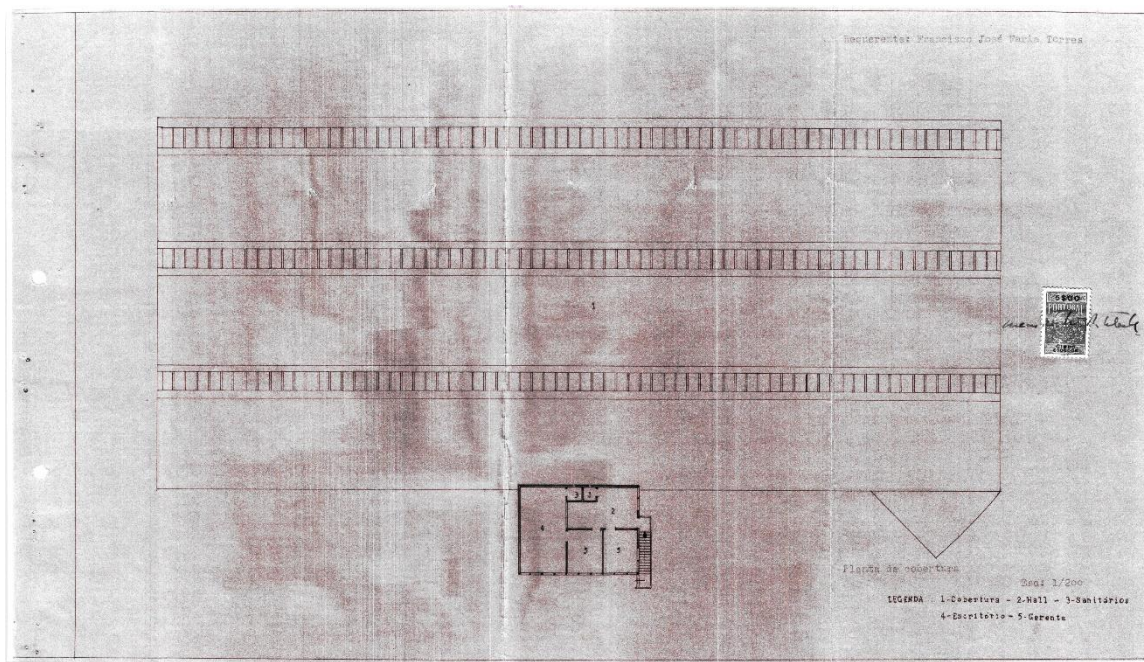


Figura 48: Planta de Cobertura. Escala 1.200.

A fachada principal, fica virada para a rua Santa Marta, que dá acesso a estação ferroviária. Quanto á sua materialidade, a estrutura da cobertura era em metal, formando sheds, com elementos de alumínio polido.

As paredes era feitas de alvenaria de tijolo, constituídas por paredes duplas e sua caixa-de-ar. Os paramentos interiores das divisórias seriam igualmente feitas em alvenaria de tijolo e rebocadas, o seu pavimento era constituído em betão, sem nenhum material.

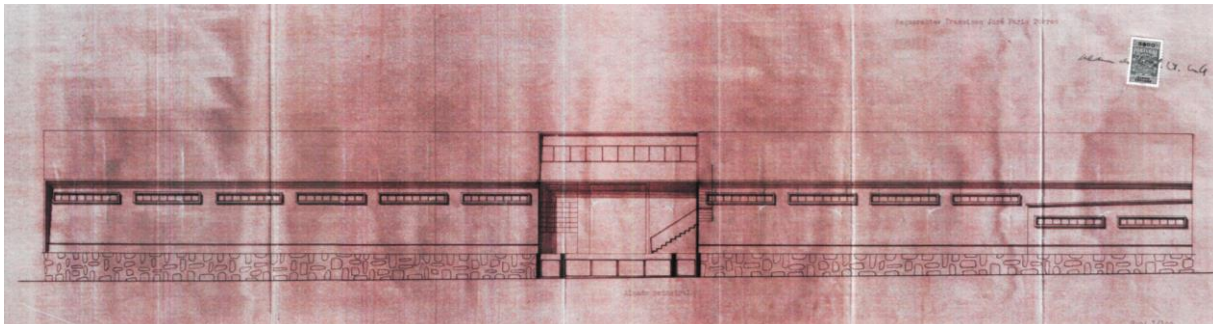


Figura 49: Fachada principal. Escala 1.100.

Em **1962**, segue a segunda fase para o procedimento de uma ampliação da fábrica, estando destinada a secção de acabamentos, um edifício com três pisos, a sul e a poente do corpo principal.

A sua materialidade, exterior e interior consiste na mesma linguagem que o primeiro corpo, com janelas em madeira de mussibi, soalho de pinho e vidraça nacional nos elementos da cobertura “Gracifer”.

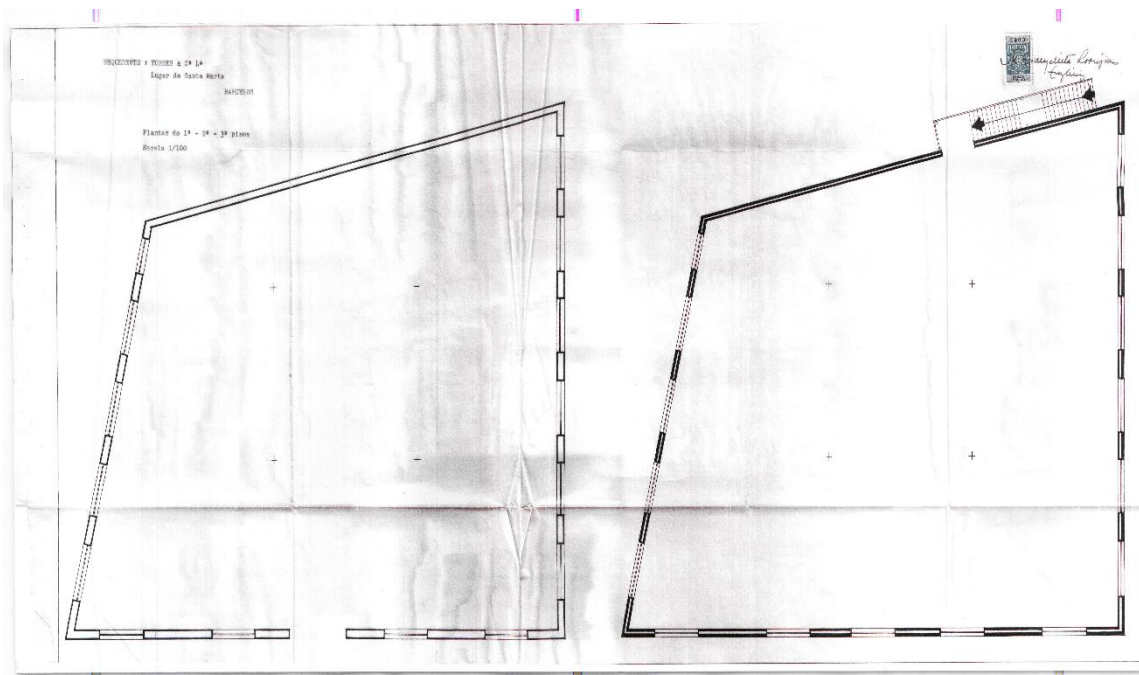


Figura 50: Planta do edifício destinado para a secção de acabamentos. Escala 1.100.

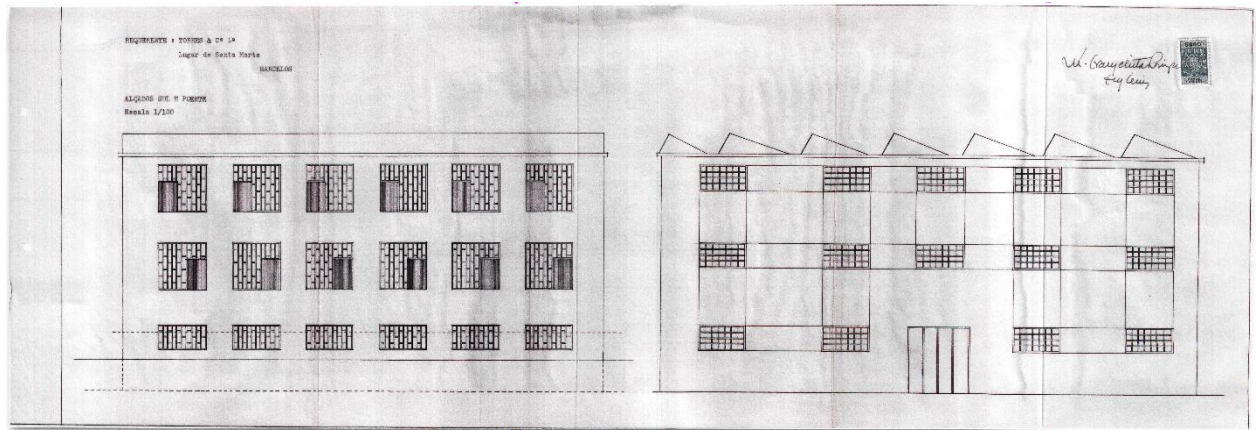


Figura 51: Alçado do edifício destinado para a secção de acabamentos. Escala 1.100.

Numa terceira face, no ano **1972**, segue um pedido de ampliação das instalações, localizado entre dois corpos existentes, com a finalidade de uma interligação entre as duas construções existentes.

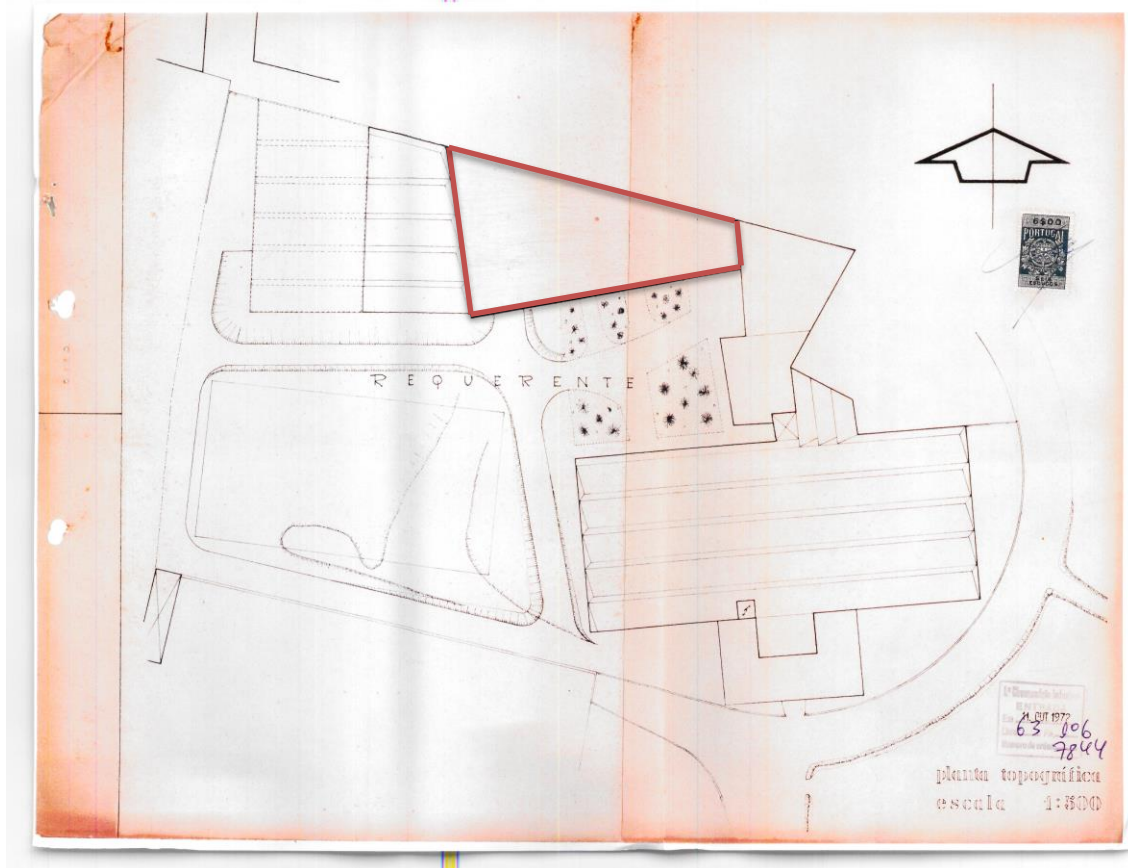


Figura 52: Implantação do edifício ampliado. Escala 1.500.

O projeto conforme se vai ampliando é sempre para fins das necessidades do complexo fabril, pensado numa arquitetura funcional.

Todo o edifício é estruturado em betão armado para receber a cobertura do tipo sheds, com revestimento a alumínio. As paredes laterais e posteriores serão, dentro de mesma linguagem que o existente. Os pavimentos serão acabados a betonilha de cimento e as paredes terão lambrim lavável com pelo menos dois metros de altura. Todas as caixilharias são de ferro, com pintura e esmalte.

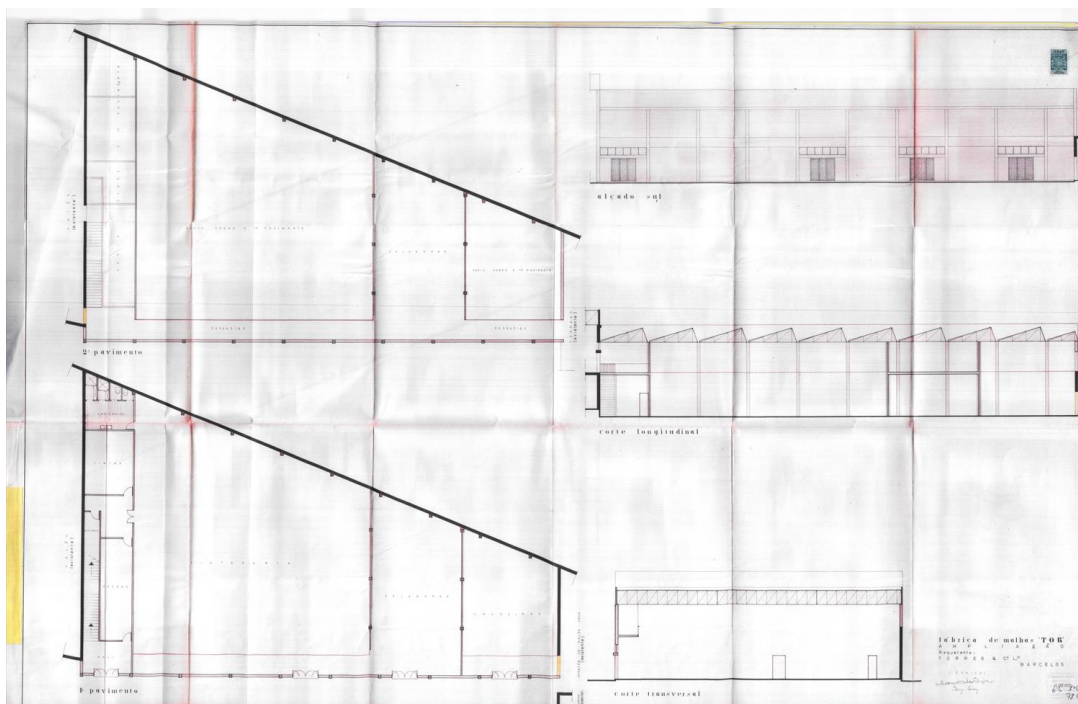


Figura 53: Planta do rés-do-chão e primeiro piso do edifício ampliado. Escala 1.100.

Em **1981**, voltou a fazer-se uma ampliação destinada a arrumos e escritórios. A sua materialidade não foge ao resto do edifício existente, com a utilização de alvenaria de tijolo nas paredes exteriores e interiores, impermeabilizadas e preparadas para receber tinta plástica de cor branco sujo.

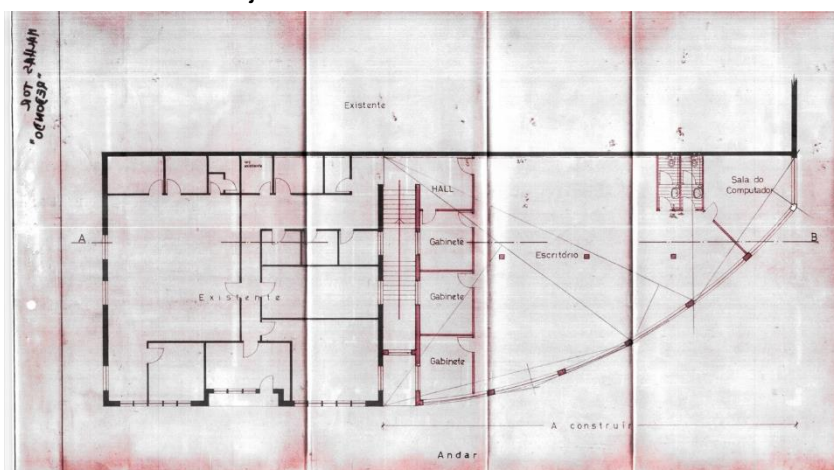


Figura 54: Planta do andar com os escritórios. Escala 1.100.

O pavimento do rés-do-chão e do andar está executado em betonilha e a cobertura é feita em material pré-fabricado. Toda a caixilharia é de madeira e envernizada. Todo o andar é revestido a alcatifa, exceto as instalações sanitárias, cujo pavimento é de mosaico hidráulico, acompanhando o lambrim de azulejo até 1,50 metros de altura.

Após três anos da última ampliação, em **1985**, há um novo pedido de remodelação e ampliação do estabelecimento industrial. A sua utilização destina-se a uma arrecadação, que confronta com o antigo campo de futebol do Gil Vicente. Neste mesmo ano, ainda se propuseram a construir um edifício destinado a um refeitório e infantário.

Todas as paredes exteriores e interiores são de alvenaria de tijolo, devidamente rebocadas, emboçadas e guarnecidas em argamassa, ficando as paredes exteriores impermeabilizadas e preparadas para receber tinta plástica da cor branco sujo.

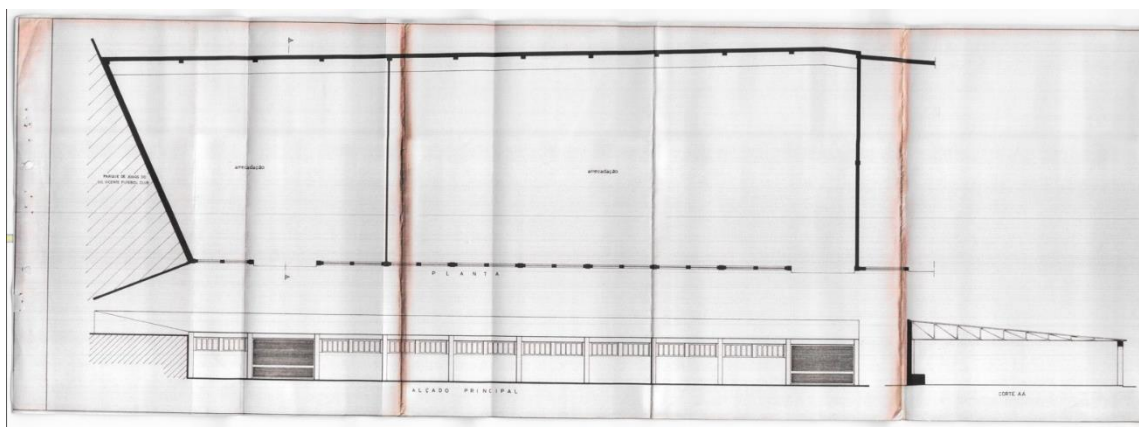


Figura 55: Planta do rés-do-chão, Alçado e Corte da arrecadação. Escala 1.100.

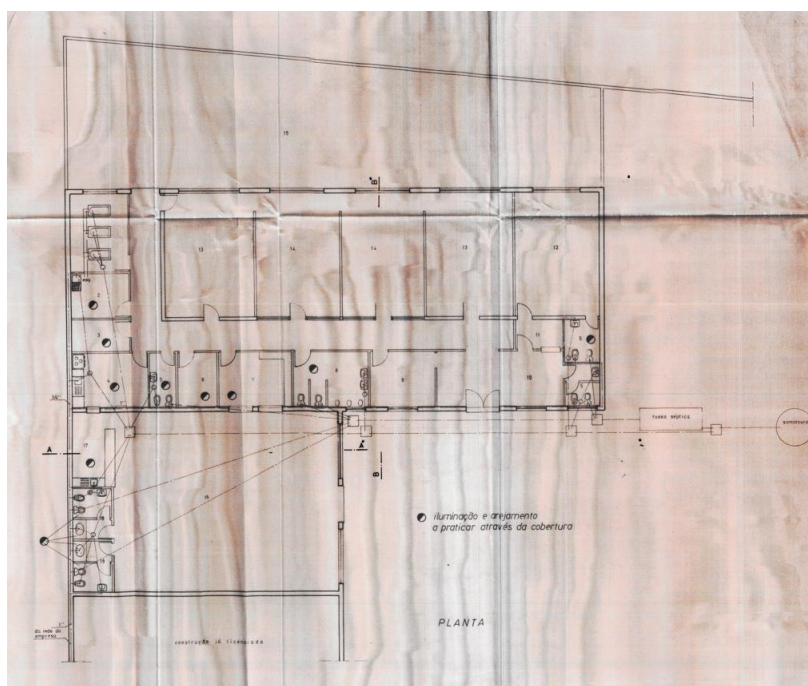


Figura 56: Planta do rés-do-chão do refeitório e infantário. Escala 1.100.

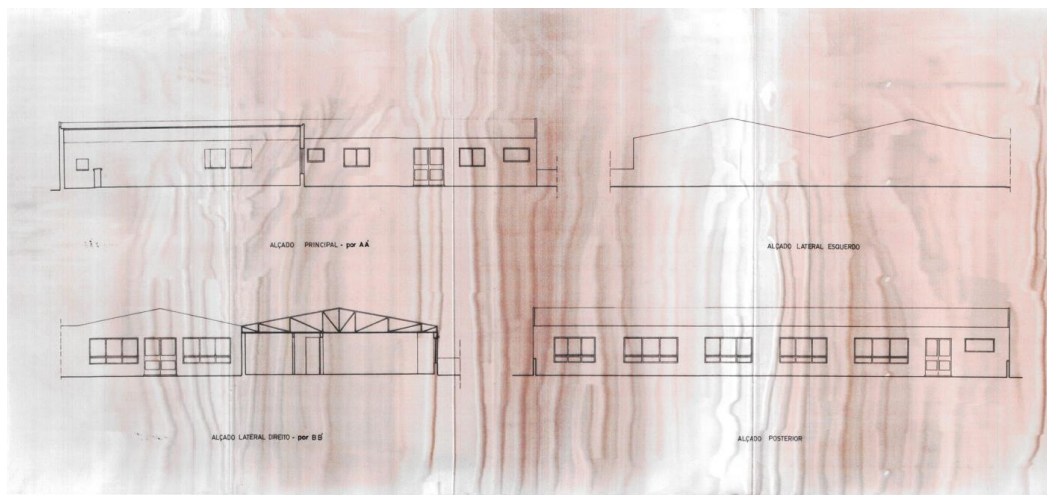


Figura 57: Alçados do refeitório e infantário. Escala 1.100.

Os pavimentos são executados em betonilha e a cobertura em chapas de lusalite ondulada, assentes sobre estrutura de ferro e protegidas contra a corrosão. A caixilharia é executada em madeira e posteriormente envernizadas. Os aposentos serão revestidos a mosaico hidráulico, exceto as salas de dormitório e de brinquedos (infantário). Todas as instalações sanitárias e as cozinhas são revestidas de lambrim de azulejo até altura de 1.50metros.

Neste mesmo ano foi apresentado na camara a composição total da fábrica têxtil, apresentando as modificações e ampliações que foram feitas nas várias construções, designando cada espaço a sua função.

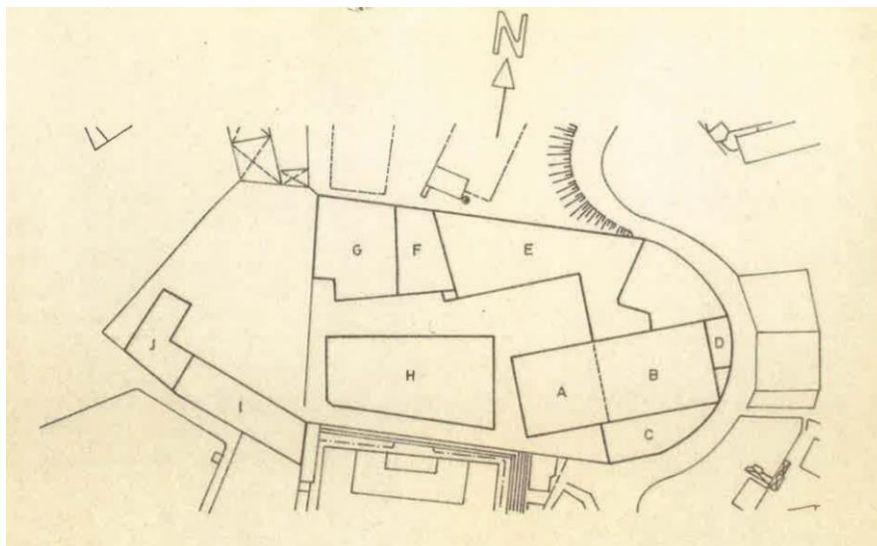


Figura 58: Implantação do processo 1278/90: A – Cave (Máquinas Circulares); A,B,C,D – Rés do chão (Corte, Acabamento e Vestiário); C – Andar (Gerência e Administração); E – Rés do chão (Tinturaria, Calandras e Caldeiras); E- Andar (Confeção de Amostras, Armazém de Malha e Acabamento); G,F – Cave (Máquina Ketten e Armazém de Exportação); F- Rés do Chão e Andar( Acabamento); H - Rés do chão (Bobinários, Armazém Fio, Estamparia); I – Rés do chão (Arrecadação); J – Rés do chão (Infantário e Refeitório).

A planta seguinte designada como a Cave (A), utilizada para as máquinas de grande porte, uma zona de vestiários e W.C.

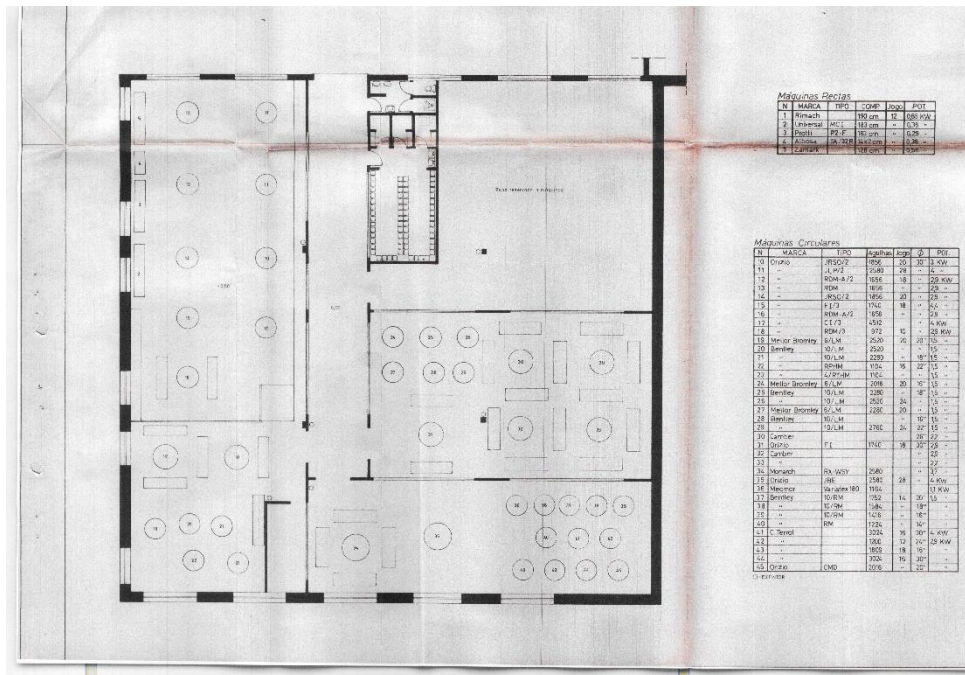


Figura 59: Planta da Cave (Máquinas Circulares). Escala 1.100

Por cima da cave, temos o rés-do-chão (A, B, C, D), utilizado para o corte e acabamento das peças. Na entrada principal, temos a zona do porteiro, oficina do afinador, o posto de transformação, oficina elétrica, gabinete de apontador, o porteiro, os vestiários e balneários.

Os compartimentos mais amplos, são destinados para as máquinas de corte e costura.

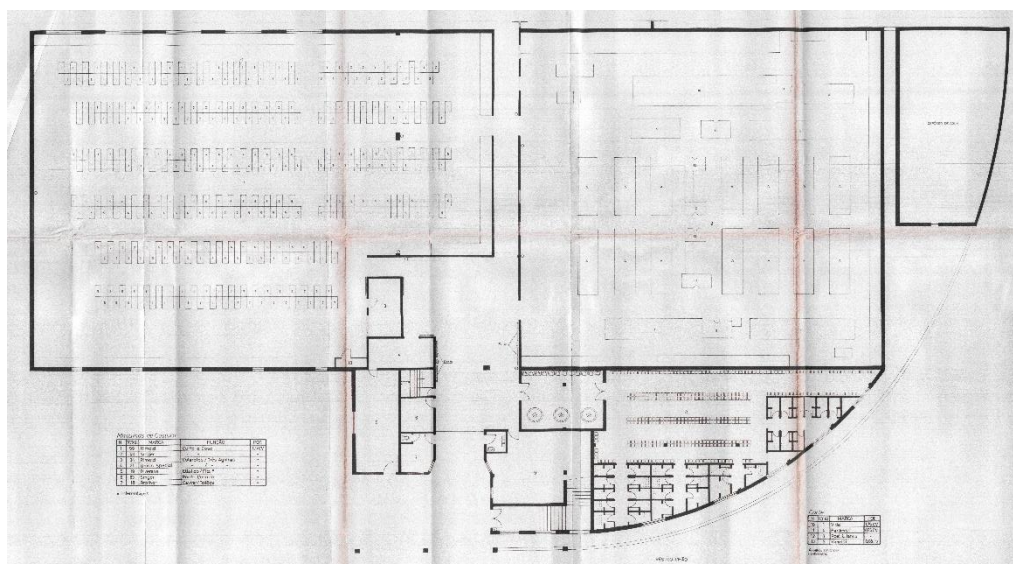


Figura 60: Planta do Rés-do-chão (Entrada principal, zona do corte e acabamento). Escala 1.100

Do rés-do-chão ainda temos o piso superior (C), onde existiam os gabinetes da gerência e da administração.

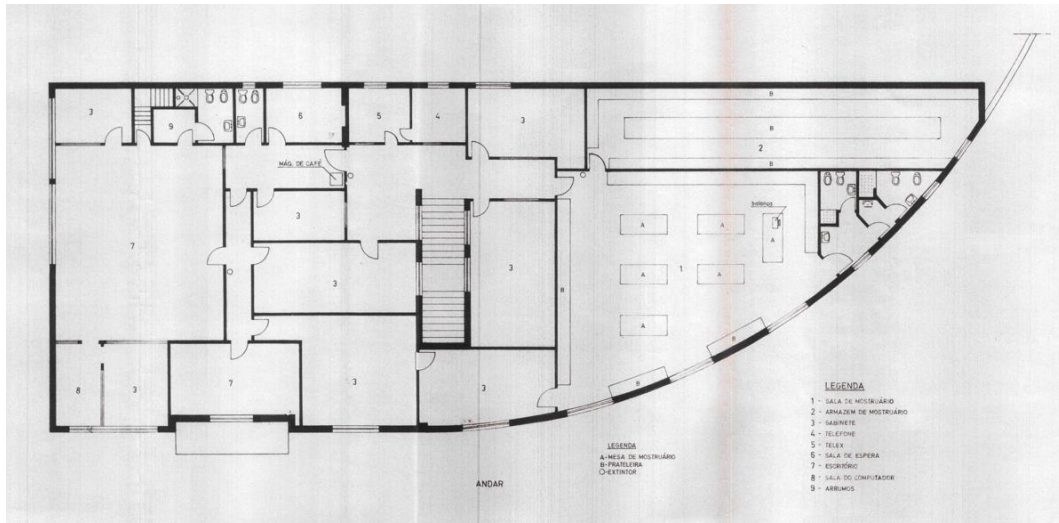


Figura 61: Planta do andar (Gabinetes e Administração). Escala 1.100

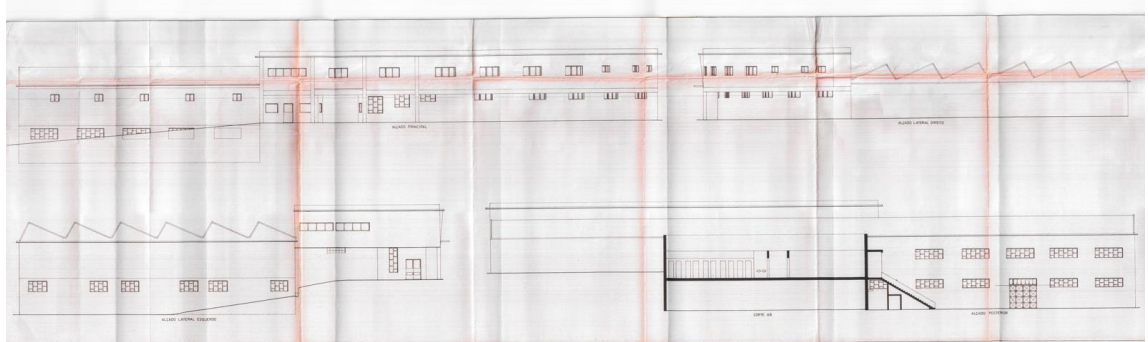


Figura 62: Alçados da Cave, Rés-do-chão e do andar. Escala 1.100

Ao nível da cave temos o edifício destinado à tinturaria, Calandras e Caldeiras (E). Este piso destinadas a maquinaria e armazém.

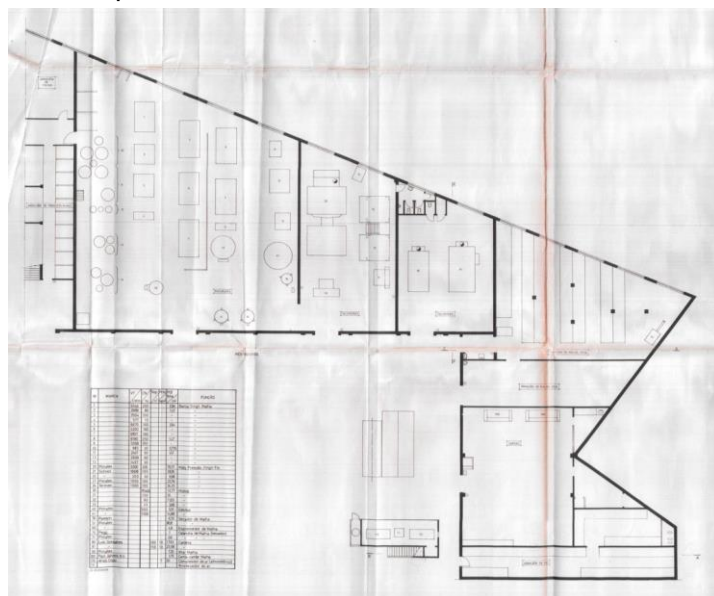


Figura 63: Planta Rés-do-chão. Escala 1.100

O piso superior destina-se a armazém de malhas, acabamento e confissão de amostras. Esta construção existiam os laboratórios de tinturaria, gabinetes, vestiários, e sanitários. Em particular este edifício apresentava pé direito duplo.

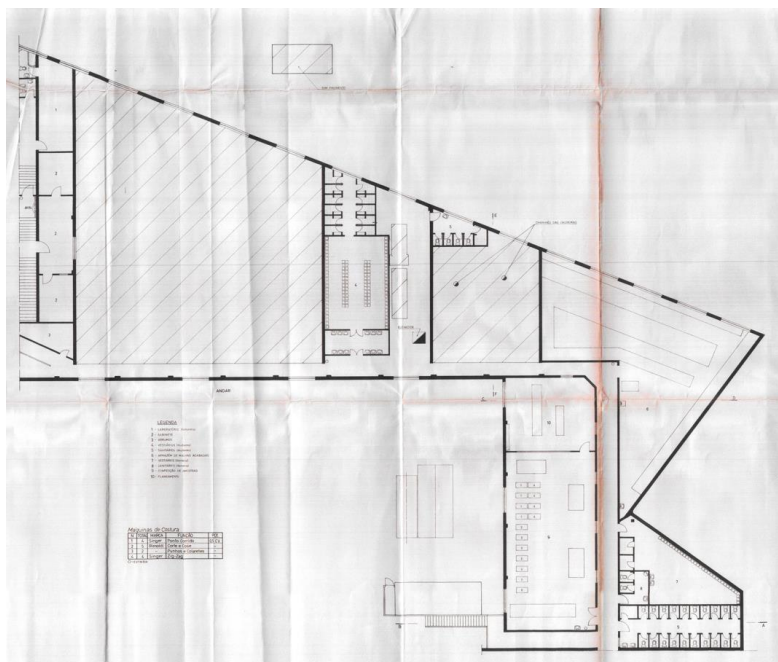


Figura 64: Planta do Andar. Escala 1.100

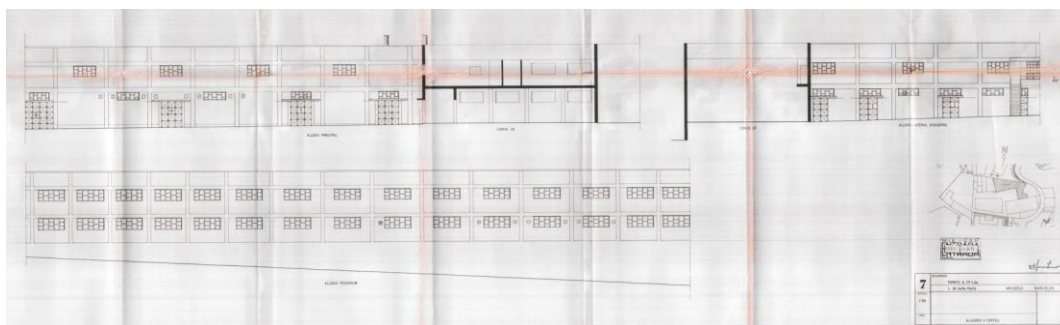


Figura 65: Alçados e Cortes. Escala 1.100

No seguimento do edifício anterior, temos a cave (G,F), destinada ao armazém de Exportação. Cada compartimento se destinava á oficina do serralheiro e carpinteiro, armazém de exportação, secção de embalagem, armazém de fio e armazém de embalagens.

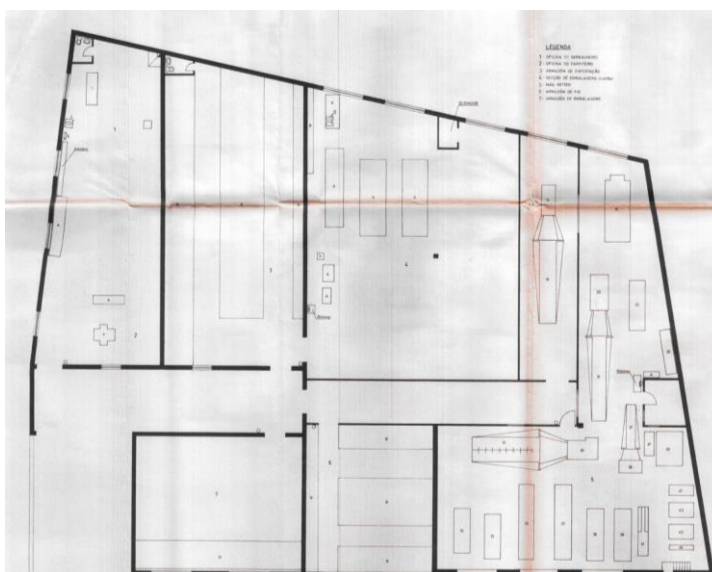


Figura 66: Planta da cave. Escala 1.100

O rés-do-chão e o andar do armazém de exportação, destina-se ao acabamento, com elevador e wc.

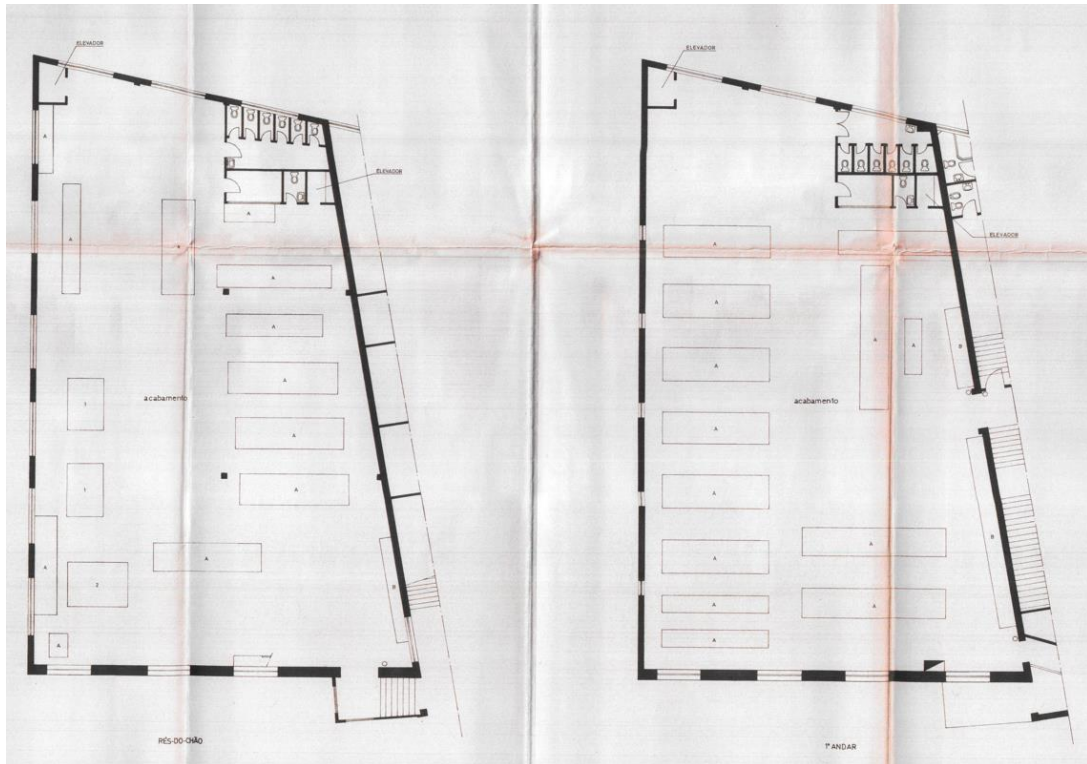


Figura 67: Rés-do-chão e Andar. Escala 1.100

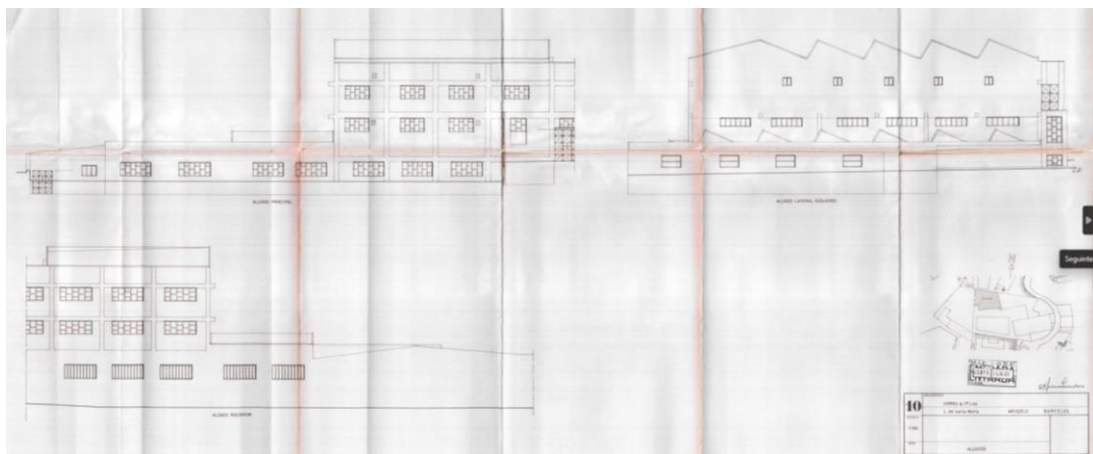


Figura 68: Alçados. Escala 1.100.

Seguidamente temos o edifício destinado a Armazém de Fio, Estamparia e Bobinários (H).

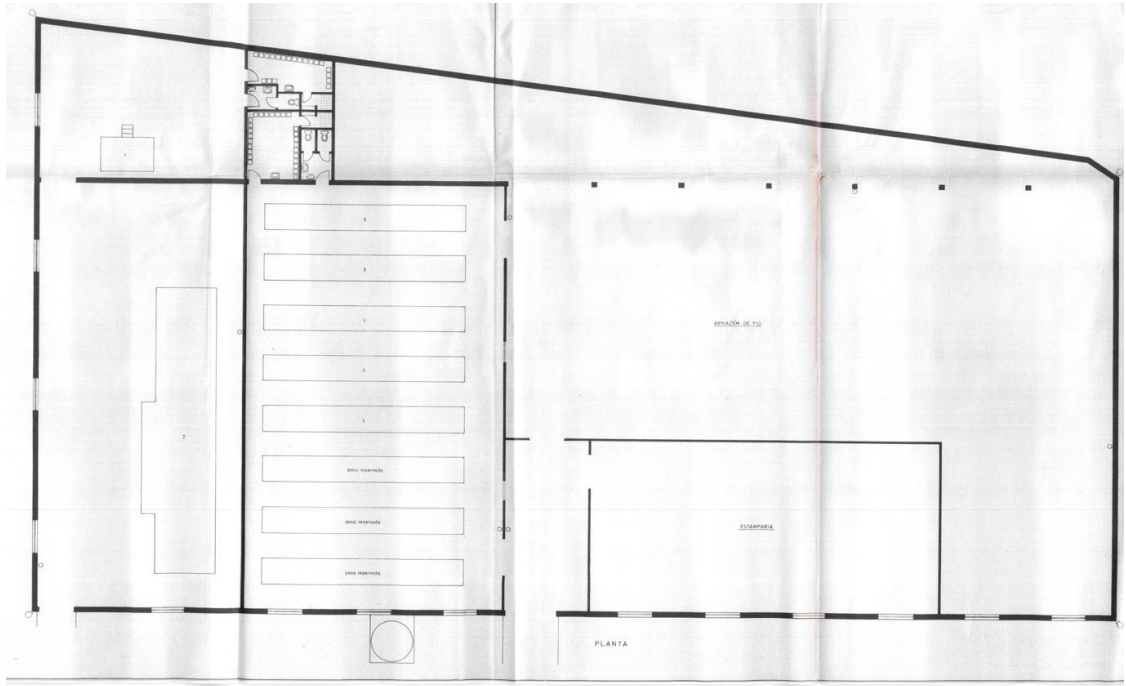


Figura 69: Planta rés-do-chão. Escala 1.100.

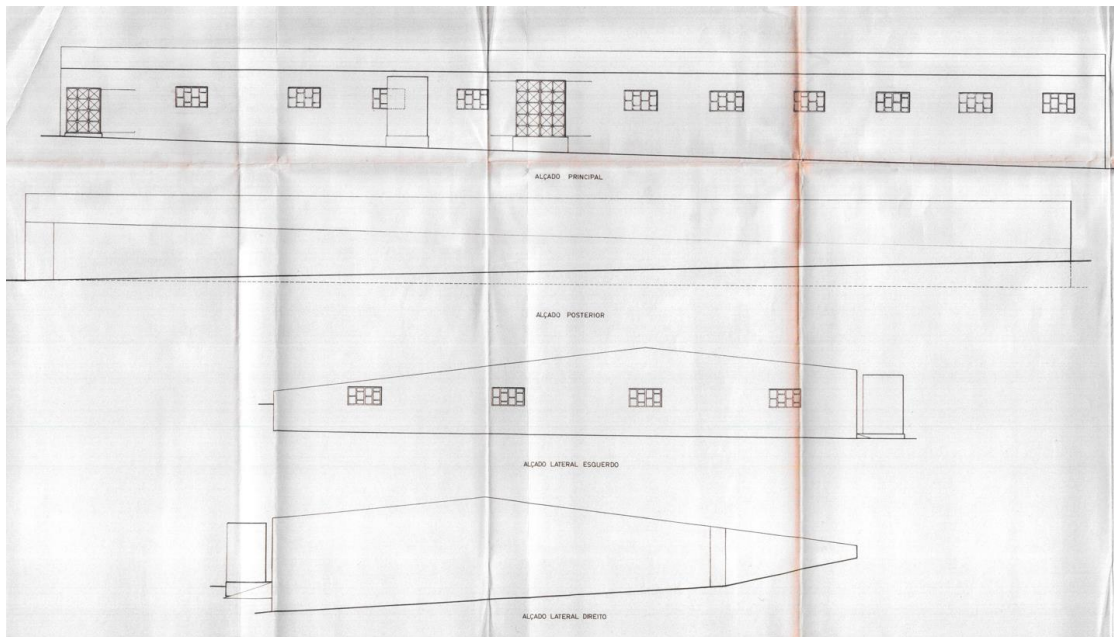


Figura 70: Alçados. Escala 1.100

Por fim em **1990**, mais um pedido de construção de um pavilhão, destinado a arrecadação, para guardar os produtos da atividade têxtil. Quanto à sua materialidade, não foge daquilo que já mencionamos nos edifícios anteriores.

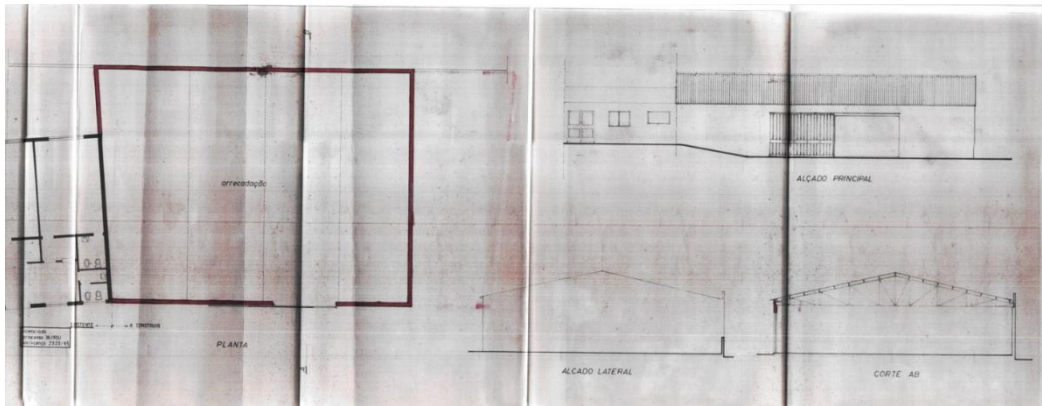


Figura 71: Planta do rés-do-chão, alçados e Corte da arrecadação. Escala 1.100.



## **CAPÍTULO V | CASOS DE ESTUDO**



## 5.1 ANÁLISE DE CASOS

A análise dos casos de estudo vem dar resposta ao objetivo principal deste trabalho, no estudo de edifícios industriais reconvertidos e reabilitados.

Serão selecionados três edifícios industriais, seguindo os critérios de seleção abaixo indicados:

- 1 Projetos Reabilitados
- 2 Terem um programa multifuncional
- 3 Disponibilidade de Informação

Procurou-se elaborar uma pesquisa de edifícios industriais, fazendo uma recolha dos desenhos técnicos e fotografias das construções, permitindo um maior conhecimento de cada projeto.

Os edifícios escolhidos para esta fase de estudo são:

- 1º Armazém Frigorífico de Bacalhau de Massarelos – Douro's Place
- 2º Reabilitação de Antiga Cerâmica Arganilense
- 3º Edifício do Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas

Cada projeto, será objeto de uma análise individual, através de fichas técnicas onde se realiza uma melhor interpretação de cada obra.

Por fim, é feita uma reflexão e análise comparativa dos exemplos de intervenção obtendo resultados e princípios orientadores para a elaboração do projeto da fábrica industrial têxtil "TOR", preservando a sua memória.

## ARMAZÉM FRIGORÍFICO DE BACALHAU DE MASSARELOS – DOURO'S PLACE

## LOCALIZAÇÃO:

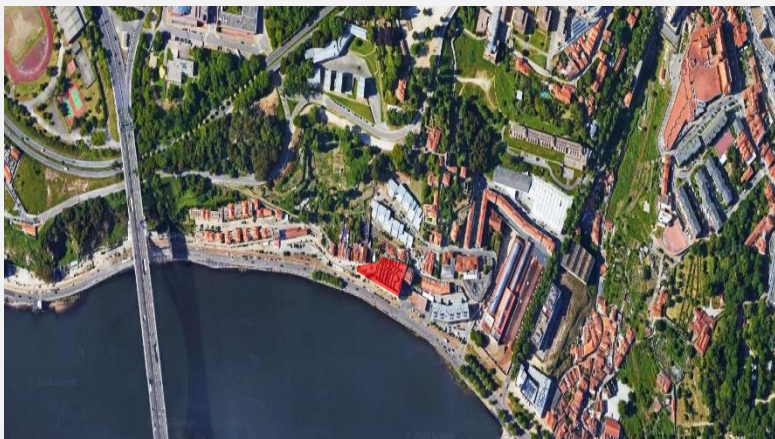


Figura 72: Ortofotomapa do enquadramento geográfico do Armazém Frigorífico de Bacalhau de Massarelos – Douro's Place

O edifício está localizado na marginal do Porto, junto ao Cais do Bicalho, numa área marcada por construções de diferentes épocas, existindo sobretudo edifícios habitacionais, de arquitetura moderna e algumas estruturas históricas.

Está situado numa zona estratégica relacionada com o desembarque da carga dos bacalhoeiros e o edifício da Bolsa do Pescado.

Está implantado num terreno com cerca de 1950m<sup>2</sup>, ficando por ocupar um pequeno pátio que servia para cargas e descargas.

**CARATERIZAÇÃO  
DA PRÉ –  
EXISTENCIA:**

O Antigo Armazém de Frigorífico da Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau, apresenta uma construção marcante em betão armado da arquitetura do Estado Novo, apostando nesta indústria para dar resposta às necessidades de resolver o problema do abastecimento de bacalhau em Portugal, devido ao elevado número de importações.

O seu principal objetivo era criar uma rede nacional de armazéns frigoríficos com base em projetos tecnicamente vanguardistas, inspirando-se nos exemplos mais modernos da Europa e dos Estados Unidos.

A construção destes edifícios, não era só utilizado para armazenamento e distribuição de bacalhau, mas também para produtos alimentares como frutas frescas, hortaliças, cereais, peixe, carne ou batata. Esta cadeia de armazenamento inicialmente previa a construção de frigoríficos industriais em várias cidades e localidades do país.

O edifício é composto por dois corpos com dimensões diferentes, a nascente, um bloco com sete andares de armazém frigorífico, que inclui 8 antecamaras e 24 camaras, sendo conduzido o frio da amara frigorífica para os pisos superiores, onde se armazenava o bacalhau.



Figura 73: Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.

## ANÁLISE ESPACIAL

A sua estrutura consistia em um volume geométrico, com faces paralelas de expressão formal e estética elementar, cuja principal característica consistia nas grandes superfícies praticamente cegas dos alçados.

A poente, com quatro andares e de planta irregular ficavam os escritórios, as áreas sociais e técnicas, e a central de gestão de produção do frio.

A Sul, virado para Rua do Ouro, criou-se um largo de receção entre os dois corpos, potenciado por um corpo vertical de acessos, onde introduziram a caixa de escadas que garantia a ligação entre os dois volumes e os vários pisos para a distribuição do produto, cargas e descargas.



Figura 74: Planta piso 0. Escala gráfica. Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.

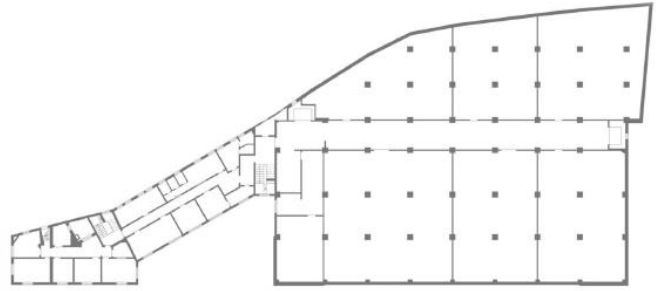


Figura 75: Planta piso 1, 2 e 3. Escala gráfica. Armazém Frigorífico,2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.

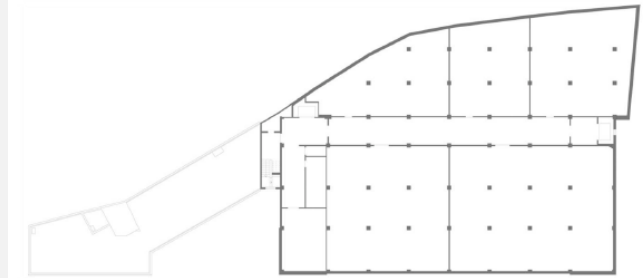


Figura 76: Planta piso 5. Escala gráfica. Armazém Frigorífico,2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.

## FACHADAS

Quanto à sua fachada principal, ao nível do piso térreo, apresenta oito vãos de forma retangular e em arco de volta perfeita, com introdução de molduras em pedra numa composição simétrica e regular.



Figura 77: Alçado Sul. Escala gráfica. Armazém Frigorífico,2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.

## SISTEMA CONSTRUTIVO

O seu sistema construtivo, é baseado em pilares, vigas e lajes em betão armado, possuindo o mesmo sistema construtivo para o edifício de apoio, com paredes portantes de alvenaria de pedra, rebocadas e pintadas.



Figura 78: Corte Transversal. Escala gráfica. Armazém Frigorífico,2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.



Figura 79: Fachada a Sul, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.



Figura 80: Fachada Poente, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.

## INTERVENÇÃO

A intervenção do conjunto industrial, foi realizada por Carlos Prata, originando numa reconversão, sem descaraterizar o edifício existente, adaptando-o às novas funções.

Este propunha um complexo habitacional e comercial, reutilizando as instalações do armazém.

Foram várias as propostas e alterações no que diz respeito ao tratamento dos alçados, das tipologias comerciais e habitacionais desenhadas e áreas de estacionamento.

A proposta final, constou assim, na adaptação de um edifício de apoio para habitação unifamiliar, considerando o piso terreo de comércio, permitindo uma relação direta para a rua, e o resto dos pisos a introdução de várias tipologias de habitação, permitindo a existencia de 33 apartamentos distribuídos pelos 6 pisos da seguinte forma:

**Piso Térreo** \_ 6 espaços comerciais + 18 lugares de estacionamento + arrumos (piso de acesso);

**Piso 1,2,3** \_ 2 T0, 2 T2, 3 T3, + 12 lugares de estacionamento + arrumos;

**Piso 4** \_ 3 T3 + 1 T2 + 12 lugares de estacionamento + arrumos

**Piso 5** \_ 5 T3 duplex + 1 T2 duplex + T2 + 12 lugares de estacionamento + arrumos

**Piso 6** \_ 5 T3 duplex + 1 T2 duplex + T4+1

**Cobertura** \_ 7 terraços percorriáveis



Figura 81 : Planta T0  
Corpo principal



Figura 82 : Planta T2+1  
Corpo principal



Figura 83: Planta T3 duplex  
(piso 5) - Corpo principal



Figura 84: Planta T2 e T3  
Corpo secundário



Figura 85: Planta T3  
Corpo principal



Figura 86: Planta T3 duplex (piso  
6)  
Corpo principal

O objetivo do projeto era adaptar os edifícios ao novo uso, e ao mesmo tempo salvaguardar a existência do património industrial, procurando manter a sua imagem e revitalizar o seu papel no espaço urbano, permitindo preservar as suas características como a volumetria, a imagem e a implantação.

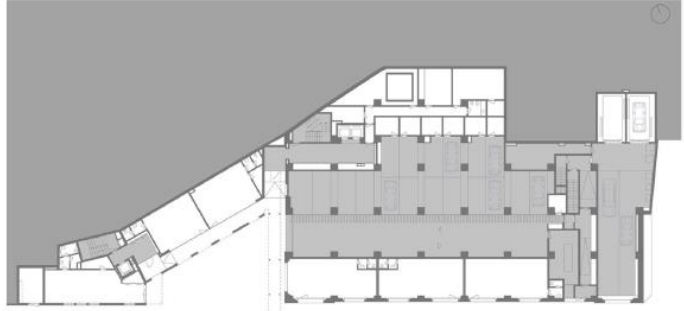


Figura 87: Planta piso 0. Escala gráfica. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.



Figura 88: Planta piso 1,2,3. Escala gráfica. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.

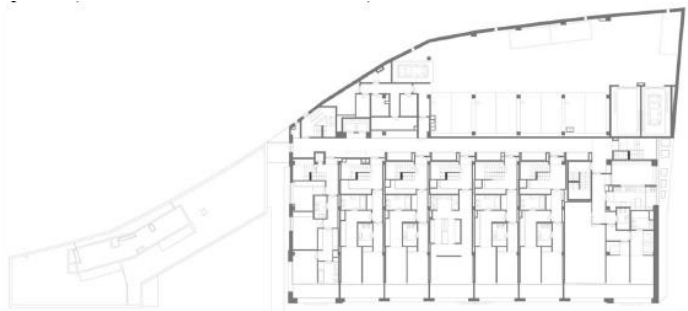


Figura 89: Planta piso 5. Escala gráfica. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.



Figura 90: Alçado Sul. Escala gráfica. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.



Figura 91: Corte Transversal. Escala gráfica. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.

## MATERIALIZAÇÃO

No que diz respeito à materialização do projeto, aproveitou-se as vigas e pilares de betão armado, as paredes e as lajes existentes, exceto o último piso que foi todo reformulado.

Por questões de configuração espacial foram retirados sete pilares em cada piso do armazém, permitindo a circulação dos automóveis, garantindo assim área de estacionamento.

Quanto aos materiais e acabamentos exteriores, preservou-se os apontamentos decorativos em alto-relevo, o soco de envasamento em cantaria de granito, as inscrições horizontais em baixo relevo inscritas no pano da fachada Sul e os panos de parede rebocados e pintados.

No interior, adaptou-se novos elementos, conforme o novo programa introduzido, como pavimentos revestidos a madeira,

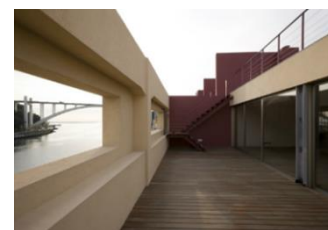


Figura 92: Varanda exterior. Escala gráfica. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.



Figura 93: Acesso à varanda exterior. Escala gráfica. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.



Figura 94: Varanda criada a partir do recuo do plano de vidro em relação ao alçado Sul do corpo principal. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.

granito, mármore ou mosaicos, tetos estanhados ou tetos falsos em placas de gesso cartonado, paredes rebocadas com rodapés ou lambris em madeira, granito, mármore ou mosaicos cerâmicos, e nas caixilharias recorreu-se a perfis de alumínio lacado mate.

Na sua cobertura, a existência de terraços foram usados revestimentos pré-fabricados em betão.



Figura 95: Interior de um dos apartamentos. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.



Figura 96 : Espaço de circulação. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.



Figura 97: Fachada Principal. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura.

## PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Autenticidade  
Neutralidade  
Universalidade  
Reversibilidade  
Mínima Intervenção

<p><b>GRAUS DE INTERVENÇÃO</b></p>	<p>Conservação Preservação Restauro Reabilitação</p>
<p><b>VALORES</b></p>	<p>Histórico Cultural Arquitónico Economico Social Educativa Documental Uso/Funcional</p>

CASO DE ESTUDO:

FICHA Nº2

**REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA CERÂMICA ARGANILENSE****LOCALIZAÇÃO**

Figura 98: Ortofotomapa do enquadramento geográfico da Fábrica de Arganil.

A fábrica está localizada em Arganil, do concelho de Coimbra, umas das primeiras fábricas da região, com a produção da telha do tipo marselhês, acabando por cessar em 1992.

O futuro do edifício foi decidido em 2008, com a Reabilitação da antiga fábrica de Cerâmica Arganilense, transformando o edifício numa excelente infraestrutura com novas valências, acolhendo diversas iniciativas de carácter cultural, científico, social, lúdico e de dinamização da economia.

Edifício anterior à II Guerra Mundial, torna-se um símbolo de Arganil, sendo uma das primeiras fábricas a dar início da atividade na cidade, possibilitando novos horizontes, permitindo um caminho para grandes progressos.

Para o efeito, o edifício apresentava-se, com 84 metros de comprimento por 22 de largura.

<p><b>CARATERIZAÇÃO PRÉ-EXISTÊNCIA</b></p> <p><b>DA</b></p>	<p>A Cerâmica Arganilense começou a laborar, inicialmente no ano de 1916, com a produção de telha do tipo marselhês. Alvo de elevadíssimos elogios pelos peritos, à data, a telha do tipo marselhês era por eles considerada de superior qualidade relativamente aos restantes tipos de telha produzidos.</p> <p>Com o início de atividade da primeira fábrica em Arganil, dava-se mais um passo no caminho do progresso de uma nova era, onde a Indústria que estivera adormecida, rasgava novos horizontes.</p> <p>À Cerâmica Arganilense, em plena atividade, reservava-se um brilhante futuro, pela excelência dos produtos, resultando no crescimento da atividade, obrigando a edificar um edifício capaz de dar respostas às solicitações.</p> <p>É em 1948, terminado o edifício próximo à primitiva fábrica que, com 84 metros de</p>
---	--



Figura 99: Fachada principal do existente da Fábrica de Cerâmica Arganilense



Figura 100: Pormenor da fachada principal do existente da Fábrica de Cerâmica Arganilense



Figura 101: Interior da do existente.

comprimento por 22 de largura, estaria em atividade até 1992, empregando cerca de uma centena de operários.

Foi em 1992, que se deu o colapso da fábrica, fazendo com que os operários



Figura 102: Interior do existente.

entrassem em greve,

pedindo os seus direitos de pagamentos de vencimentos anteriores, e também a falta de pagamento da luz, sendo ameaçados na parte da produção e subsistência da fábrica e os postos de trabalho dos 68 funcionários. Dada a crise instalada, a fábrica


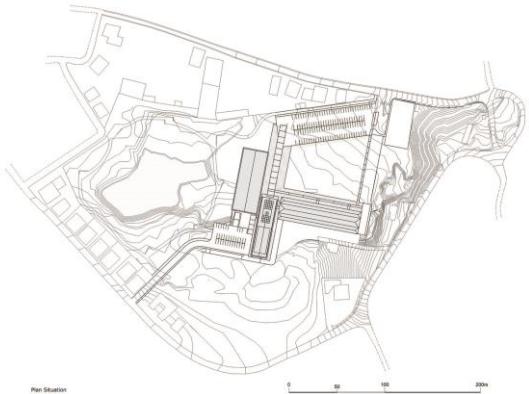
acabou por ter que fechar portas à sua atividade.



Figura 103 :Fachada Principal, do existente.

Foi então que em 1994, o

edifício é adquirido pela Câmara Municipal de Arganil em hasta pública, não sendo na altura definido ou divulgado qual o aproveitamento futuro para tal edifício.

	<p>Passando por vários conceitos de intervenção, foi em 2001, que se anunciou o futuro do edifício, passando por ser requalificado, dando lugar a um centro de atividades no âmbito cultural.</p>  <p>Figura 104: Interior do existente.</p> <p>O verdadeiro futuro do edifício, devoluto, por força dos tempos, deixaria de ser uma miragem e viria a ser firmado anos depois, em 2008, com a abertura das propostas para a reabilitação da antiga Cerâmica Arganilense.</p> <p>Atualmente, é um espaço multifacetado e flexível que acolhe diversas atividades de caráter cultural, científico, social, lúdico e de dinamização da economia.</p>
<b>INTERVENÇÃO</b>	<p>Quanto à proposta de intervenção na fábrica de cerâmica, esta foi elaborada pelo Arquiteto Victor Manuel de Faria Seabra, que procurou intervir de maneira a respeitar o existente, tanto no que diz respeito ao edifício como pelo seu património histórico.</p>  <p>Figura 105: Planta de Implantação. Escala gráfica. José Campos.</p>

Relativamente ao edifício existente, este “retirou” todos os componentes desnecessários de construção, valorizando o seu espaço, de maneira a dar mais realismo ao seu interior, melhorando a sua estrutura espacial.

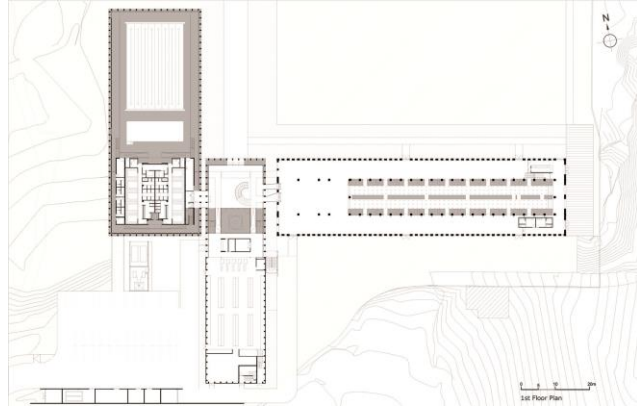


Figura 106: Piso rés do chão. Escala gráfica. José Campos.

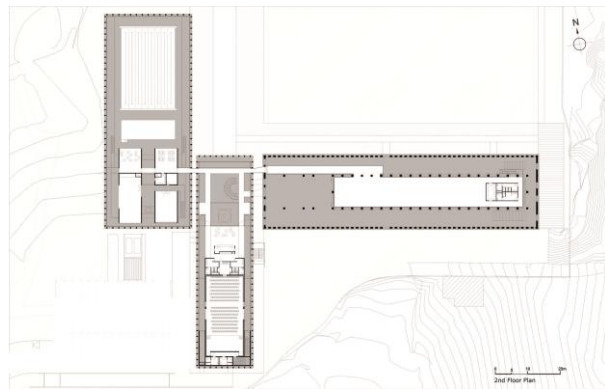


Figura 107: Piso do andar. José Campos.

A intervenção além do existente é baseada numa nova estrutura interna, independente ao edifício (fábrica), na qual está integrada as piscinas e o auditório. A ideia desta intervenção era manter a consistência na linguagem da intervenção e geral, tanto no que diz respeito a recuperação como na renovação da paisagem antiga.

No entanto, o programa estabelecido para o edifício, consistiu numa organização dividida em três grupos, correspondentes a três volumes de construção

articulados a partir de um ponto comum (“dobradiça”), o que permite a ligação do edifício existente e o novo edifício. No que diz respeito à construção do existente, esta é mantida a sua estrutura dos fornos, pilares e tetos, espaço onde está localizado a área comercial com restaurantes e programas semelhantes.



Figura 108: Comunicação entre os edifícios.. José Campos.

No corpo central temos o auditório e o supermercado. Este espaço, atua também como uma área de receção.

É equipado com recursos que enfatizam seu caráter:



Figura 109: Auditório. José Campos.

- tetos altos com volumes sobrepostos, o enquadramento visual da lareira na estrutura do edifício e o domínio visual dos pontos-chave do edifício.



Figura 110: Área comercial/Restauração. José Campos.



Figura 111: Piscina. José Campos



Figura 112: Recepção. José Campos

Por último temos o terceiro corpo que diz respeito às piscinas e academias de ginástica, ocorrendo em continuidade com os demais, respeitando as características funcionais intrínsecas, tais como vestiários separados, rotas para os usuários

e circuitos públicos autônomos adequados para os pés descalços ou calçados.

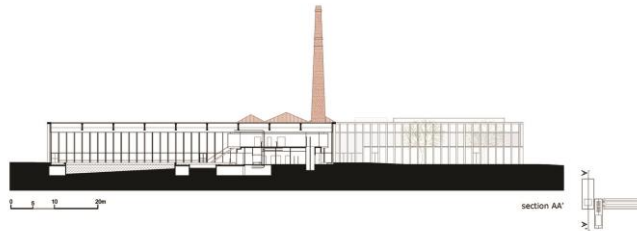


Figura 113: Corte AA'. José Campos

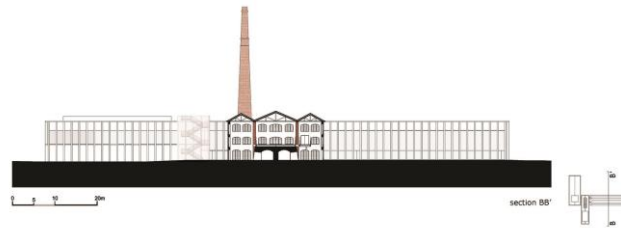


Figura 114: Corte BB'. José Campos

## MATERIALIZAÇÃO

Quanto a materialização do edifício, este manteve a mesma linguagem e ritmo dos elementos existentes, criando uma modulação de fachada com elementos estruturais e vidros, incluindo também espaços com utilização da madeira.

	 <p>Figura 115: Exterior do edifício. Entrada Principal José Campos</p>  <p>Figura 116 : Área da Piscina. José Campos</p>
<p><b>PRÍNCIPIOS DE INTERVENÇÃO</b></p>	<p>Autenticidade Neutralidade Universalidade Reversibilidade Mínima Intervenção</p>
<p><b>GRAUS DE INTERVENÇÃO</b></p>	<p>Conservação Preservação Restauro Recuperação Reabilitação</p>
<p><b>VALORES</b></p>	<p>Histórico Cultural Arquitético Económico Social Educativo Documental Uso/Funcional</p>



CASO DE ESTUDO:

FICHA Nº2

## RECONVERSÃO DO CENTRO DE ARTES CONTEMPORÂNEAS

## LOCALIZAÇÃO



Figura 117: Ortofotomapa do enquadramento geográfico do Centro de Artes Contemporâneas


Localizada na cidade da Ribeira Grande, em São Miguel, contruí-se a fábrica mais conhecida pela produção de tabaco e alcool nesta região, sendo interrompida na primeira metade da década do século XX, devido ao excesso de produção e devido às restrições no contexto seu legislativo.

O futuro do edifício foi decidido já no Renascimento, com a Reconversão da antiga fábrica, transformando o edifício num Centro de Artes Contemporâneas dos Açores, exibindo o diálogo entre o que é construção existente e construção nova.

## CARATERIZAÇÃO DA PRÉ-EXISTENCIA

Foi no século XIX, que se construiu um dos edifícios mais emblemáticos dos Açores, e que na qual salta a vista quando se chega à cidade da Ribeira Grande, em São Miguel. O processo de construção da fábrica da Ribeira Grande, foi iniciada por Frederico Augusto Serpa em 1893, acabando por ficar construída um ano depois.

É assim em 1894, criada a “Sociedade Ribeira-Grandense”, que integrou a UFAA (União das Fábricas Açorianas de Álcool), criada em 1902 para “melhor defender os interesses açorianos, orientando a produção das fábricas”.

	<p>O que foi possível apurar sobre a fábrica, supõe-se que a sua produção legal do álcool na cidade foi interrompida na primeira metade do século XX, devido ao excesso de produção no arquipélago e por muito restritivo contexto legislativo.</p> <p>Em 1891, devido ao orçamento português, houve uma alteração à Lei dos Meios que autorizava o Governo a adjudicar em concurso público o exclusivo do fabrico dos álcoois industriais, ciando assim o monopólio do fabrico do álcool e permitia-se a expropriação das fábricas existentes, obrigando assim a que a fábrica anda-se ao preço de compra da matéria-prima estipulada pela lei, não produzindo mais álcool do que as quantidades máximas, sendo o início da morte legislativa da indústria açoriana do álcool.</p> <p>O espaço passa a ser da Direção Regional da Cultura, permitindo a construção do Centro de Artes Contemporâneas dos Açores, que apresenta um diálogo entre uma construção existente – a antiga fábrica do álcool/tabaco – e novas construções, que representa a fábrica cultural / produção de arte.</p>  <p>Figura 118: Antiga Fábrica do Álcool/tabaco</p>
<p><i>INTERVENÇÃO</i></p>	<p>Relativamente à intervenção do Centro de Artes Contemporâneas, a intenção foi manter o caráter industrial da fábrica de tabaco/álcool e tematizar o</p>

diálogo entre o que é uma construção existente e as novas construções que se refere à fábrica da cultura/ produção de arte, reservas, sala de multiusos/ artes performativas, oficinas laboratórios, estúdios-ateliers de artistas.

O projeto foi elaborado pelo arquiteto João Mendes Ribeiro, a sua intenção foi sempre não exagerar nas diferenças entre o existente e as construções novas, unindo a diferente escala e a diferente idade das suas partes por meio de uma manipulação pictórica da forma e da materialidade dos edifícios.

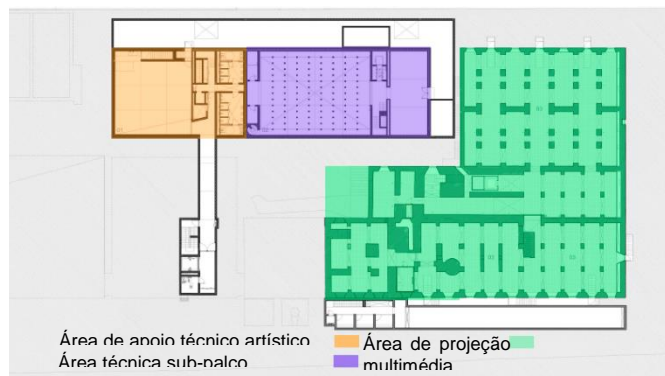


Figura 119: Planta de Cave. Escala gráfica.

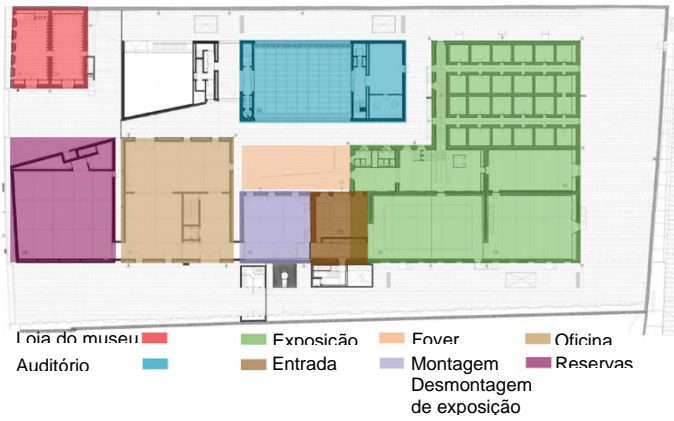


Figura 120: Planta do piso 0. Escala gráfica.



Figura 121: Planta do piso 1. Escala gráfica.



Figura 122 : Planta do piso 2. Escala gráfica.

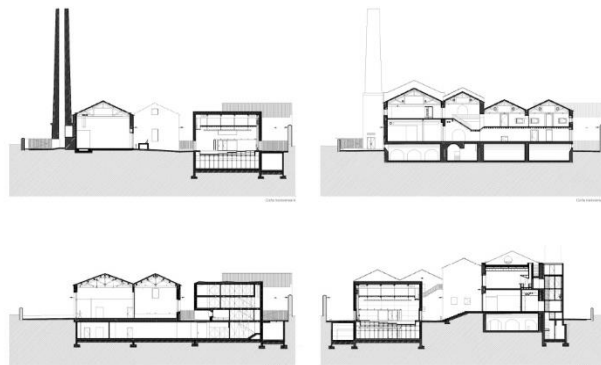


Figura 123 : Cortes. Escala gráfica.

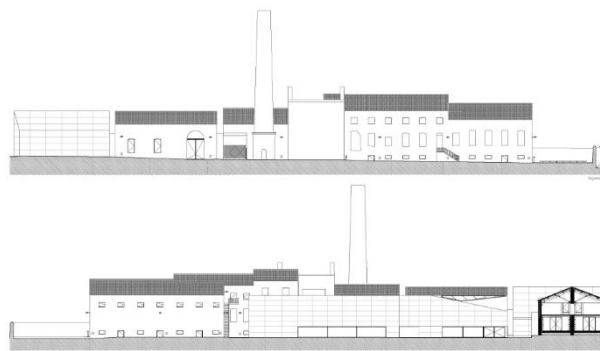


Figura 124: Alçados. Escala gráfica.

**MATERIALIZAÇÃO**

Quanto a materialização, o arquiteto teve a intenção de não exagerar na diferença dos materiais no que diz respeito às novas construções e as antigas, procurou unir a diferente escala e a diferente idade das duas partes por meio de uma manipulação pictórica da forma e da materialidade dos edifícios.

No que diz respeito ao existente, este é bem marcado pela alvenaria aparente de pedra vulcânica e os novos edifícios marcados de maneira abstrata, contruídos em betão aparente com inertes de basalto local com um trabalho altimétrico e textural das superfícies, complementando a relação cheio/vazio da massa do edificio com os vazios dos pátios.

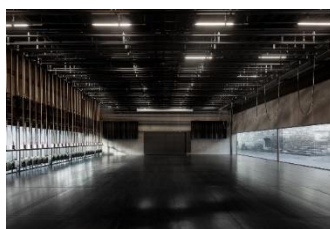


Figura 125: Espaço Multimédia



Figura 126 :Recepção

Figura 127: Exterior, Existente e  
Construção Nova

Figura 128 : Exterior, Existente

<b>PRÍNCIPIOS DE INTERVENÇÃO</b>	Autenticidade Neutralidade Universalidade Reversibilidade Mínima Intervenção
<b>GRAUS DE INTERVENÇÃO</b>	Conservação Restauro Recuperação Reabilitação
<b>VALORES</b>	Histórico Cultural Arquitónico Económico Social Educativo Documental Uso/Funcional

## 5.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESTUDOS DE CASO

A análise comparativa pretende uma avaliação dos três casos de estudo em simultâneo, considerando as especificidades das preexistências e as transformações introduzidas. A base da análise é a matriz elaborada anteriormente para o estudo de um edifício industrial, a ser reabilitado, considerando a sua preexistência e suas características.

Procurou-se retirar conclusões sobre a reconversão e reabilitação de edifícios industriais, tendo em conta o seu valor patrimonial e a função dos seus espaços industrial.

Quanto às intervenções analisadas, localizam-se em três regiões de Portugal diferentes, o antigo armazém de frigorífico de Bacalhau na zona Norte (Porto), a fábrica de Arganil no centro (Coimbra) e a antiga fábrica de tabaco e álcool na região autónoma dos Açores. Tratam-se de intervenções, que se caracterizam pelo seu espaço urbano, semelhante, onde estão inseridas.

<b>Categoria de Análise</b>		<b>Armazém Frigorífico de Bacalhau – Douro´s Place</b>	<b>Reabilitação da Antiga Cerâmica Arganilense</b>	<b>Edifício do Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas</b>
<b>Indicadores</b>	<b>Intervenção</b>	Continuidade	Continuidade	Continuidade

A pré-existência de cada intervenção, é marcada por várias características, relativamente ao contexto histórico, em que cada um se insere, elevando o seu valor patrimonial. Casa estudo de caso ilustra a complexidade da tarefa de intervir em património ou na sua envolvente, sua intervenção espacial e funcional.

Os estudos de caso têm como base intervenções com características diferentes, abordando questões relacionadas com a contextualização e a componente arquitetónica das preexistências.

Quanto ao projeto do Douro´s Place, do arquiteto Carlos Prata, fez questão de manter e salvaguardar a existência do conjunto industrial, procurando manter o seu conjunto assumindo os valores patrimoniais reconhecidos no edifício.

Na Antigo Fábrica de Cerâmica de Arganilense, o arquiteto Vitor Seabra, manteve a ideia do caráter industrial do edifício, valorizando o existente e introduzindo uma nova construção, respeitando a envolvente, não exagerando nas diferenças entre o existente e as construções novas.

A intervenção foi essencialmente baseada numa nova estrutura interna, independente ao edifício existente (fábrica), onde estão integradas as piscinas e o auditório. O programa estabelecido pelo arquiteto, consistiu numa organização dividida em três grupos, que correspondem a três volumes de construção articulados a partir de um ponto comum (dobradiça), que permite uma ligação entre o edifício existente e o novo edifício.

No Centro de Artes Contemporâneas, manteve a mesma conceção que o projeto de Vitor Seabra, mantendo o caráter industrial da fábrica, tematizando o diálogo entre a construção existente e as novas construções. A sua intenção foi sempre não exagerar nas diferenças, unindo as diferentes escalas e diferentes idades das suas partes por meio da manipulação da forma e da materialidade dos edifícios.

<b>Categoria de Análise</b>	<b>Armazém Frigorífico de Bacalhau – Douro's Place</b>	<b>Reabilitação da Antiga Cerâmica Arganilense</b>	<b>Edifício do Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas</b>
<b>Indicadores</b>	Manteve o mesmo edifício	Manteve e Acrescentou	Manteve e Acrescentou

O programa inserido no edifício, está distribuído pelos vários pisos, respeitando as características funcionais de cada espaço.

Nas três intervenções, restaurou-se e recuperou-se tudo o que foi possível salvar, adaptando-se às novas funções, preservando os sistemas construtivos.

Quanto à intervenção da Antiga Cerâmica de Arganilense e ao Centro de Artes Contemporâneas, têm em comum novos corpos, identificada pelo contraste da expressão arquitetónica e dos materiais utilizados, betão branco e vidro.

Através da análise realizada, concluiu-se que o projeto final de reconversão é condicionado pelas características arquitetónicas da preexistência, o seu programa (função final), o valor patrimonial, as condições do promotor e a estratégia do arquiteto. Estas condicionantes encontram-se relacionadas e são dependentes entre si, devem ser abordadas em conjunto aquando a análise ou a realização de um projeto de reconversão.





## **CAPÍTULO VI | CONCLUSÕES**



## 6.0 CONCLUSÕES

Esta dissertação procurou responder a dois objetivos inicialmente explicitados:

1º Identificar ações de intervenção que possam ser aplicadas no complexo fabril da TOR, assegurando o seu valor de património industrial em Barcelos.

2º Definir programas que se adequem espacialmente a preexistência a intervir.

Com estes objetivos, importa agora fazer uma conclusão daquilo que nos permite identificar os valores e as potencialidades do objeto de estudo, definindo estratégias programáticas e práticas na intervenção, no projeto de arquitetura com vista à valorização e reabilitação da Fábrica Tor.

Para dar resposta ao primeiro objetivo, a segunda parte da investigação é dedicada à fundamentação teórica, que nos permite conhecer a evolução do património industrial da época da industrialização, os seus valores associados e os graus de intervenção. Esta análise permitiu estabelecer critérios de intervenção, fundamentadas e justificadas, assegurando sempre o valor patrimonial da Fábrica Tor.

Estes princípios baseiam-se em questões tangíveis relacionados com a autenticidade, compatibilidade, singularidade, mínima intervenção, integridade, reversibilidade e aspetos históricos e estéticos, incluindo a sustentabilidade que abrange a disponibilidade dos materiais, as patologias, o tratamento de preservação, manutenção contínua, uso funcional e a melhoria das condições de vida.

Seguidamente, temos que assegurar os valores intangíveis, como o valor educacional, documental histórico, valor tradicional, valor da comunidade, valor estético entre outros.

Perante estes critérios, e não menos importante é de referir o património imaterial, que está relacionado com o contexto cultural, essência do lugar, o conhecimento inerente ao objeto ou ao lugar, e o conhecimento da cultura do local.

VALORES	VALORES PERDIDOS	VALORES ATUAIS	VALORES ADICIONAL	A
ENVOLVENTE	X		X	
RELIGOSO				
HISTÓRICO		X	X	
CULTURAL		X	X	
DOCUMENTAL		X	X	
SOCIAL	X	X	X	
EMOCIONAL		X	X	
ARQUITETÓNICO		X	X	
EDUCACIONAL	X	X	X	
CONTEMPORANEO	X		X	
ECONÓMICO	X		X	
USO/FUNCIONAL	X		X	

Relativamente ao segundo objetivo identificado, foi essencial abordar intervenções no património, através das intervenções práticas no património industrial, analisadas no capítulo V, permitindo assim concluir estratégias e práticas de intervenção a aplicar na Fábrica Tor.

A melhor forma de intervir no edifício, é investigar outros programas, compreender o seu uso, para que depois haja uma fundamentação, para se desenvolver um projeto de novo uso para a fábrica.

Das intervenções analisadas, nos casos de estudo, procurou-se articular uma linha de pensamento que estabelece-se uma correlação entre a estrutura da preexistência e a proposta de intervenção.

O respeito pela geometria da preexistência e a sua evolução espacial, foi o ponto de partida para uma proposta.

A estratégia subjacente ao projeto que suporta a concretização funcional e programática da proposta, apoia-se na ideia da relação entre a comunidade e o edifício, o local e a paisagem.

Primeiramente definiu-se uma estratégia programática que permitisse uma variedade de atividades concentradas no mesmo espaço, explorando várias vertentes.

Comporta como tal, um edifício multifuncional que apresenta espaços como, garagem, ginásio, auditório, coworking, espaço de lazer/convívio, espaço de exposição,

restauração e alojamento, que se pretende ter um caráter de residência que se remota a imagem de uma fábrica, que possibilita a oportunidade de trabalhar, estudar ou de ter atividades de lazer num ambiente rodeado de um património singular histórico.

Quanto a sua organização espacial, pretendeu-se dar continuidade à longa vida do edifício reafirmando ou criando espaços resultantes de novos condicionalismos programáticos. Não fazendo sentido dar a mesma funcionalidade que estes espaços detinham na sua originalidade, pretende-se, dar uma nova funcionalidade, que por alguma forma se relaciona com a sua função original.

A criação destes espaços permite maiores condições para que se possa visitar, possibilitando uma melhor gestão do edifício, promovendo uma ação mais participativa pela comunidade para entenderem as necessidades de defenderem a reutilização dos espaços industriais abandonados nas futuras propostas de regeneração urbana.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

MENDES, J. A. (1989). I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Actas e Comunicações. V.1. Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (pp.35). Coimbra Editora, Limitada.

CHOYA, F. (1982,1996 e 1999). L'Allégorie du Patrimoine (pp.87). Éditions du Seuil.

ALMEIDA, C. A. Ferreira. Património – Riegl e Hoje. Revista da Faculdade de Letras, 408-416.

FERREIRA, JORGE A.B. (1998). Direito do Património Histórico - Cultural. Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais. Actos Comunitários (pp.223). Centro de Estudos e Formação Autárquica. G.C. Gráfica de Coimbra, LDA.

ALMEIDA, C. A. Ferreira. Património – Riegl e Hoje. Revista da Faculdade de Letras, 408-416.

FERREIRA, JORGE A.B. (1998). Direito do Património Histórico - Cultural. Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais. Actos Comunitários (pp.223). Centro de Estudos e Formação Autárquica. G.C. Gráfica de Coimbra, LDA.

ROSA, C. L. (2011, Julho). O património industrial: a construção de uma nova tipologia de património, 1-14.

MENDES, J. A. (2000). Uma Nova Perspectiva sobre o Património Cultural: Preservação e Requalificação de Instalações Industriais (pp.200). Gestão e Desenvolvimento, 197-212.

RAISTRICK, ARTHUR (1973). Industrial Archaeology. An Historical Survey. Frogmore (GB): Paladin (pp.2).

MENDES, J. A. (2000). Uma Nova Perspectiva sobre o Património Cultural: Preservação e Requalificação de Instalações Industriais (pp.203). Gestão e Desenvolvimento, 197-212.

KUHL, B. M. (2010). O património industrial:algumas questões em aberto. 23-30.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. Charters, 2003. Disponível em <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 23 janeiro. 2019.

KUHL, B. M. (2010). O património industrial:algumas questões em aberto. 23-30

ICOMOS. International Council on Monuments and Sites. Carta de Veneza (Itália). 25 a 31 de maio de 1964. Disponível em <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/11%20Carta%20de%20Veneza%20-%20ICOMOS%201964.pdf>. Acesso em 23 janeiro. 2019

ICOMOS. International Council on Monuments and Sites. Carta de Burra 19 de Abril 1979. Disponível em <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>. Acesso em 23 janeiro. 2019

KALB. C.H. & CARELLI. M. N. O Património Industrial como Processo Cultural

SILVA, Leonardo Mello e. Património Industrial: passado e presente. Revista eletrónica do Iphan.

PPAR. Direcção Geral do Património Cultural. Património Industrial. Disponível <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/en/patrimonio/itinerarios/industrial/>. Acesso em 23 janeiro. 2019

SERRANO, Ana Catarina Bispo (2010) – Reversão dos espaços industriais: três projetos de intervenção em Portugal. [Em linha]. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação de Mestrado.

CORREIA&WALLIMAN(2014). Defining criteria for intervention in earthen built heritage Conservation.

Stubbs, J. H. (2009). Time Honored. A Global View of Architectural Conservation. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Orbasli, A. (2008). Architectural Conservation. Principles and Practice. Oxford: Blackwell Pub.

International Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. (2016). Documento de Nara. Obtido de [http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1994/declaracao\\_de\\_nara\\_sobre\\_autenticidade-icomos.pdf](http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1994/declaracao_de_nara_sobre_autenticidade-icomos.pdf)

International Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. Obtido de [http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1964-carta\\_de\\_veneza/II\\_congresso\\_internacional\\_de\\_arquitetos\\_e\\_tecnicos\\_de\\_monumentos\\_historicos\\_icomos.pdf](http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1964-carta_de_veneza/II_congresso_internacional_de_arquitetos_e_tecnicos_de_monumentos_historicos_icomos.pdf).

Correia, M. (2007). Teoría de la Conservación y su Aplicación al Património en Tierra. Apuntes. Obtido de <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revApuntesArg/article/view/8977>.

Riegl, A. (1987). El culto moderno a los monumentos. Madrid: Visor.

Jokilehto, J. (2011). *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Elsevier Butterworth: Heinemann

Feilden, B. (2004). *Conservation of Historic Buildings*. Oxford: Butterworth-Heinemann.

Feilden, B., & Jokilehto, J. (1998). *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites* (2<sup>o</sup> ed.). International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of. Rome: ICCROM.

Choay, F. (1999). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70

Brandi, C. (2006). *Teoria do Restauro*. Amadora: Edições ORION.

Pedro, Sofia Catarina Rodrigues, 2018. *A fábrica Mundet no seixal: uma reflexão sobre a reutilização arquitetónica do património industrial*. Universidade Lusíadas.

Petzet, M. (2004). *Principles of Preservation: Na Introduction to the International Charters for Conservation and Restoration 40 years after the Venice Charter*. In M. Petzet & J. Ziesemer (Eds.), *Monuments and Sites* (vol.1, pp. 7-29). Munchen: ICOMOS. Recuperado de <http://www.icomos.org/venicecharter2004/petzet.pdf>

Silva, Geovany Jessé Alexandre da; ROMERO, Marta Adriana Bustos. *O urbanismo sustentável no Brasil. A revisão de conceitos urbanos para o século XXI* (parte 01). *Arquitextos*, São Paulo, ano 11, n.128.03, Vitruvius, jan.2011 <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.128/3724>.

Maria Beatriz Scherma Altoé, Centro universitário Estácio Uniseb, Ribeirão Preto, Junho de 2017. *Edifício Multifuncional no quadrilátero de ribeirão preto*.

Rogers, Richard. *Cidade para um pequeno planeta*. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

Brisa Mary Monteverde Kinchin,, Estácio Uniseb, *Arquitetura e Urbanismo, Complexo de Edifícios multifuncionais*, 2015

Andresa tostes, *edifício multifuncional, estratégia para cidade compactada*, 2018

José guilherme mazer, *edifício multifuncional, uma alternativa para a mobilidade*, 2019

Aline Bueno.Le Corbusier. Blog <https://ojovemarquiteto.wordpress.com/2010/04/25/le-corbusier/>

António Cardoso, «Desenvolvimento e desigualdades: Barcelos em contexto regional», *Configurações* [Online], 25 | 2020, posto online no dia 23 junho 2020, consultado o 30 dezembro 2022. URL:

<http://journals.openedition.org/configuracoes/8953>; DOI:

<https://doi.org/10.4000/configuracoes.8953>

Miranda. Eng. Manuel Arsélio Sousa. Caderno I-Diagnostico, Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios de Barcelos 2021-2030, 31 de maio de 2021.

Casanova. C.M.R.M. (2015). Transformação da forma Urbana da Cidade de Barcelos. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.26/8996>

Vieira. R., Santos. A. (2019). Delimitação da área de Reabilitação Urbana Barcelos Nascente Dois. Reabilitação Urbana. Obtido de [https://siq.cm-barcelos.pt/pdm2016/plantas\\_v8\\_arus\\_prod/index.php?id=2](https://siq.cm-barcelos.pt/pdm2016/plantas_v8_arus_prod/index.php?id=2)

Concelho de Barcelos. Freguesias Arcozelo (II). Fasciculo nº11. Jornal de Barcelos. Clube de jornalistas. Premio gazeta de imprensa regional 2011.

Barcelos Revista, 2ªserie nº14,15,16.2003/2004/2005. Camara municipal de Barcelos.

Município de Arganil. Obtido: <https://www.cm-arganil.pt/viver/espacos-culturais/antiga-ceramica-arganilense/100-anos-de-historia/#next>

Cerâmica de Arganil, Vitor Seabra Mofase Architects,2009.<https://www.archdaily.com.br/br/01-106383/ceramica-de-arganil-slash-vitor-seabra-mofase-architects>

## INDICE DE FIGURAS E IMAGENS

FIGURA 1. Esquema dos elementos que integram o património Industrial. Fonte: SERRANO (2010,p.41).....	13
FIGURA 2. Esquema representativo dos valores do autor Alois Riegl. Fonte: Esquema do autor.....	20
FIGURA 3. Esquema representativo dos valores do autor Cesari Brandi. Fonte: Esquema do autor.....	22
FIGURA 4. Esquema representativo dos valores do autor Choay. Fonte: Esquema do autor.....	23
FIGURA 5. Esquema representativo dos valores do autor Carta de Burra. Fonte: Esquema do autor.....	24
FIGURA 6. Esquema representativo dos valores do autor Bernard Feilden. Fonte: Esquema do autor.....	25
FIGURA 7. Esquema representativo dos valores do autor Orbasli. Fonte: Esquema do autor.....	26
FIGURA 8. Esquema representativo dos valores da Arquitetura Industrial. Fonte: Esquema do autor.....	29
FIGURA 9. Esquema de inserção de intervenção de ampliação. Fonte: Garcia(1996).....	37
FIGURA 10. Esquema representativo da deslocação e mobilidade urbana nas cidades compactadas. Fonte: Rogers (2001).....	39
FIGURA 11. Fotografia da Unidade de Habitação de Marselha. Fonte: Aline Bueno (2010).....	40
FIGURA 12. Mapa de Portugal. Fonte: Cardoso (2020).....	46
FIGURA 13. Mapa Região Norte, freguesias de Barcelos. Fonte: Cardoso (2020).....	46
FIGURA 14. Área e Densidade Populacional do Município de Barcelos. Fonte: INE,2011.....	47
FIGURA 15. População Residente. Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.....	47
FIGURA 16. População Residente. Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.....	48
FIGURA 17. Evolução da População residente por grupos etários. INE,2011....	49

FIGURA 18. Índice de juventude e de envelhecimento em 2011,2015,2017. Fonte: INE,2011.....	50
FIGURA 19. Mapa Hipsométrico do Concelho de Barcelos. Fonte: Miranda (2021).....	51
FIGURA 20. Mapa Declives do Concelho de Barcelos. Fonte: Miranda (2021)..	52
FIGURA 21. Mapa Exposição de vertentes do Concelho de Barcelos. Fonte: Miranda (2021).....	53
FIGURA 22. Mapa das principais Bacias Hidrográficas existentes do Concelho de Barcelos. Fonte: Miranda (2021).....	54
FIGURA 23. Mapa das Sub-Bacias Hidrográficas existentes do Concelho de Barcelos. Fonte: Miranda (2021).....	54
FIGURA 24. Mapa da Rede Climatológica do Concelho de Barcelos. Fonte: Miranda (2021).....	55
FIGURA 25. Mapa da Rede Climatológica do Concelho de Barcelos. Fonte: Miranda (2021).....	56
FIGURA 26. Distribuição da área em % por classe de ocupação nível II. Fonte: Miranda (2021).....	56
FIGURA 27. Barcelos no mapa Regional. Fonte: Casanova (2015).....	57
FIGURA 28. Esquema viário. Fonte: Casanova (2015).....	57
FIGURA 29. Esquema de empregados nos sectores de atividade do ano 2011. Fonte: INE,2011.....	58
FIGURA 30. Mapa da rede viária de Barcelos. Fonte: Casanova (2015).....	59
FIGURA 31. Planta Topográfica com as vias e os edifícios. Fonte: Casanova (2015).....	60
FIGURA 32. Planta dos edifícios comerciais, industriais e espaços públicos. Fonte: Casanova (2015).....	61
FIGURA 33. Planta Topográfica do crescimento demográfico. Fonte: Casanova (2015).....	63
FIGURA 34. Planta das Cérceas da cidade de Barcelos. Fonte: Casanova (2015).....	64
FIGURA 35. Planta das densidades. Fonte: Casanova (2015).....	65
FIGURA 36. Planta rede viária. Fonte: Casanova (2015).....	66

FIGURA 37. Mapa da área de delimitação ARU de Barcelos. Fonte: Vireira.R., Santos.A. (2019).CMB.....	67
FIGURA 38. Fotografia da Panorâmica de Arcozelo, anos 60/70. Fonte: Eduardo Monteiro.....	68
FIGURA 39. Fotografia da Fábrica “Juan D. Domenech,Lda. Fonte: B.M.B.....	69
FIGURA 40. Fotografia da Fábrica de Moagem do Cávado (1930/40). Fonte: “Vouga,1958”.....	70
FIGURA 41. Fotografia da Empresa Vouga, antiga fábrica de moagem do Cávado (1930/40). Fonte: Tenente Francisco Cardoso e Silva.....	71
FIGURA 42. Fotografia da Fábrica Torres e Companhia (TOR). Fonte: autor....	71
FIGURA 43. Fotografia da Fábrica Sialal. Fonte: Jornal de Barcelos.....	72
FIGURA 44. Fotografia da Fábrica Barcelense. Fonte: B.M.B.....	72
FIGURA 45. Fotografia da Empresa Têxtil de Barcelos. Fonte: retirada do Google maps da cidade de Barcelos.....	73
FIGURA 46. Fotografia do Bairro de Santa Marta – Casas da previdência – Arq. Nuno Teotónio Pereira - 1958. Fonte: Camara Municipal de Barcelos.....	74
FIGURA 47. Fotografia da Fábrica Tor. Fonte: retirada do Google maps da cidade de Barcelos.....	76
FIGURA 48. Planta de Cobertura. Escala 1.100.....	78
FIGURA 49. Fachada principal. Escala 1.100.....	79
FIGURA 50. Planta do edifício destinado para a secção de acabamentos. Escala 1.100.....	79
FIGURA 51. Alçado do edifício destinado para a secção de acabamentos. Escala 1.100.....	80
FIGURA 52. Implantação do edifício ampliado. Escala 1.500.....	80
FIGURA 53. Planta do res do chão e primeiro piso do edifício ampliado. Escala 1.100.....	81
FIGURA 54. Planta do andar com os escritórios. Escala 1.100.....	81
FIGURA 55. Planta do rés do chão, alçados e corte da arrecadação. Escala 1.100.....	82
FIGURA 56. Planta do res do chão do refeitório e infantário. Escala 1.100.....	82

FIGURA 57. Alçados do refeitório e infantário. Escala 1.100.....	83
FIGURA 58. Implantação do processo 1278/90.....	83
FIGURA 59. Planta da cave. Escala 1.100 .....	84
FIGURA 60. Planta do rés do chão. Escala 1.100.....	84
FIGURA 61. Planta do andar. Escala 1.100 .....	85
FIGURA 62. Alçados da cave, rés do chão e do andar. Escala 1.100.....	85
FIGURA 63. Planta do rés do chão. Escala 1.100 .....	85
FIGURA 64. Planta do andar. Escala 1.100 .....	86
FIGURA 65. Alçados e Cortes. Escala 1.100 .....	86
FIGURA 66. Planta da cave. Escala 1.100 .....	86
FIGURA 67. Planta do rés-do-chão e andar. Escala 1.100.....	87
FIGURA 68. Alçados. Escala 1.100 .....	87
FIGURA 69. Planta do rés do chão. Escala 1.100.....	88
FIGURA 70. Alçados. Escala 1.100.....	88
FIGURA 71. Planta do rés do chão, alçados e corte da arrecadação. Escala 1.100.....	89
FIGURA 72. Ortofotomapa do enquadramento geográfico do Armazém Frigorífico de Bacalhau de Massarelos – Douro’s Place. Fonte: retirada do Google maps e elaborada pelo autor.....	89
FIGURA 73. Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano(2010).....	93
FIGURA 74. Planta piso 0. Escala gráfica. Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano(2010).....	93
FIGURA 75. Planta piso 1,2,3. Escala gráfica. Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano(2010).....	94
FIGURA 76. Planta piso 5. Escala gráfica. Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano(2010).....	94
FIGURA 77. Alçado Sul. Escala gráfica. Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano(2010).....	94
FIGURA 78. Corte Transversal. Escala gráfica. Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano(2010).....	94

FIGURA 79. Fachada Sul. Escala gráfica. Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	95
FIGURA 80. Fachada Poente. Escala gráfica. Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	95
FIGURA 81. Planta T0, Corpo principal. Escala gráfica. Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	96
FIGURA 82. Planta T2+1, Corpo principal. Escala gráfica. Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	96
FIGURA 83. Planta T3 duplex (piso5), Corpo principal. Escala gráfica. Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	96
FIGURA 84. Planta T2 e T3, Corpo principal. Escala gráfica. Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	96
FIGURA 85. Planta T3, Corpo principal. Escala gráfica. Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	96
FIGURA 86. Planta T3 duplex (piso6), Corpo principal. Escala gráfica. Armazém Frigorífico, 2003. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	96
FIGURA 87. Planta piso 0. Escala gráfica. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	97
FIGURA 88. Planta piso 1,2,3. Escala gráfica. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	97
FIGURA 89. Planta piso 5. Escala gráfica. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	97
FIGURA 90. Alçado Sul. Escala gráfica. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	98
FIGURA 91. Corte Transversal. Escala gráfica. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	98
FIGURA 92. Fotografia da varanda exterior. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	98
FIGURA 93. Fotografia de acesso à varanda exterior. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano(2010).....	98
FIGURA 94. Fotografia da varanda criada a partir do recuo do plano de vidro em relação ao Alçado Sul do corpo principal. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	98

FIGURA 95. Fotografia do Interior de um dos apartamentos. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	99
FIGURA 96. Fotografia do Espaço de circulação. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	99
FIGURA 97. Fotografia da Fachada Principal. Douro's Place. Carlos Prata, Gabinete de Arquitetura. Fonte: Serrano (2010).....	99
FIGURA 98. Ortofotomapa do enquadramento geográfico da Fábrica de Arganil. Fonte: retirada do Google maps e elaborada pelo autor.....	100
FIGURA 99. Fachada Principal do existente da Fábrica de Cerâmica Arganilense. Fonte: Município de Arganil.....	101
FIGURA 100. Pormenor da fachada principal do existente. Fonte: Município de Arganil.....	101
FIGURA 101. Interior do existente. Fonte: Município de Arganil.....	101
FIGURA 102. Interior do existente. Fonte: Município de Arganil.....	102
FIGURA 103. Fachada principal do existente. Fonte: Município de Arganil.....	102
FIGURA 104. Interior do existente. Fonte: Município de Arganil.....	103
FIGURA 105. Planta de Implantação. Escala gráfica. Vitor Seabra. Fonte: Achdaily.....	103
FIGURA 106. Piso rés do chão. Escala gráfica. Vitor Seabra. Fonte: Achdaily.....	104
FIGURA 107. Piso do andar. Escala gráfica. Vitor Seabra. Fonte: Achdaily.....	104
FIGURA 108. Fotografia da comunicação entre os edifícios. Fonte: José Campos.....	105
FIGURA 109. Fotografia auditório. Fonte: José Campos.....	105
FIGURA 110. Fotografia da área comercial. Fonte: José Campos.....	106
FIGURA 111. Fotografia da Piscina. Fonte: José Campos.....	106
FIGURA 112. Fotografia da receção. Fonte: José Campos.....	106
FIGURA 113. Corte AA'. Vitor Seabra. Fonte: Archdaily.....	107
FIGURA 114. Corte BB'. Vitor Seabra. Fonte: Archdaily.....	107
FIGURA 115. Exterior do edifício, entrada principal. Fonte: José Campos.....	107
FIGURA 116. Área da Piscina. Fonte: José Campos.....	107

FIGURA 117. Ortofotomapa do enquadramento geográfico do Centro de Artes Contemporâneo. Fonte: retirada do Google maps e elaborada pelo autor.....	108
FIGURA 118. Fotografia da Fábrica do Álcool/Tabaco. Fonte: José Campos....	109
FIGURA 119. Planta de Cobertura. Escala gráfica. João Mendes Ribeiro.2014. Fonte: Archdaily .....	110
FIGURA 120. Planta de Cave. Escala gráfica. João Mendes Ribeiro.2014. Fonte: Archdaily.....	111
FIGURA 121. Planta do piso 0. Escala gráfica. João Mendes Ribeiro.2014. Fonte: Archdaily.....	111
FIGURA 122. Planta do piso 1. Escala gráfica. João Mendes Ribeiro.2014. Fonte: Archdaily .....	111
FIGURA 123. Planta do piso 2. Escala gráfica. João Mendes Ribeiro.2014. Fonte: Archdaily.....	111
FIGURA 124. Cortes. Escala gráfica. João Mendes Ribeiro.2014. Fonte: Archdaily.....	112
FIGURA 125. Alçados. Escala gráfica. João Mendes Ribeiro.2014. Fonte: Archdaily .....	112
FIGURA 126. Fotografia espaço multimédia. Fonte: José Campos .....	112
FIGURA 127. Fotografia recepção. Fonte: José Campos.....	112
FIGURA 128. Fotografia do exterior, do existente e da construção nova. Fonte: José Campos .....	112
FIGURA 129. Fotografia do exterior, construção existente. Fonte: José Campos.....	112

## ENTREVISTAS

Entrevista ao Senhor Sousa (Sindicato dos trabalhadores) e mais duas senhoras que trabalharam na fábrica muitos anos, a Sr<sup>a</sup> Conceição e a Sr<sup>a</sup> Luísa.

### 1.\_Viram a construção do edifício e a sua evolução?

Sim, estava a janela e a ver a ser construído

### 2.\_Onde morava?

Luísa morava em Barcelos e a Conceição de Barcelinhos

### 3.\_Se quando veio para cá quem conhecia?

Conheciam-se todos uns aos outros, era tudo de Barcelos e das freguesias ao lado.

### 4.\_Se eram as pessoas do concelho que trabalhavam na fábrica ou vinham de fora?

Eram pessoas do concelho de Barcelos, como Barcelos, Alvelos, Midões, São Bento, Quintiães...etc.

### 5.\_Como iam para a fábrica?

A Sr. Conceição vinha sempre a pé de Alvelos, seja verão ou Inverno, depois chegou a vir de autocarro e de seguida vinha de carro.

Muita gente vinha de bicicleta de Vile Monte, São Bento, Midões, Pereira, São Pedro, do lado de “cima” como por exemplo Tamel, Quintiães vinham de comboio.

Conceição: “Nesta altura era uma alegria”

### 6.\_O que faziam na fábrica e quantos anos trabalharam lá?

A Luísa trabalhou sempre na confeção e a Conceição era controladora de qualidade andava nas secções todas.

Andaram cerca de 46 anos a trabalhar ate serem despedidas em 2008

### 7.\_Viu a evolução do edifício? A sua construção?

Sim

### **8. Como era o edifício antigo?**

Houve ainda algumas ampliações e alterações no edifício devia a entrada de outras empresas.

Fizeram novas ligações para as novas máquinas, exigiram novos equipamentos.

Os novos patrões fecharam alguns compartimentos e dividiram por empresas, do Amaral e do Teixeira de Sousa.

Desde que vieram os segundos patrões a fábrica começou a ir a baixo.

### **9. Qual era a função de cada espaço/compartimento? Em que função trabalhava?**

A fábrica era dividida por secções, o armazém onde colocavam a obra para sair, a confeções que era só de algodão onde havia o embalamento, a secção da malha com um espaço do ferro e embalamento em um único pavilhão.

A conhecida “creche”, não por deixarem lá os filhos mas por serem pessoas muito novas, onde foi dividida por três secções, havia a portaria onde estava o guarda, gabinetes, quarto de eletricidade, quarto dos afinadores, a dobagem, quarto da modelista, o corte, saídas de emergência, elevador onde colocavam a matéria-prima para exportação, secção de amostras, tinturaria, casas de banho e alguns salões que tinham acesso a tinturaria, caldeira, quarto dos produtos químicos.

Tinham depois em outro pavilhão o embalamento, carpintaria e serralharia, consultório médico, garagem para os automóveis e sala para os trolhas.

### **10. Se havia condições de trabalho? Ou havia humidades, ventilação, luz natural, bom isolamento?**

No princípio que foram trabalhar, não havia grandes condições, depois de algumas obras de ampliação e divisão de algumas secções as condições melhoraram.

### **11. Se havia problemas no edifício? O seu funcionamento era acessível?**

Não havia qualquer problema no edifício funcionava muito bem e os acesso dentro da fabrica e fora eram acessíveis.

### **12.\_Se os acessos eram bons? Como era feita a distribuição da matéria-prima?**

Os acessos eram bons/ razoáveis, com o apoio da estação de comboio, a nacional e a estação de camionagem.

Na fábrica tinham uma avenida linda, e os camiões andavam a volta dos pavilhões da fábrica.

A matéria-prima vinha no elevador e depois metia-se nos camiões, para levar aos aeroportos ou os próprios camiões levavam para outras províncias.

### **13.\_Para si qual era o espaço mais importante da fábrica? E que saudades tem do edifício?**

Tem saudades do espaço onde trabalhava a secção.

O trabalho era sempre para o mesmo cliente tiveram anos a trabalhar para ele e não haviam tanto rigor (América), faziam sempre camisolas brancas, para grandes marcas, uma delas era a Magestic, empresa francesa.

O patrão era simpático e cumprimentava toda a gente.

Nunca aconteceu nenhum acidente, por vezes viam os treinos dos jogadores, (pavilhão ao lado da fabrica era do Gil Vicente).

É triste quando se vê assim a fábrica, tínhamos semana de férias, e antes dessas férias deram o dobro do trabalho, era uma loucura, já estavam a espera de ser despedidas.

O engenheiro dava motivação para trabalhar e no fim fecharam-lhes as portas.

Saudades das pessoas, convívio, gostava de trabalhar achava que ainda era muito cedo para ir embora.

Nunca imaginaram que a fábrica estivesse desta maneira com indivíduos, destruída, etc.

Trabalhamos para construir um império e destruíram...

### **14.\_Como pretendo reabilitar a fábrica que gostaria de ver neste sítio?**

Sousa\_ O melhor que se poderia fazer era habitação contruída de raiz, que não se faz a muito tempo, há procura de habitação nova com introdução de comercio, lojas, etc.

Conceição\_ Gostaria de ver um shopping ou algo que recorda-se os momentos que tiveram na fabrica, não criam apartamentos mas sim alguma coisa que pudesse vir passear, e lembrar que foi aqui que teve, que houvesse atividades.

Um polidesportivo com o apoio do campo de treino do Gil Vicente.

#### NOTAS:

\_ Gabinetes foram deitados a baixo para não fazerem quartos para os drogados (compartimentos com inícios de droga, prostituição, ciganos e roubaram tudo para vender, ferro, cobre...)

\_ O inicio da fabrica eram 900 empregados, chegou a ser cerca de 1000e tal, depois começaram a sair aos poucos e chegou aos 250 e tal.

\_ Esteve em processo-crime, roubaram tudo.

\_ A flor da moda (Ana Sousa) criam o paralelo.

\_ As máquinas foram vendidas.

\_ Trabalhavam 66 pessoas confeção e na Tecelagem 20 pessoas

\_ Roubaram corrimão para vender, armações, ferro, cobre.

\_ Tinha armação de ferro e uma empresa vendeu tudo deu 20.000 euros

Entrevista ao Srº Francisco Torres (últimos administradores da empresa)

**1.\_Viram a construção do edifício e a sua evolução?**

Não chegou a ver a construção da fábrica

**2.\_Onde morava?**

Morou sempre em Barcelos

**3.\_Se quando veio para cá quem conhecia?**

A família dele foi quem geriu a fábrica.

**4.\_Eram as pessoas do concelho que trabalhavam na fábrica ou vinham de fora?**

Era tudo de Barcelos

**5.\_O que faziam na fábrica e quantos anos trabalharam lá?**

Trabalhou cerca de 30 anos na fábrica, uma vida.

**6.\_Viu a evolução do edifício? A sua construção?**

Não viu a evolução do edifício, mas sabe que a fabrica foi crescendo aos pouco conforme as economias existentes, possibilitando a elaboração de algumas secções como a tecelagem e a construção de um novo pavilhão para acabamentos.

**7.\_Quando começaram a trabalhar a fábrica já era assim ou ainda houve alguma ampliação ou alteração do edifício? Se não como era o edifício antigo?**

Houve a ampliação e subdivisão de alguns espaços.  
Era um edifício feito ao comprido.

**8.Qual era a função de cada espaço/compartimento? Em que função trabalhava?**

Trabalhava na parte da administração da empresa

**9.\_Se havia condições de trabalho? Ou havia humidades, ventilação, luz natural, bom isolamento?**

A fábrica foi feita com as normas e os regulamentos certos da altura, com todas as condições.

**10.\_Se os acessos eram bons? Como era feita a distribuição da matéria-prima?**

A distribuição da matéria-prima passava pelas empilhadoras e seguiam para o seu destino por avião ou pelos camiões.

**11.\_Para si qual era o espaço mais importante da fábrica? E que saudades tem do edifício?**

Saudades do convívio com os trabalhadores e os clientes.

Neste momento a fabrica causa tristeza.

Voltava a erguer a fábrica com outras condições.

**12.\_Como pretendo reabilitar a fábrica que gostaria de ver neste sítio?**

Gostaria de voltar a ver algo ligado a uma indústria têxtil, mais modernizada, uma empresa distribuidora, hipermercado.

NOTAS:

\_A empresa não aguentou os efeitos da globalização dos mercados.

\_Os preços impostos pelos clientes eram baixos, e por consequências houve prejuízo, como a entrada dos chineses no nosso país.

\_A camara subvalorizou o espaço.

\_As pessoas conviviam, boa camaradagem, amigos...

Entrevista ao Arquiteto Urbanista da Camara de Barcelos Rui Vieira

### **1. Situação atual do património Industrial**

**2. O que esta prevista para aquele lugar e para o resto do património que esta selecionada para a área da reabilitação urbana e o grau de situação**

**3. Se há alguma proposta para aquele sitio e equipamentos que pretendem colocar na fabrica.**

A situação do património é o reflexo e preocupante, que dizer que não havia ate ao momento estas delimitações de politicas de intervenção no património industrial, mas não havia a realização de medidas politicas, agora isso alterou-se na criação das áreas de reabilitação urbana, esta a nascente 2, tem a reabilitação urbana é reflexo da preocupação do património abandonado industrial que se integra de proteger.

Já tínhamos uma primeira área que é o centro histórico, a segunda com a ligação do centro histórico com o norte da cidade que é a nascente um e se não houvesse a preocupação de não proteger nada não havia a nascente 2.

A nascente 2, surge por questões territoriais de proteção especificamente, nas zonas de limite no centro histórico a nascente mas também nas zonas expectantes, onde era possível novo edificado e incorporar programas que vão de encontro da proteção do património industrial existente, não com o sentido de por a fabrica a funcionar novamente, porque isso não é possível mas a utilização de um espaço quanto promotor de novas entidades, criativas, culturais, incluindo fator habitacional e restauração, que acho também importante para incluir na proposta, pelo menos para fechar a área que inclui uma área habitacional, havendo ali uma frente que fechava aquilo, que disponha espaços verdes urbano, com a área de multiusos, que também permite entroncar com outro espaço verde urbano que é a zona do rio, mais a sul (fora da minha proposta) a nível de quem esta a estudar a cidade, isso fazíamos o fecho daquela área e da área do centro histórico.

A industria instalou-se ali porque antes aquilo era periférico, não havia mais nada e depois como apoio a industria surgiram as habitações, os bairros de santa marta (muito bonito quem me dera ter lá uma casa onde eu pudesse comprar, já faleceu o arquiteto que projetou aquilo, o nuno vítor pereira, DOCUMO), mas sim era uma zona problemática, como cresceu como habitação coletiva mais tarde, não era um coletivo da classe ideal da sociedade.

Havendo assim uma intervenção naquele sitio vai possibilitar erradicar esses tipo de atividades, em qualquer cidade que haja núcleos degradados, como em braga e em Guimarães onde tem o centro de arquitetura que também estava degradado, bastou

intervir que a marginalidade transitou toda, foi como em braga, no monte do picoto, conhecido como monte da pica, onde iam para la toxicodependente e prostitutas, bastou fazer uma intervenção que ate nem tem construção nenhuma, fizeram um miradouro mas de resto só limpam a mata, onde aquilo esta rodeado de bairros problemáticos, mas pelo menos la em cima aquilo desapareceu, é como aqui, no momento que o intervencionar-mos esse espaço, e claro com criação de atividades, não como uma coisa megalómana, mas havendo consciência onde se implantam as coisas e depois a capacidade de manutenção do local e de gestão de mobilidade.

A Tor, como nós entendemos é um espaço expectante, reúne uma área suficiente para albergar uma serie de elementos que a cidade precisa e que não estão contruídos.

Comparando com braga isto é mediano. Lá para baixo, lisboa aquilo é metrópole não tem nada haver, tens tudo.

Nós temos que nos adequar ao nosso contexto...não podendo fazer o diferente que não funcionam, fazendo assim a nossa escala, e que entendemos que ira funcionar enquanto cidade. O que interessa fazer é coerente, é o modo de ficar e ser utilizado no futuro não seja só uma marca do presente e que não tenha impacto no futuro.

Não esta nada feito, mas há que fazer, contando com a vossa participação de modo a que nos tragam ideias, essas que nos já temos, é preciso depois a parte muito importante que é a financeira, que para já no contexto da reabilitação urbana e no que são no contexto dos programas estratégicos, e tudo que esta no programa estratégico tem que ser executado, a isto chama.se projetos de investimentos proprietários, e esses projetos ficam alocados ao processo da reabilitação urbana que têm que ser exequível, quando digo que tem que ser, tem que ser financiados, porque isto concorre afundo comunitários, antes havia projetos totalmente financiados agora não, o município tem que entrar com alguma coisa, o que não é errado, porque não tendo que o município ter que entrar com o todo tanto lhe falia fazer ou não fazer, tendo que o município colaborar ativamente há uma maior ponderação naquilo que tem que ser feito como também o cumprimento de fazer, o que é muito importante em reabilitação urbana.

Tem uma data específica, apos a entrega deste documento, que é a delimitação, temos 3 anos para concluir o programa estratégico de reabilitação urbana, se ate la não se fizer fica tudo sem efeito.

Não há fundos, só haverá fundos só quando entregar-mos o programa de reabilitação urbana, ai no programa é que são definidos os programas estratégicos, isto é uma delimitação, isto surge na necessidade do município interno para aquela área tem necessidade de criar operações de reabilitação urbana, delimita essa área e aprova, primeiro passo, e depois tens os 3 anos após a delimitação para criar o programa

estratégico (escala macro, levantamento, espaço urbano, tem que ser tudo caracterizado.etc), depois passamos a face do dossiê de reabilitação e concretização de medidas, fica aqui especificado os projetos de investimento comunitários para esta zona.

Os que ficam no programa estratégicos de reabilitação urbana têm que ser executados, porque esta dentro de candidatura superior ao nosso que é o PEDUS ( PROGRAMA ESTRATEGICO DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTAVEL).

Há ´ ideias projetadas mesmo para o centro histórico já há ideias, e projetos feitos, prontos para levar a obra, devidamente orçamentados, quando a europa der a resposta que podem começar nós começamos.

Reabilitar quer dizer manter elementos de identidade, mantendo a mesma função e tipologia, mas uma fábrica seria impossível, a não ser que a fabrica tivesse equipamentos, e tivesse a elaborar em outro sítio, o que ninguém ia fazer isso, a não ser que não tivesse a dar dinheiro ai sim entendia.se a mudança de espaço.

Pode haver uma área museológica do que foi aquilo, além de multiusos, haver uma área para isso.

Museu ligado a indústria.

O campo do Gil ouve uma ideia de ampliar aqui para uma área industrial que esta ao lado e não se chegou a acordo com a capacidade construtiva.

Houve poucas políticas de intervenção de preservação do património industrial. Neste momento com a área de delimitação urbana definida e com o programa estratégico, há políticas de prevenção de património industrial e recuperação do tecido construído.

Foi tudo vendido para pagar a criadores. Ainda agora tem que pagar.

O grau de situação que estamos agora na nascente 1 e vamos entregue e depois é que passamos para o seguinte. A do centro histórico esta fechado. Tem três anos para acabar

Ainda não saiu no site do IRU a nascente 2 só no nosso site oficial da camara é que já saiu.

Os trabalhos aguardam execução da face seguinte, que é a face de instrução do programa estratégico

O que vai ser previsto são as áreas do centro histórico, os equipamentos não tem a ver com esta área industrial até porque aqui não no tecido do nosso centro histórico não temos indústrias, pequenos núcleos, tipografia. etc.

Os projetos são cerca de 12, a criação de equipamentos não existe. Havia a necessidade de criar alguns equipamentos mas era de caráter público, no sentido da administração pública, não entrando em conflito com as indústrias criativas, pensadas na área que pretendo desenvolver.

No centro histórico queremos potenciar a habitação, focando as pessoas a viver no centro histórico.

O património está “abandonado” porque estão à espera que haja dinheiro, porque o privado não investe e o público só pode investir quando se candidata, porque se não tem dinheiro para investir, não somos uma câmara de Lisboa nem Porto que dão milhões de euros, somos uma câmara do norte do país que tem freguesias para atender e necessitam de obras para salvaguardar os seus devidos patrimónios e identidades e depois temos a nossa área de cidade que nos compete, que é da nossa responsabilidade, mas as coisas têm que ser planeadas.

Um que preocupa o centro histórico é O Salar dos Pinheiros, porque é privado, e no executivo potenciou isso e tínhamos redes hoteleiras interessadas para fazer um hotel de luxo, que até era interessante para Barcelos, havia alguma procura, mas os herdeiros não chegaram a acordo.

É preciso criar um projeto coerente, para estas áreas.

Perder um bem é mau, tudo é urgente.

A torre se não fizesse intervenção o telhado ia-se e o seu interior.

Modificar o seu valor e identidade já não é “património”.

O cemitério não tem uma presença muito forte no urbano...

O conceito de reabilitar pressupõe reutilizar o que está. Há elementos que não se pode demolir, há uma parte fabril que se pode demolir, há elementos como o edifício principal, os elementos que confinam com a face da estrada que criaram um contexto urbano, esses não concordo.

Em um edifício antigo nunca se consegue ter uma reabilitação total, mas é raro ser uma reabilitação total,

Identificar aquilo que na mente das pessoas é a TOR, TEM QUE FICAR, ELEMENTO FUNDAMENTAL QUE TEM QUE FICAR, O RESTO SER 100% REABILITADO NÃO.

Tem que haver um bom senso, de não perder a identidade, mas se for necessário ampliar ou construir tem que ser. Não vais conseguir voltar ao primário daquele sítio, se não só fazias um pavilhão e mais nada. A própria fábrica teve idades e se calhar

interessa em certa medida, mostrar as várias idades que passou a fábrica, uma idade que se montou um corpo, outra idade montou-se outro que se calhar já estavam licenciados mas depois teve uma certa idades montou.se uns certos corpos que estavam ilegais. Esses volumes até podes jogar com eles para fazer uma coisa interessante formal.



## **ANEXOS**









R. Dr. António Bernardino de Almeida,  
541/619, 4200-072 Porto

T. +351 22 557 20 00  
M. +351 96 977 39 67  
upt@upt.pt

GPS  
41° 10' 49.16" N  
8° 36' 18.17" W

[www.upt.pt](http://www.upt.pt)